

CLAÉRCIO IVAN SCHNEIDER

**OS SENHORES DA TERRA:  
PRODUÇÃO DE CONSENSOS NA FRONTEIRA  
(OESTE DO PARANÁ, 1946-1960)**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Mestrado em História da Universidade Federal do Paraná. Linha de Pesquisa: Cultura e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos Ribeiro

CURITIBA  
2001



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Rua General Carneiro, 460 6º andar fone 360-5086 FAX 264-2791

## PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designados pelo Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História para realizar a arguição da Dissertação do candidato Claércio Ivan Schneider, sob o título "Os Senhores da Terra: produção de consensos na fronteira (oeste do Paraná, 1946-1960)", para obtenção do grau de Mestre em História, após haver realizado a atribuição de notas são de Parecer pela PPR/ACAD. com conceito "A..." sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação dos Cursos de Pós-Graduação em História, completando assim todos os requisitos necessários para receber o grau de Mestre.

Curitiba, 09 de março de 2001.

Prof. Dr. ....

Presidente

Prof. Dr. ....

1º Examinador

Prof. Dr. ....

2º Examinador

### **Agradecimentos**

Eis um trabalho que se apresenta não só como resultado de leituras e pesquisas realizadas na área em questão, mas também, e principalmente, que se tornou possível graças ao apoio técnico, emocional e financeiro daqueles que se fizeram presentes ao longo destes dois anos.

Ao CNPq, pela bolsa durante o período de um ano.

À Universidade Federal do Paraná e seu corpo de funcionários.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, principalmente a Luis Carlos Ribeiro (orientador).

Aos colegas de mestrado e aos amigos Antonio Paulo, "Chico", Cíntia, Farnei, Fernanda, Marcos, Marcos Lopes e Neiva.

Ao amigo Paulo C. Konzen, pelo apurado senso crítico na leitura, no diálogo e nas questões técnicas que envolveram este trabalho.

De forma muito especial ao amigo-irmão Róbi J. Schmidt, pela sensibilidade única em auxiliar-me nesta difícil trajetória.

Agradeço, ademais, o incentivo e o apoio de meus pais Salete e Renato Schneider, das minhas irmãs Claídes e Cladesnei e dos meus avós, colonos migrantes, Lili e Arlindo Schmidt.

A todos meu muito obrigado!

“Mas é isso mesmo que nos faz senhores da terra, é esse poder de restaurar o passado, para tocar a instabilidade de nossas impressões e a vaidade de nossos afetos”.

(Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*)

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE MAPAS E ANEXOS.....</b>	<b>V</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>VI</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>VII</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
01 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO .....	15
02 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA .....	24
<b>CAPÍTULO I - IMAGENS DISCURSIVAS NA DESCRIÇÃO DO OESTE DO PARANÁ. 26</b>	
1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES: APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	26
1.2 SÍNTESE DA (RE)ESTRUTURAÇÃO REGIONAL A PARTIR DA PUBLICIDADE DA MARIPÁ.....	33
1.2.1 <i>Interpretações do Oeste do Paraná antes da colonização</i> .....	33
1.2.2 <i>Considerações acerca da constituição da MARIPÁ</i> .....	36
1.2.3 <i>Por uma fala autorizada: a MARIPÁ em busca de parcerias</i> .....	42
<b>CAPÍTULO II - FUNDAMENTOS SOCIOCULTURAIS PARA A COLONIZAÇÃO: EM TORNO DO "ELEMENTO HUMANO" .....</b>	<b>51</b>
2.1 ASPECTOS DA FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE REGIONAL .....	57
2.2 A SUSTENTAÇÃO DO DISCURSO PELA REPRESENTAÇÃO AUTORIZADA .....	75
<b>CAPÍTULO III - OUTRAS CARACTERIZAÇÕES: TEMAS DO VAZIO DEMOGRÁFICO E DA REFORMA AGRÁRIA .....</b>	<b>89</b>
3.1 A FUNDAÇÃO DO ESPAÇO .....	93
3.2 UM "MODELO" DE ESTRUTURA AGRÁRIA.....	107
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>125</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>134</b>
A) FONTES PRIMÁRIAS .....	134
B) DISSERTAÇÕES E TESES CITADAS E/OU CONSULTADAS .....	135
C) OBRAS CITADAS.....	136
D) OBRAS CONSULTADAS.....	138
<b>ANEXOS .....</b>	<b>144</b>

## **LISTA DE MAPAS E ANEXOS**

MAPA 1 – Oeste do Paraná: propriedades e municipalidades.....	05
MAPA 2 – Localização da Fazenda Britânia no Oeste do Paraná.....	05
ANEXO 1 – Listagem dos acionistas da MARIPÁ.....	145
ANEXO 2 - Panfleto (número 1) de propaganda das terras da MARIPÁ.....	147
ANEXO 3 – Panfleto (número 2) de propaganda de terras da MARIPÁ.....	149

## RESUMO

Este texto apresenta algumas considerações acerca do programa de colonização desenvolvido pela *Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná Ltda.* – MARIPÁ, numa fração do território Oeste do Paraná, entre os anos de 1946 a 1960. Trata-se de investigar a trajetória de duas caracterizações fortemente sedimentadas na memória histórica que retrata o Oeste do Paraná a partir de sua colonização sistemática, quais sejam: a de que este espaço teria sido habitado pelo melhor tipo de colono (descendentes de alemães e italianos); e de que estes foram inseridos num programa “exemplar” de estrutura fundiária (pequena propriedade). Busca-se abordar tais concepções narrativas a partir do estudo de seus emissores mais reconhecidos: os dirigentes da companhia MARIPÁ. Procura-se demonstrar que tais imagens foram construídas a partir de uma série de referências: as idéias inscritas no contexto ideológico do movimento migratório; os discursos e objetivos governamentais para com programas de colonização; a identidade cultural dos colonos migrantes envolvidos neste projeto. O estudo pretende mostrar que é na inter-relação dessas questões que se encontram os sentidos e a trajetória histórica de grande parte dos discursos e práticas administrativas que singularizaram este empreendimento colonizador.

Palavras-chave: Colonização do Oeste do Paraná, colono migrante, modelo fundiário, MARIPÁ.

## ABSTRACT

This text presents some considerations concerning the colonization program developed by *Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná Ltda. - MARIPÁ*, in a fraction of the territory West of Paraná, among the years from 1946 to 1960. It is to investigate the trajectory of two characterizations strongly formed sediment in the historical memory that portrays the West of Paraná starting from its systematic colonization, which are: that this space would have been inhabited by the best colonist type (descending of Germans and Italian); and that these were inserted in an "exemplary" program of "fundiária" structure (small property). It is looked for to approach such narrative conceptions starting from the study of its recognized originators: the leaders of the company MARIPÁ. It tries to demonstrate that such images were governed, tends as references: the ideas registered in the ideological context of the migratory movement; the speeches and government objectives to colonization programs; the migrating colonists cultural identity involved in this project. The study intends to show that is in the interrelation of those subjects that meet the senses and the historical trajectory of great part of the speeches and administrative practices that made single this enterprise settler.

Key-words: Colonization of the West of Paraná, migrating colonist, "fundiário" model, MARIPÁ.



## Introdução

O sentido (...) é a entidade mais misteriosa do universo. Relação, não coisa, entre a consciência, a vivência e as coisas e os eventos. O sentido dos gestos. O sentido dos produtos. O sentido do ato de existir. (...) Isso é próprio da natureza do sentido: ele não existe nas coisas, tem que ser buscado, numa busca que é sua própria fundação. Só buscar o sentido faz, realmente, sentido. Tirando isso, não tem sentido\*.

Ao longo dessas páginas é apresentado um estudo histórico sobre algumas caracterizações narrativas atribuídas ao espaço regional Oeste do Paraná (ver MAPA 1) pelos dirigentes da companhia *Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A.* – MARIPÁ<sup>1</sup> (ver MAPA 2). Partindo da análise dos discursos construídos em torno do programa de colonização desta empresa, procura-se problematizar a formulação e presença de imagens e idéias que se constituíram em referências consistentes sobre o Oeste paranaense. Trata-se, fundamentalmente, de compreender as especificidades dos discursos, procurando revelar traços representativos de sua historicidade através de sua inserção na conjuntura da colonização. Em outros termos, pretende-se desenvolver um estudo sobre alguns arranjos conceituais

---

\* LEMINSKI, Paulo. *Ensaio e anseios crípticos*. Curitiba: Pólo Editorial do Paraná, 1997, p. 11.

<sup>1</sup> A partir desse momento, esta empresa será denominada apenas pela sigla MARIPÁ. De acordo com Ondy Niederauer, contabilista desta empresa, "no seu estatuto, a empresa não indicou o uso de sigla. Em virtude da dificuldade de comunicação por telefone à longa distância, o meio mais usado na época, era o telegrama. Entretanto, o nome da empresa era muito comprido para ser escrito no telegrama. Então o diretor Egon Bercht, que também era contador, bolou uma composição com as duas primeiras sílabas da Madeireira Rio Paraná, resultando no MARIPÁ. Registrou esta sigla no Departamento de Correios e Telégrafos. (...) Por ser mais curto, foi mais usado, e a empresa passou a ser conhecida por MARIPÁ". NIEDERAUER, Ondy Helio. *Toledo no Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso*. Toledo: Grafo-Set, 1992, p. 35-36.

legados, pelos dirigentes da MARIPÁ, ao espaço regional Oeste paranaense, verificando como seus retratos regionais absorveram determinadas questões políticas, econômicas e culturais que contribuíram, por sua vez, para delinear os contornos estruturais de seus discursos.

Tal proposta tem sua justificativa no fato de a retórica construída pela MARIPÁ, em torno de seu empreendimento colonizador, permanecer fortemente disseminada nas cidades onde exerceu sua influência; essa influência é perceptível, também, em grande parcela dos estudos sobre tal espaço territorial, o que torna a empresa objeto de uma crença bastante arraigada. Alguns de seus dirigentes receberam, em seu momento, uma expressiva veneração por parte da população, conquistando prestígio político e poder de representação. Além do mais, os textos divulgados por esta empresa legaram ao espaço regional Oeste paranaense determinadas caracterizações e imagens que a tornaram a grande protagonista de um “programa racional de colonização”, que deveria ser cultuado, posto que singular, uma vez que servia de exemplo ao país como um todo. A preocupação deste estudo, portanto, é analisar os aspectos que envolveram a configuração de uma determinada identidade<sup>2</sup> às pessoas e ao espaço regional pelos emissores mais reconhecidos pela história social deste espaço: os dirigentes da MARIPÁ. Como esta proposta se insere no estudo das ideologias e das representações narrativas formuladas por tais emissores, será necessário alongar-se – no decorrer do segundo e do terceiro capítulos – na exposição retórica das caracterizações instituídas ao espaço regional Oeste do Paraná, a fim de mostrar como os fatores políticos, econômicos e culturais,

---

<sup>2</sup> A concepção de identidade adotada neste estudo refere-se à aplicação de categorias de percepção a uma determinada realidade que se quer reconhecida, a partir da capacidade de construção de sentidos – principalmente por meio de investimentos de linguagem – que lhe garantam o consenso. O termo identidade, portanto, é aqui entendido não como algo dado, pronto e imutável, mas como uma construção que não se completa, posto que está sempre em processo de constituição por diferentes grupos.

presentes no complexo narrativo sistematizado pelos dirigentes desta empresa, corroboraram a fundamentação discursiva deste programa.

A partir de 1946, iniciou-se, sistematicamente, o processo de colonização do Oeste paranaense, compreendido como sendo a última fase de expansão do território estadual<sup>3</sup>. Sob os auspícios do governo e pela iniciativa de empresas particulares de colonização, tal espaço regional – que até então se apresentava coberto por uma densa floresta, explorado por empresas estrangeiras e escassamente ocupado por índios – conheceu um movimento de reordenação sócio-ambiental irreversível. Caracterizou-se, sobretudo, pelo movimento de ocupação empreendido por empresas particulares, responsáveis, entre outras coisas, pelo reordenamento populacional daquele espaço, bem como pela dinamização agrícola – cujo suporte estava na policultura. O plano de colonização empreendido pela empresa MARIPÁ no território adquirido no Paraná insere-se neste movimento.

Desde os anos de 1950 esta região vem sendo analisada por inúmeros pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Somam-se a estes, vários escritores – muitos deles ligados a universidades – que produziram pesquisas diversificadas, a maioria de caráter monográfico. Disso resultou um amplo *corpus* documental – artigos, livros, textos divulgados pela imprensa periódica, relatórios, dissertações, teses etc. – que pode ser denominado de História social do Oeste paranaense ou,

---

<sup>3</sup> De acordo com a divisão socioeconômica estabelecida por Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Wesphalen, a colonização sistemática do Norte, do Sudoeste e do Oeste do Paraná insere-se na fase conhecida como "Paraná Moderno", classificação esta que corresponde à última fase de expansão do território paranaense. In: BALHANA, Altiva Pilatti [et alii]. *História do Paraná*. Vol.1, 2. ed. Curitiba: Gráfica Editora Paraná, 1969. Vale enfatizar o modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado, pois, segundo este autor, a História do Paraná resulta de expansões diferenciadas que constituíram três comunidades: o Paraná Tradicional, de ocupação antiga e genuinamente paranaense; a região Norte, vista como um prolongamento da economia paulista; e, por último, a região Oeste e Sudoeste, povoada pelo fluxo migratório originário do Rio Grande do Sul. Cf. MACHADO, Brasil Pinheiro. "Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná". *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Curitiba, 1951, p. 26.

mais especificamente, da colonização do espaço regional adquirido pela companhia MARIPÁ.

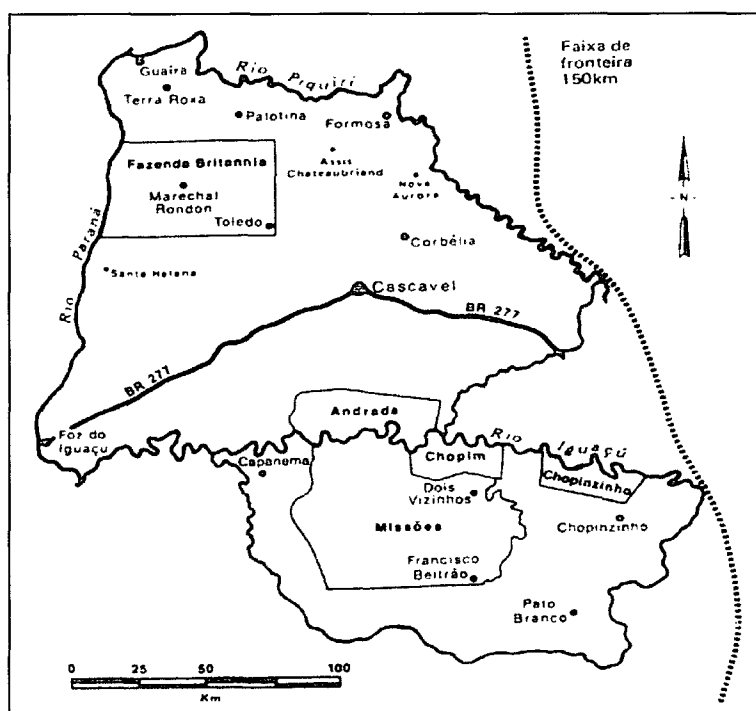
O que surpreende na maioria desses trabalhos, apesar da pluralidade de seus emissores, é o seu consenso interpretativo para com a atuação desta companhia. Uma significativa parcela destes estudos esforçou-se apenas em destacar as particularidades deste programa, uma vez que estas conferiam identificações específicas ao "Oeste do Paraná". Em outras palavras, grande parte destas publicações reforça as imagens produzidas pela empresa colonizadora, aceitando-a de forma acrítica e, assim, contribuindo para a preservação de determinadas caracterizações sobre a constituição sócio-política deste espaço. O que chama a atenção é a consonância com a retórica produzida pela MARIPÁ, ou seja, observa-se uma certa fidelidade ao que a empresa escreveu sobre si mesma, a partir da aceitação de um vasto complexo narrativo que faz dela o centro irradiador da história do Oeste paranaense.

Não cabe neste estudo o ater-se profundamente ao trabalho de análise do conteúdo das diversas produções historiográficas sobre a colonização do Oeste do Paraná (trabalho este, é importante ressaltar, ainda não realizado). No entanto, é necessário destacar as implicações normatizadoras que a difusão de determinados consensos interpretativos preservam sobre a constituição sócio-política das cidades colonizadas pela MARIPÁ. Basta citar, nesse sentido, obras como as de Oscar Silva [et ali], *Toledo e sua história*; de Venilda Saatkamp, *Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*<sup>4</sup>; de J. Pawelke, *Ficando rico no Oeste do Paraná*, entre outras. Estes estudos são exemplos significativos da profusão de uma

---

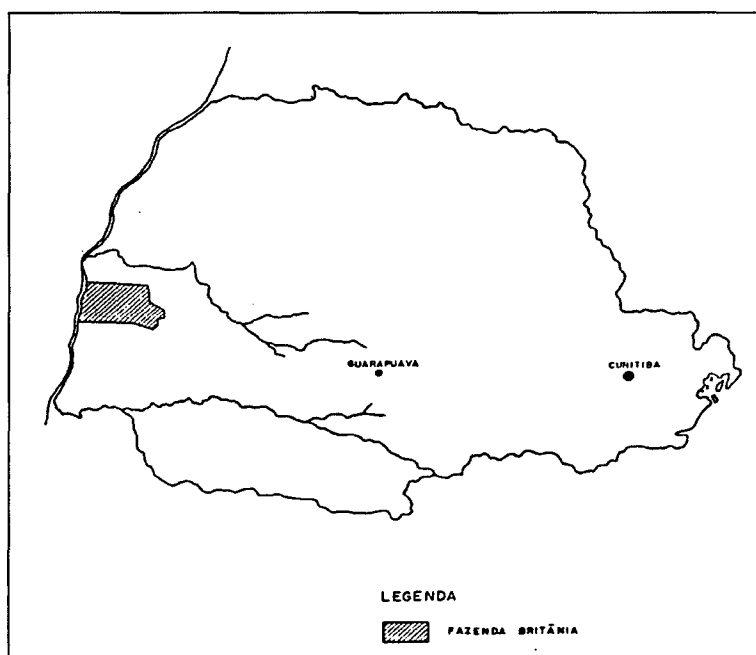
<sup>4</sup> Esta obra constitui-se num bom exemplo da tentativa de seus emissores em recuperarem a história do Município a partir da identificação e nomeação de seus agentes, com o objetivo de criarem uma noção de comunidade e pertencimento à mesma estirpe dos colonizadores. Cabe informar que este estudo é fruto de um esforço coletivo denominado *Projeto Memória*, desenvolvido por professores e alunos do curso de História da então Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon (hoje campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná) em conjunto com a Prefeitura Municipal.

MAPA 1 – Oeste do Paraná: propriedades e municipalidades.



Este mapa, além de destacar a Fazenda Britânia, na qual estão inseridos os atuais municípios de Toledo e de Marechal Cândido Rondon, demarca, também, através de linha pontilhada, a área do Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná incluída na faixa de fronteira (150 Km de largura). FONTE: FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 180.

MAPA 2 – Localização da Fazenda Britânia no Oeste do Paraná.



FONTE: FRASSON, Margarete J. *Ocupação do Oeste: a colonização de Toledo*. Marechal Cândido Rondon: FACIMAR; FUNIOESTE, 1991, p. 15 (mimeo.).

memória oficial cuja referência à atuação da MARIPÁ se mostra fiel à preservação da imagem construída por esta empresa.

Há, no seio da História Social construída sobre o Oeste do Paraná, e principalmente em sua versão oficial, a utilização de lugares discursivamente estratégicos a partir da recorrência a episódios passados; ou seja, criaram-se sintaxes textuais que asseguraram um espaço verbal de circulação de certas imagens sobre a constituição desta região. Assim, em decorrência da ênfase dada às idéias e mensagens produzidas pela MARIPÁ ao longo dos anos, houve (e ainda há) a *construção de uma determinada memória histórica sobre a colonização do Oeste do Paraná.*

Com tal processo, os interlocutores desta história “absorvem”, em certo sentido, lembranças homogeneizadas através das quais são ressaltados com mais vigor os aspectos positivos fomentados pelo progresso. Assim, escreve-se e divulga-se o que a MARIPÁ edificou sobre si mesma: o processo de (re)ocupação foi um empreendimento ordenado, planejado e pacífico, tendo como base um “tipo ideal de colono” instalado numa estrutura fundiária “exemplar” para o Brasil. Como isto é repetido à exaustão, passa a ser assumido como verdadeiro. Contribui ainda para a disseminação desta visão triunfante a sua internalização através de estratégias, tais como festas comemorativas, livros encomendados, entre outros meios de comunicação, que colaboram para a manutenção de determinada memória histórica.

Assim, os contornos narrativos do plano de colonização foram definidos através da utilização de elementos que passaram a ser recorrentes toda vez que se falava da MARIPÁ: cidades planejadas, fertilidade do solo, títulos seguros, igualdade de oportunidades àqueles que quisessem trabalhar e enriquecer, facilidade para a aquisição da pequena propriedade, entre outros aspectos, tornaram-se características inscritas no mapa referencial deste espaço. Portanto, estes elementos sustentaram e sustentam a representação de um *plano racional de*

*ocupação* num projeto impulsionado por um tipo humano ideal e organizado num sistema modelar de estrutura fundiária. Estes fatores garantiriam o fundamento do progresso político e econômico do território, legitimando-o, dessa maneira, a partir de um registro (que, muitas vezes, se quer científico) de tal plataforma.

Ora, é certo que, toda vez que se estuda o processo de povoamento do Oeste do Paraná, a ação da MARIPÁ é sempre enfatizada. Ocorre que são poucos os trabalhos que mantêm uma postura crítica para com os investimentos de linguagem instituídos por esta empresa acerca do espaço regional Oeste do Paraná. Só recentemente (1995-2000) têm surgido alguns estudos – principalmente sob a forma de dissertações e teses acadêmicas – que aprofundam questões antes negligenciadas pelas diversas faces da historiografia (marxista e positivista, principalmente). Observa-se, acima de tudo, uma mudança de perspectiva – fruto de novas tendências historiográficas<sup>5</sup> – em que os aspectos sócio-culturais e políticos passam a ter maior ênfase em detrimento de investigações de cunho econômico.

Um bom exemplo disso é o trabalho de Róbi J. Schmidt, intitulado *Cenas da constituição de um mito político*. Ao estudar as narrativas que envolveram o colonizador Willy Barth – principal dirigente da MARIPÁ – este autor procurou observar o processo de constituição de um mito político a partir da análise tanto dos discursos e das práticas desenvolvidas por este personagem quanto estudo das memórias (depoimentos de pioneiros) que lembravam a atuação daquele colonizador. Tal procedimento metodológico procurou dar voz aos agentes que participaram efetivamente do programa de colonização, mostrando assim

---

<sup>5</sup> Seria interessante a realização de um estudo sobre a produção local de dissertações e teses – cuja temática e temporalidade possuísem afinidades com este objeto de pesquisa – desenvolvidas junto à Universidade Federal do Paraná. No entanto, tendo em vista a problemática deste estudo, optou-se, inicialmente, pela referência a determinados trabalhos que se preocuparam exclusivamente com o estudo da empresa MARIPÁ e de seu programa de colonização. Uma interface com a produção mais ampla desta instituição, no entanto, seria de significativa importância, o que poderá ser realizado posteriormente, dando continuidade a este estudo ou a partir de novas discussões.

importantes informações sobre suas relações com a MARIPÁ. Apesar do estudo reforçar a construção do mito político Willy Barth – uma vez que este dirigente não era conhecido desta forma –, a análise apoia-se num amplo leque de emissores que pensaram e glorificaram os atos deste personagem, contribuindo assim para a criação de determinada memória histórica sobre este, bem como sobre todo o processo de colonização desenvolvido pela empresa MARIPÁ.

Outro trabalho que merece ser destacado é o de Neiva S. K. Maccari, *Migração e memórias: a colonização do Oeste paranaense*. Eis um estudo de estimada importância para a percepção dos anseios e crenças dos agentes migrantes – principalmente alemães – que se estabeleceram nas terras da MARIPÁ, mais especificamente, na recém-criada localidade de General Rondon. A partir de um exaustivo trabalho com os depoimentos de vários personagens deste processo, a autora dá destaque a um lado até então pouco valorizado pela historiografia: a fala dos colonos.

Tal abordagem possibilita um paralelo quanto aos objetivos destes colonos<sup>6</sup> quando comparados aos dos colonizadores. De forma geral, a autora esclarece não só os elementos que tornaram a migração necessária, como, e principalmente, fornece uma rica descrição dos valores e costumes arraigados na cultura desta comunidade e que os integravam rumo a um objetivo comum: o de manterem-se sob a vocação agrícola com base na unidade familiar, aspecto este que possibilitaria preservarem seu modo-de-ser. Embora a autora confunda a fração de terras

---

<sup>6</sup> Entende-se por colono aquele que habita uma colônia. Esta, segundo a definição de Giralda Seyferth, é assim designada: "O termo 'Colônia' designa tanto uma região colonizada ou área colonial demarcada pelo governo em terras devolutas, como também é sinônimo de rural. Ou seja, a área rural de um município é chamada, hoje, de colônia, e seus habitantes são colonos – uma categoria que sobreviveu ao longo do tempo e que designa o camponês. O termo 'colônia' também é usado para designar a propriedade agrícola do colono". SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990, p. 25. O termo colono migrante é constantemente utilizado neste estudo para designar aquele indivíduo que deixou seu local de origem (no caso Rio Grande do Sul e Santa Catarina) para se fixar num novo ambiente (terras da MARIPÁ).



colonizadas pela MARIPÁ com a totalidade da região Oeste do Paraná – fato que pode ser observado já no título de seu trabalho, e que, de certo modo, contribui para a preservação de uma caracterização construída pela própria empresa –, seu estudo não perde validade por isso, pois sua preocupação reside na análise dos depoimentos dos agentes que participaram efetivamente do processo de colonização.

Importante destacar, desde já, que estes dois trabalhos serão utilizados aqui como complementares à discussão que se pretende enfatizar. E isto por analisarem duas dimensões que estão intimamente relacionados ao objeto de pesquisa aqui delineado: de um lado, aparece o dirigente da MARIPÁ de maior influência na comunidade (Willy Barth); de outro, destaca-se um estudo sobre o colono que se estabeleceu nas terras desta empresa. Portanto, estes dois estudos serão revisitados ao longo deste trabalho. O intuito é perceber aspectos deste inter-relacionamento entre colonos e dirigentes, uma vez que, nesta relação, podem ser identificados as expectativas sócio-políticas de determinados discursos dos dirigentes da MARIPÁ.

Neste quadro de trabalhos acadêmicos recentes, importa destacar outro estudo sobre aspectos dos discursos sistematizados pela MARIPÁ. Trata-se da dissertação intitulada *A construção do discurso da germanidade em Marechal Cândido Rondon (1946-1996)* de Marcos N. Stein. Nesta pesquisa, o autor analisa os discursos sob os quais se procurou construir um “projeto de germanidade” para o município em questão. O que interessa perceber neste empreendimento crítico do autor é o processo de reapropriação de determinados discursos formulados pela MARIPÁ – no caso, sobre os migrantes de descendência alemã – por diferentes emissores (secretários de cultura, políticos estaduais, prefeitos etc.) com o objetivo de construção de uma identidade especificamente germânica para a cidade de Marechal Cândido Rondon.

Stein mostra como estes emissores necessitaram voltar-se para episódios do passado (fase da colonização) a fim de construírem e afirmarem uma história sedimentada nos agentes que compunham este espaço há meio século. Desse modo, o discurso sob o tema da germanidade mostra afinidades com referências e caracterizações atribuídas aos colonos migrantes pela empresa MARIPÁ. O objetivo de tal procedimento discursivo é o de especificar como os traços culturais de seu povo constituíam-se numa “volta às origens”, a fim de apresentar a germanidade como algo natural. Esta construção serviu, entre outras coisas, para legitimar o projeto de germanização pretendido para a cidade de Marechal Cândido Rondon, num processo claro de “invenção de tradições”.

Outro estudo de importante referência é a obra de Ernelo Schallenberger e Sílvio Colognese, intitulada *Migrações e comunidades cristãs: o modo-de-ser evangélico-luterano no Oeste do Paraná*. Neste trabalho, os autores destacam as representações do comunitário e do religioso a partir do estudo do perfil das comunidades cristãs e evangélico-luteranas que se fixaram no Oeste do Paraná a partir da colonização. De forma geral, apresentam um quadro que mostra não só a identidade deste grupo enquanto migrantes, mas, também, como estes assimilaram novos valores postos em evidência, principalmente a partir das transformações agrícolas ocorridas na década de 1970 (a chamada “Revolução Verde”). Assim, este estudo retrata as transformações da realidade social ocorridas neste território e suas repercussões culturais.

Defendida no ano de 1997, a tese de doutorado de Valdir Gregory, intitulada *Os euro-brasileiros e o espaço colonial: a dinâmica da colonização no Oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970*, é outro estudo que se destaca neste rol de

trabalhos recentes. Suas análises buscam caracterizar o “euro-brasileiro”<sup>7</sup> (para usar uma definição deste autor) ao longo de sua trajetória de migração pelas fronteiras agrícolas. Dessa forma, o autor dialoga com três frentes: trata do povoamento do Sul do Brasil e da formação do Espaço Colonial; do Paraná, seu território e sua população; do espaço colonial da MARIPÁ, desenvolvendo um estudo sobre a fronteira colonial, dando enfoque ao cotidiano e ao processo de modernização agrícola ocorrida nesse espaço. Suas análises permitem compreender, sobretudo, a dinâmica do espaço colonial a partir de seu componente característico: o colono. Nesse sentido, Gregory enfatiza a expansão da fronteira agrícola (a partir do estudo das práticas dos poderes público e privado) para os Estados de Santa Catarina e do Paraná, tendo como foco central as transformações “sofridas” pelo migrante “euro-brasileiro” até a década de 1970.

Tendo em vista este quadro de novos trabalhos desenvolvidos sobre o processo de ocupação do Oeste do Paraná, e mais especificamente sobre o projeto de colonização de Toledo e General Rondon, cabem algumas questões: até que ponto esta nova safra de pesquisas regionais contribuiu para uma nova leitura da história hegemônica construída pela MARIPÁ? Houve uma preocupação para com o

---

<sup>7</sup> O termo *euro-brasileiro* utilizado e definido por Valdir Gregory para caracterizar o colono migrante do Sul do Brasil deve ser cuidadosamente especificado, uma vez que soa preconceituoso e excludente enquanto discurso de valorização do branco em detrimento de outras etnias. Não é inocente, nesse sentido, a sua constante referência àqueles que participaram efetivamente do processo de colonização desenvolvido pela MARIPÁ, emissores que pretenderam glorificar os atos destes personagens. Gregory confere ao termo *euro-brasileiro* a seguinte definição: “o euro-brasileiro é o ser humano com tradição e com identidade contraditórias. Ele, enquanto europeu, é portador de medievalidade européia, mas contaminada pelas transformações dos tempos modernos. Enquanto colono brasileiro, é o homem camponês, colono, agente direto da colonização. Projetava adiante problemas e soluções. No lote colonial estava a terra onde se iria produzir a vida colonial. Esta implicava em ser proprietário de terra e nela constituir família em condições dignas de alimentação, de formação e de vida social religiosa. O espaço colonial seria a extensão do espaço familiar e do espaço da propriedade no qual se constituía o espaço da comunidade e da sociedade. A infra-estrutura permitia a vivência colonial. Esta era contemplada no trabalho, na prática religiosa, nos negócios, no divertimento. O modo-de-ser euro-brasileiro era o modo colonial”. GREGORY, Valdir, *Os euro-brasileiros e o espaço colonial: a dinâmica da colonização no Oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970*. Niterói, 1997. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, p. 66-67.

procedimento de desconstrução das caracterizações narrativas instituídas por esta empresa e “caladas” ao espaço regional Oeste do Paraná? Ou esta nova literatura apenas reforça essa construção discursiva?

É certo que toda tentativa de investigação histórica é válida, uma vez que pode fornecer novos pontos de vista, contribuindo, dessa forma, para a revisão de determinados conteúdos, bem como para a visibilidade de temas que antes eram desconsiderados. No entanto, aliada a esta validade está a necessidade do debate dos diferentes vieses e caminhos percorridos pelos autores. De forma geral, os estudos acima destacados podem ser definidos como veículos que, de certo modo, reforçam determinadas sintaxes textuais cultuadas pelos dirigentes da MARIPÁ. O que buscaram foi recuperar, mais detalhada e institucionalmente, as especificidades e singularidades históricas de um projeto colonizador e dos agentes que o efetivaram. Percebe-se um avanço no que concerne ao tratamento das fontes históricas, num procedimento de busca e seleção de dados e informações antes pouco disponíveis aos investigadores, destacando-se neste ponto, principalmente, a fonte oral. O problema, no entanto, está no diálogo com estas novas fontes, que, por vezes, carece de senso crítico.

Apesar desta nova safra de trabalhos negligenciar certas caracterizações instituídas pela MARIPÁ, pode-se perceber um grande avanço no que se refere ao estudo cultural envolvendo o migrante do Sul do Brasil. Embora não tenham analisado concretamente o processo de fundamentação de uma identidade para este espaço a partir da atuação prática e discursiva da MARIPÁ, estas obras enfocaram com habilidade traços que caracterizaram o modo-de-ser do colono migrante. E essa é uma virtude que merece ser destacada nessa historiografia mais recente.

Abordando a colonização do Norte do Paraná, a preocupação em perceber a construção de uma identidade a partir da análise do discurso obteve êxito considerável no trabalho de José H. R. Gonçalves, intitulado *História regional e ideologias: em torno de algumas corografias políticas do Norte paranaense* –

1930/1980. Gonçalves, investigou as diferentes caracterizações atribuídas ao Norte paranaense<sup>8</sup> por um número variado de emissores (geógrafos, diretores da empresa colonizadora responsável pela ocupação das terras desta região, políticos, jornalistas, intelectuais etc.). Este autor preocupou-se em desconstruir, ou seja, investigar a trajetória histórica de determinadas caracterizações que passaram a ser recorrentes toda vez que se falava do Norte do Paraná. É a seu quadro analítico que aqui se paga tributos.

Acredita-se, portanto, que as reatualizações das narrativas construídas pelos dirigentes da MARIPÁ foram e são promovidas pela necessidade que os agentes (aqueles diretamente envolvidos na luta por classificações) têm de legitimar mecanismos de validação da realidade. Estes mecanismos se impõem e se impuseram em decorrência das transformações na ordem político-econômica regional. Tal aspecto pode ser identificado principalmente nas falas de políticos que pretenderam representar o território e sua população, criando, para tanto, uma sensação de continuidade para com o projeto de colonização estruturado pela MARIPÁ.

Por tudo isso, observa-se que, apesar do espaço social poder ser apresentado de diferentes maneiras, o ponto de vista instituído pela MARIPÁ triunfou a partir da fusão entre sua estrutura de atuação (leitura objetiva) e os esquemas de percepção construídos simbolicamente (leitura subjetiva), o que repercutiu na constituição e manutenção de uma referência fundadora sobre o Oeste do Paraná.

---

<sup>8</sup> Para mais informações sobre a colonização do Norte do Paraná consultar as seguintes obras: TOMAZI, Nelson Dácio. *"Norte do Paraná": história e fantasmagorias*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997; ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado: representações da política em Londrina 1930/1975*. Londrina: Ed. UEL, 1998; GONÇALVES, José Henrique Rollo. *História regional e ideologias: em torno de algumas corografias políticas do Norte Paranaense - 1930/1980*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995.

Para delimitar o campo de abordagem desta pesquisa, optou-se por estudar determinados retratos regionais decalcados sob o espaço Oeste do Paraná pela empresa MARIPÁ. Isto se explica pelo fato de que as representações construídas pelos dirigentes de tal empresa tornaram-se retratos hegemônicos deste espaço, imagens aceitas e, muitas vezes, cultuadas pelas diversas faces da produção historiográfica. De forma geral, destaca-se, nesta caracterização, dois pontos de discussão: de um lado, considera-se as emissões de imagens e idéias em torno do contingente populacional selecionado para a colonização; de outro, a difusão de significados simbólicos sobre o espaço em processo de colonização, bem como sobre a estrutura fundiária aplicada neste. Ambos os aspectos legaram determinados sentidos ao Oeste do Paraná.

Quanto ao primeiro aspecto, encontra-se nos textos da MARIPÁ a tentativa de estabelecer uma referência fundadora aos agentes que se estabeleceram em suas terras, repercutindo, para tanto, na difusão dos valores socioculturais do grupo. Ou seja, os colonos migrantes estiveram no centro de uma luta de classificações, ao longo da qual diferentes emissores lançaram mensagens que procuravam caracterizá-los conforme suas aspirações mais imediatas. Mais importante: estas referências passaram a irradiar efeitos de conhecimento sobre o espaço regional, a partir da enunciação do caráter étnico de tal povoamento, que privilegiava o colono branco descendente de europeus (teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros).

No que tange ao segundo ponto, procura-se investigar como os seus retratos regionais, calcados na idéia do vazio demográfico e de uma *verdadeira reforma agrária* sob o tema da *democracia*, investiram o espaço com determinadas percepções e significações. Esses perceptos e esses signos procuravam, de uma ou outra forma, eliminar o problema da concentração fundiária, uma das características históricas da estrutura agrária brasileira.

## 01 Apresentação e análise da documentação

Diz o medievalista Jacques Le Goff:

O documento é testemunha e os ensinamentos que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (...) qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro e falso (...). É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos<sup>9</sup>.

Compreender a gênese social do espaço colonizado pela MARIPÁ, a partir do estudo das caracterizações narrativas que o circunscreveram, é um procedimento que permite explicar os atos de seus produtores e as obras por eles produzidas. Assim, a apreensão dos atos de instituição de determinados discursos sobre a colonização oferece ao investigador meios de entender, de forma mais abrangente, a “realidade” que se pretendeu construir.

Ao investigar a construção discursiva elaborada em torno do programa desenvolvido pela empresa colonizadora, torna-se fundamental dirigir-se à documentação produzida por seus dirigentes. Nesse sentido, cabe esclarecer que o *corpus* documental deste trabalho é constituído, basicamente, pelo *Plano de Colonização*<sup>10</sup> da MARIPÁ, composto pelo “Plano de Ação” e pelo “Relatório das

---

<sup>9</sup> LE GOFF, Jacques. “Documento/monumento”. In: *História e memória*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992, p. 547-548.

<sup>10</sup> Segundo a ficha catalográfica do Museu Histórico Willy Barth, localizado na cidade de Toledo, o Plano de Colonização, de autoria de Ondy Niederauer, foi elaborado em função de um concurso realizado em Londrina – PR para escolher os municípios que mais “progrediram” naquele ano. Divide-se este plano em duas partes: uma que o autor denominou de “teórica” e outra de “prática”. Cf. STEIN, Marcos Nestor. *A construção do discurso da germanidade em Marechal Cândido Rondon (1946-1996)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000, p.19-20. Cabe ressaltar que, em entrevista com este contabilista da MARIPÁ, quando indagado sobre o porquê da formulação do Plano de Colonização, o mesmo não expôs tal fato.

Atividades”<sup>11</sup> desta companhia. Somam-se a estes documentos, discursos expressos em cartas, estatutos e panfletos de propaganda, revistas, bem como trabalhos elaborados por pesquisadores que tematizaram sobre o espaço regional Oeste paranaense. No que tange a este último aspecto, faz-se necessário destacar algumas narrativas construídas por outros emissores, que não os dirigentes da MARIPÁ, e que, a exemplo destes, investiram uma série de enunciados sobre a natureza da colonização.

Neste sentido, destaca-se a obra de autoria de Kalervo Oberg e Thomas Jabine. Seu estudo, intitulado *Toledo: um município da fronteira Oeste do Paraná*, elaborado em 1956, retrata o início da formação da cidade de Toledo. Sua importância reside no fato de ser um dos únicos estudos substanciais, pelo menos até a década de 1970, envolvendo o projeto de colonização empreendido pela MARIPÁ. Esta obra contribui de forma decisiva para uma descrição densa sobre este projeto, a partir da visão de seus dirigentes. Apresenta, portanto, os discursos, as práticas e os objetivos vislumbrados neste empreendimento. Mais importante, tal estudo constitui-se no primeiro trabalho de caráter essencialmente *científico* produzido em torno do percurso *colonizatório*, informando sobre elementos que permitem identificar algumas formas de caracterização atribuídas ao espaço regional Oeste do Paraná pelos dirigentes da MARIPÁ. Ademais, acredita-se que tais autores procuraram forjar uma certa imagem sobre o programa de povoamento, a partir da construção de um corpo de justificativas fundadas em evidências empíricas (o estudo aprofundado desta obra será tratado no primeiro capítulo).

---

<sup>11</sup> O “Plano de Ação” e o “Relatório das Atividades” da Colonizadora MARIPÁ estão impressas e encontram-se junto ao acervo do Museu Histórico Willy Barth, na cidade de Toledo-PR. De caráter funcional, estes documentos possuem uma índole administrativa, constituindo-se, dessa forma, em arquivos permanentes e de uso restrito, cujo valor histórico pode ser recuperado através do procedimento de crítica externa e interna.



Outra fonte utilizada neste trabalho, e que se constituiu num importante veículo de difusão de certas caracterizações sobre o Oeste do Paraná, é a *Revista Municipalista*, publicada no final da década de 1950. Interessa, sobretudo, a consulta a dois números específicos – um, publicado em Maio de 1957, e outro em Setembro de 1958. Esta revista, editada pelos órgãos oficiais do governo estadual, apresenta matérias sobre a colonização desenvolvida nesta região do Estado, dando principal destaque ao papel exercido pela MARIPÁ. Representa, em vista disso, um documento de imprescindível referência ao longo desta pesquisa, pois retrata momentos em que a comunidade política constituída na área colonizada pela MARIPÁ buscava sua afirmação.

Cabe destacar, ainda, um artigo de importante referência para este estudo. Trata-se de *Colonização pioneira no Sul do Brasil: o caso de Toledo, Paraná*, de autoria de Keith Derald Muller. Este trabalho constitui-se, basicamente, no segundo estudo aprofundado sobre o projeto de colonização desenvolvido em Toledo pela MARIPÁ, publicado nos anos de 1970. O enfoque fundamenta-se na análise da estrutura fundiária posta em prática por tal empresa, dando destaque a questões positivas e limitadoras deste modelo agrário. Este estudo, cabe ressaltar, constitui-se num outro veículo que corrobora a caracterização do espaço regional Oeste do Paraná, posto que, em larga medida, contribuiu para a preservação de certas imagens construídas pela própria colonizadora, a partir de seu discurso fundador.

É certo que a Companhia MARIPÁ estabeleceu uma leitura apologética de sua própria atuação no contexto de ocupação do território sob o seu controle. Sua documentação apresenta esta característica, revelando – a partir de uma série de enunciados sobre a necessidade de colonizar – as vantagens advindas por meio de um determinado programa de colonização. Em linhas gerais, a linguagem identificada nestas fontes representa uma autoridade, ou seja, reflete a posição social de seus locutores, que agem como se fossem porta-vozes de um grupo que aspira à institucionalização. Destaca-se o forte teor político presente nas

informações produzidas e divulgadas pelos dirigentes. Tratam-se, pois, de documentos complexos, que abrangem, além do plano de colonização propriamente dito, também a divulgação das atividades realizadas pela empresa, desde a constituição de toda uma estrutura industrial e comercial até os procedimentos relacionados à assistência social.

A produção destas fontes primárias atendeu às necessidades de um projeto político-social, manifestando certas modalidades de relações sociais, contribuindo e legitimando determinada visão da história da ocupação desta região. Por isso, a preocupação com a crítica interna e externa dos documentos torna-se imprescindível para um bom trabalho de investigação, com o intuito de evitar as armadilhas que sua interpretação superficial possa representar (o anacronismo, por exemplo). Importa, nesse sentido, apresentar uma rápida explanação sobre a tipologia da documentação arrolada para a pesquisa.

As informações divulgadas no *Plano de Colonização* da MARIPÁ apresentam-se divididas em duas partes: na primeira, é apresentada, de forma teórica, o plano de ação, no qual são traçadas antecipadamente as estratégias de atuação no espaço a ser colonizado; na segunda parte, é demonstrado o “sucesso conquistado” com a aplicação do plano de ação e, para tanto, as informações encontram-se organizadas em forma de relatório.

O “Plano de Ação” foi elaborado pelos diretores da MARIPÁ com o propósito de traçar, de forma objetiva, os procedimentos considerados adequados para o trabalho de colonização. Destaca-se, aqui, a preocupação com o elemento humano a ser atraído, a instalação da pequena propriedade, a implementação da policultura, o escoamento da produção e a industrialização. Estas eram as estratégias decisivas para alcançar os objetivos delineados pelo empreendimento colonizador.

O “Relatório das Atividades”, por sua vez, constitui-se num documento que fornece dados e informações a respeito das atividades e ações econômicas, políticas e sociais organizadas pelos dirigentes em torno de seu empreendimento. Essas

informações apresentam-se enriquecidas com ilustrações – tais como gráficos e fotografias – que informam seus leitores quanto aos caminhos percorridos, as atividades realizadas, bem como sobre os mecanismos de que se valeram os administradores da referida empresa para atingirem racionalmente seus objetivos. Assim, os gráficos demonstram quantitativamente os investimentos, as transformações e o crescimento do capital da empresa. As fotografias ilustram a estruturação do espaço físico, enfatizando a construção de estradas, igrejas, casas comerciais, o incremento do cultivo agrícola, entre outros “melhoramentos” que, na qualidade de prova documental, atestam o sucesso do programa de colonização.

Tais informações revelam, sobretudo, os procedimentos utilizados para a transformação da área, que abrange desde as atividades de medição das propriedades, venda de terras, registros contábeis e o amparo técnico fornecido aos colonos, até as possibilidades de preservação dos laços religiosos por parte dos migrantes. Ao final desta exposição, o relatório das atividades da empresa colonizadora apresenta um resumo dos trabalhos desenvolvidos durante o período de 1946 a 1960. Esse resumo preocupa-se em demonstrar, de forma geral, a origem étnica dos migrantes (predominantemente italianos e alemães), sua procedência sulista (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), além de informar o número de construções verificadas até o momento da elaboração do relatório (casas comerciais, oficinas, entre outras).

É importante destacar que as informações divulgadas nestes documentos não serviram apenas como prestação de contas aos seus acionistas (quanto aos investimentos, lucros e atividades da empresa) mas serviram também como *propaganda* das terras em fase de colonização. Este último aspecto evidencia-se ainda mais através da preocupação dos dirigentes em identificarem os primeiros habitantes, uma vez que seus nomes serviam de referência aos demais colonos interessados na compra de lotes de terra. Ou seja, no que se refere ao público alvo destes relatórios, observa-se que os mesmos serviam como prestação de contas dos

dirigentes da MARIPÁ para com os acionistas da empresa, como propaganda aos agricultores interessados na aquisição de novos lotes de terra, bem como, poderiam ser publicados em Diários Oficiais com o objetivo de apresentar relatórios sobre o empreendimento às autoridades públicas.

Em síntese, sendo essa a estrutura interna da documentação utilizada para a pesquisa, questionar suas informações, com o intuito de entender, problematizar e analisar as caracterizações narrativas atribuídas ao Oeste paranaense a partir deste programa de colonização requer apurados critérios de crítica. O cuidado com a forma e com a escrita da fonte; a preocupação com a identificação de suas leis de produção e divulgação; a atenção voltada para as três temporalidades – ou seja, a do historiador, a das fontes e a dos autores que trabalharam sobre o tema – são procedimentos indispensáveis no ato de interpretação. Esses cuidados possibilitam pensar a relação entre texto e contexto para, então, buscar o(s) seu(s) sentido(s).

Um primeiro aspecto importante, a ser considerado no momento de interpretar a documentação, diz respeito à posição social de seus autores: deve-se ter claro que estas fontes foram produzidas por aqueles que estiveram no *comando* do plano de colonização. Dessa forma, a sua interpretação requer a atenção do historiador, principalmente à percepção dos agentes e dos aspectos que os dirigentes da MARIPÁ privilegiaram em seu enfoque; além, evidentemente, da maneira como estas informações imprimem uma determinada ordem à história do povoamento regional.

De modo genérico, os documentos acima detalhados mostram a preocupação dos dirigentes da MARIPÁ em construir uma história fundadora para o território em processo de ocupação capitalista sistemática. Para tanto, privilegiam uma história “isenta” de contradições, enfatizando os discursos do progresso, do vazio demográfico e do pioneirismo. Ou seja, percebe-se, nestes documentos fundadores de determinada historicidade uma lógica interna que deve ser considerada no momento de sua interpretação. Isso porque, como foi ressaltado, muitas das

informações buscam efetivamente dar legitimidade ao papel desempenhado pela empresa colonizadora.

Nota-se que a “realidade” produzida pelos documentos busca explicitar a idéia de um empreendimento comercial fundado em pressupostos inquestionáveis; neles a razão dada ao progresso e ao desenvolvimento econômico se constituíam em objetivos de natureza privilegiada. Há de se considerar, portanto, a existência de usos ufanistas e apologéticos da linguagem, que aparecem articulados aos interesses específicos de seus produtores, ou seja, os dirigentes e capitalistas da MARIPÁ. Neste caso, o ato de nomear e classificar determinadas configurações não pode ser considerado como um procedimento inocente. Ele reflete, acima de tudo, a tentativa dos produtores em criar uma visão única de seu empreendimento, consagrando, para tanto, uma determinada leitura sobre sua gênese, constituição e processo de efetivação.

Nesse sentido, o “Plano de Ação” e o “Relatório das Atividades” da MARIPÁ induzem à racionalidade das práticas administrativas instituídas por esta companhia, com o objetivo de causar, nos colonos migrantes, a impressão de que a colonização esteve pautada em princípios incontestáveis. A lógica desse procedimento consiste em imprimir uma leitura homogênea (e hegemônica) de sua constituição, através da qual as práticas assumidas pelos dirigentes da empresa remetem à idéia de uma ação integrada e racional.

Com efeito, a ação simbólica construída em torno do empreendimento colonizador encontra espaço privilegiado na documentação da MARIPÁ. São elaborados discursos – alicerçados em temas como o trabalho, o progresso, a seleção étnica, a estrutura fundiária, entre outros – com o objetivo de caracterizar uma realidade que revele uma integração social entre colonos e representantes políticos, reproduzindo, desse modo, uma mesma ordem social. Nesse contexto, a prática dos dirigentes consistiu em nomear e identificar aspectos que orientaram as atividades econômicas, políticas e culturais, segundo estratégias paternalistas de

atuação que lhes garantissem a dominação política de tal espaço e viabilizassem as ações segundo seus interesses específicos.

Por isso, é na construção discursiva dos documentos da MARIPÁ que se encontra o objetivo de imprimir, por parte de seus dirigentes, uma lógica apropriada às práticas de gerenciamento do programa de ocupação. Estes agentes preocuparam-se em estabelecer “a verdade” deste programa; para este fim, caracterizaram suas práticas como as mais coerentes e satisfatórias para a tarefa que propunham realizar: dirigir a “sociedade pioneira” local nas trilhas do progresso nacional.

Para além deste aspecto, os discursos formulados pelos dirigentes da MARIPÁ não visavam tão somente recrutar compradores de terra ou mão-de-obra para a zona de povoamento: seus discursos e práticas denotavam intenções político-pedagógicas para com o grupo que se formava. Eram discursos destinados a indivíduos que pudessem compartilhar dos ideários liberal-conservadores dos agentes capitalistas colonizadores. Eram discursos que visavam criar um determinado consenso ideológico-político.

Mas, para além de tais considerações, o projeto colonizador empreendido pela MARIPÁ não se destaca apenas pelo seu planejamento e direcionamento, o que garantia aos dirigentes o poder de construir cidades e de nelas atuarem politicamente. O que surpreende, no entanto, é a inexistência de discursos contrários ou de oposição às práticas administrativas da MARIPÁ; este fator – abordado ao longo deste estudo – contribuiu para a preservação e disseminação de uma determinada leitura sobre a colonização desenvolvida pela empresa colonizadora.

Neste ponto, várias interrogações emergem no trabalho investigativo dos discursos publicados pela MARIPÁ quando se considera o contexto histórico que envolvia e implicava tal iniciativa administrativa. A conjuntura histórica deste período revela um ambiente permeado por questões conflituosas, principalmente no

que tange à garantia da propriedade, embora essa questão não fosse diretamente enfocada pelos dirigentes da empresa. Não obstante, elas estavam presentes no momento em que este discursavam sobre as particularidades de seu empreendimento colonizador. Assim, apesar destes empresários evitarem falar dos problemas fundiários que assolavam grande parte do território Sudoeste do Paraná (que deu origem a um conflito conhecido como a “Revolta dos Posseiros”), era evidente que a questão agrária lhes causava apreensão e que, portanto, deveria ser “escamoteado”, ou seja, obliterado aos futuros compradores de terras. Também esta discussão será retomada ao longo do presente trabalho.

É importante perceber, por tudo isso, que o amplo repertório narrativo construído em torno de tal “plataforma colonizatória” constituiu-se num mecanismo de identificação da referida empresa com o território do Oeste do Paraná. Dessa maneira, os dirigentes da MARIPÁ compunham um discurso “mítico” sobre si mesmos; esse discurso aparece estruturado nas seguintes bases: a atuação da MARIPÁ trouxe ao Oeste do Paraná o progresso e a civilização; tal progresso é devedor do espírito pioneiro de colonos afeitos ao trabalho; seu programa de colonização deve ser considerado como de interesse público, vez que era exemplo de reestruturação fundiária. Estes elementos vão ter a função de instituir validade conceptual ao espaço territorial em questão, dando a ele uma referência fundadora.

Cabe destacar, no entanto, que não se trata de negar o desenvolvimento sócio-econômico anunciado pelos dirigentes da colonizadora MARIPÁ, mas de mostrar como o espaço regional foi investido por determinadas caracterizações narrativas, a partir da atuação da empresa, e que lhe imprimiram determinadas identificações com o objetivo de criar uma imagem fundadora legitimante da ação empresarial. De resto, este estudo não esgota a análise sobre os sentidos dos discursos construídos pelos dirigentes da MARIPÁ. Ao contrário, constitui-se numa contribuição para o alargamento do conhecimento histórico sobre questões relativas à colonização

regional, determinantes para a atual estruturação política, econômica e cultural do Oeste paranaense.

## **02 Organização da pesquisa**

O trabalho que se segue está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo desenvolve-se uma sucinta análise teórico-metodológica a partir do estudo do modelo de interpretação proposto por Pierre Bourdieu, principalmente em torno das questões que envolvem os esquemas de desconstrução da linguagem, bem como seus conceitos de *habitus* e de *campo*.

Ainda no mesmo capítulo procura-se exhibir, a partir da apresentação do espaço regional Oeste do Paraná, algumas caracterizações atribuídas a este espaço antes do processo sistemático de colonização; e isso para, a seguir, contrastá-lo com o período de atuação da MARIPÁ. Tal procedimento se explica pela necessidade de mapear as diferentes identificações decalcadas sobre este espaço, a partir da atuação de diferentes emissores. Cabe ainda, uma rápida explanação sobre a constituição política desta empresa, a fim de mostrar sua "ossatura" institucional e suas formas de atuação. Por fim, busca-se mostrar – a partir de enunciados de jornalistas, memorialistas, pesquisadores etc., – a reprodução do conteúdo discursivo divulgado pela MARIPÁ, e que reforçam a tentativa dos dirigentes desta empresa de legitimarem seu empreendimento colonizador.

No segundo capítulo, a investigação centrou-se nos discursos construídos pelos dirigentes da MARIPÁ em torno do contingente populacional selecionado para a colonização. A este quadro discursivo – que aqui denominou-se de *primeira matriz discursiva* – encontra-se atrelado o sentido de muitas práticas administrativas



empreendidas pela colonizadora conforme certas especificidades deste programa, principalmente no que tange à tentativa destes dirigentes: corroborarem a instituição de uma identidade para as pessoas que povoavam o seu território. Nesse sentido, o trabalho consiste em identificar a trajetória histórica dos discursos que caracterizavam os “euro-brasileiros” como o melhor agente para a “melhor colonização que o Paraná necessita”. O objetivo é perceber como este procedimento discursivo se originou, a partir das singularidades que ele historicamente adquiriu.

Por fim, no terceiro capítulo, o trabalho procurou analisar o que, aqui, foi denominado de *segunda matriz discursiva*, ou seja, os discursos que fundamentaram as narrativas dos dirigentes da MARIPÁ, principalmente no que se refere à tentativa destes agentes em forjarem uma determinada identidade ao espaço regional Oeste do Paraná. Tratou-se, pois, de problematizar as principais caracterizações legadas a este espaço territorial a partir da iniciativa de tal empresa. Assim, privilegiou-se debater os temas do vazio demográfico e da Reforma Agrária, por serem os mais enfatizados, posto que apresentavam implicações simbólicas com as narrativas instituídas pelos administradores da MARIPÁ. E isso com o intuito de mostrar como a estruturação de um espaço de poder foi resultado da tentativa de consolidação de determinadas imagens; imagens que conferem um sentido histórico ao espaço e às pessoas no processo mesmo de ocupação efetiva do território pelo capital.

## **Capítulo I**

### **Imagens discursivas na descrição do Oeste do Paraná**

#### **1.1 Considerações preliminares: apontamentos teórico-metodológicos**

O estudo aqui apresentado inscreve-se no campo de pesquisas de história regional. As possibilidades analíticas que esta perspectiva de história articula – como a apreensão do cotidiano e da especificidade de determinadas configurações regionais –, permitem desenvolver um estudo que parta do específico, do particular, para, a seguir, compreender as suas relações com um todo maior, como a conjuntura nacional. Entretanto, não cabe neste trabalho discorrer sobre as várias possibilidades de leitura do conceito de região<sup>12</sup>.

Em síntese, acredita-se que este termo, “região”, encerra uma infinidade de significados, que variam segundo as intenções de seus emissores, mas que, de forma geral, configuram um espaço de disputas e de investimentos de sentido. A palavra região, aqui empregada, parte da conceituação proposta por José H. R. Gonçalves. Este autor propõe

---

<sup>12</sup> Para maiores informações sobre a historicidade e implicações do uso do conceito de região ver: SILVA, Marcos A. da (Coord.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990; CAYOLO, Marcel. “Região”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol.8, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986; SZESZ, Christiane Marques. “O conceito de Região: discursos e representações no Paraná”. In: *Revista Cultura e Cidadania - ANPUH - PR*. Vol.I, Curitiba, 1996, p. 293-323.

uma recuperação dos sentidos mais convencionais possíveis do termo região: um segmento do espaço isolável para finalidades eminentemente descritivas. Isto equivale a dizer que a palavra região não indica um problema de natureza conceptual, mas apenas de operar recortes no tecido de uma dada realidade que, doutro modo, não seria possível compreender. Falando em termos formais, uma região seria, nesta perspectiva, dentre tantas outras coisas, o resultado de um conjunto conflituoso de operações de doação de sentido, significando tudo aquilo que disseram e dizem dela. Isto implica em dar ênfase às estruturas cognitivas e assumir que elas desdobram-se em temporalidades que não são as mesmas dos processos tecnológicos e políticos (...). Todavia, vale notar que ele [o termo região] é objeto de disputas discursivas e que, nas lutas entre agrupamentos sociais, operações de expropriação locucional são cotidianamente realizadas pelos vencedores circunstanciais<sup>13</sup>.

Logo, o termo região é aqui aceito como categoria fundamentalmente discursiva-descritiva, pela qual diferentes emissores investem operações de sentido(s) com o objetivo de obterem uma definição legítima do espaço "regional"<sup>14</sup>. Assim, ao tomar como universo temático uma fração do território a oeste do Paraná, nos anos 46-60, procura-se compreendê-lo como resultado de múltiplos investimentos semióticos. No entanto, parte-se do suposto de que a perspectiva instituída pela MARIPÁ impôs-se sobre as demais, tornando-se hegemônica.

Para entender o quadro temático aqui proposto, parte-se, fundamentalmente, de algumas reflexões teóricas e metodológicas elaboradas por Pierre Bourdieu, principalmente àquelas que circulam em torno dos métodos de *desconstrução* da linguagem. Tal procedimento de investigação possibilita, sobretudo, perceber, nas construções discursivas, elaboradas pelos dirigentes da MARIPÁ, o seu sentido e a sua trajetória histórica específica. Segundo Bourdieu,

compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, *tornar necessário*, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos

<sup>13</sup> GONÇALVES, José Henrique Rollo. *História regional e ideologias: em torno de algumas corografias políticas do Norte Paranaense - 1930/1980*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995, p. 39.

<sup>14</sup> Pierre Bourdieu desenvolve uma análise enfocando as lutas entre diferentes categorias de intelectuais franceses pela autoridade locucional em torno da enunciação do que deve ser uma região. BOURDIEU, Pierre. "A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região". In: ---. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: DIFEL/Beltrand Brasil, 1989.

produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir<sup>15</sup> (grifos no original).

O autor confere à linguagem uma eficácia propriamente simbólica de construção da realidade, uma vez que esta contribui para constituir a estrutura do mundo social, a partir dos atos de instituição e nomeação dos agentes envolvidos na luta pela imposição de uma visão legítima da realidade. A partir da conceituação do pensador francês, observa-se que os porta-vozes de diferentes classes produzem discursos conscientes de suas respectivas posições na estrutura social.

Bourdieu observa ainda que a autoridade com que se reveste a linguagem vem de fora dela. Em outros termos, não basta que o discurso seja compreendido por aqueles que lhe estão sujeitos (este pode até ser incompreendido): é necessário que a *autoridade* que o pronuncia seja reconhecida pelo grupo. A linguagem, portanto, representa tal autoridade, simbolizando-a; pois, como explica Bourdieu,

o porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador. (...) As condições a serem preenchidas para que um enunciado performativo tenha êxito se reduzem à adequação do locutor (ou melhor, de sua função social) e do discurso que ele pronuncia<sup>16</sup>.

Por conseguinte, Bourdieu afirma que o ato de "dar vida" à coisa nomeada só será bem sucedido quando o agente anunciador do sentido for reconhecido pelo grupo, bem como pelo grau com que esse discurso enunciador esteja fundado na objetividade do grupo. É na crença daquele que pronuncia determinadas palavras ao grupo, conferindo-lhe uma certa referência, que reside a capacidade de fazer existir o dado pela enunciação, de tal forma que *o poder sobre o grupo a que se pretende dar existência enquanto grupo é, ao mesmo tempo, um poder de fazer o grupo*

---

<sup>15</sup> *Idem*, p. 69.

<sup>16</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 89.

*impondo-lhe princípios de visão e de divisões comuns, e, portanto, uma visão idêntica de sua unidade*<sup>17</sup>.

Para este autor, é importante observar, também, que os atores sociais interagem em campos que se interrelacionam. Logo, é necessário, para o investigador, analisar os interesses específicos que os mandatários devem à sua posição no campo, para mostrar os efeitos por eles determinados. Como diz o sociólogo:

Apreender ao mesmo tempo o *que é instituído*, sem esquecer que se trata somente da resultante, num dado momento, da luta para fazer existir ou "inexistir" o que existe, e *as representações*, enunciados performativos que pretendem que aconteça aquilo que enunciam, restituir ao mesmo tempo as estruturas objetivas e a relação com estas estruturas, a começar pela pretensão a transformá-las, é munir-se de um meio de explicar mais completamente a "realidade", logo, de compreender e de prever mais exatamente as potencialidades que ela encerra ou, mais precisamente, as possibilidades que ela oferece às diferentes pretensões subjetivas<sup>18</sup>. (grifos no original)

Bourdieu Apresenta uma série de cuidados metodológicos para com a análise da lógica e da eficácia das manifestações lingüísticas, alertando que, no âmbito da linguagem, pode-se dizer o tudo e pode-se dizer o nada. Não obstante, o trabalho de desconstrução de um discurso marcado pelos efeitos de *naturalização* deve ser baseado, primeiramente, na definição da posição social dos agentes diretamente envolvidos no ato de enunciação. Nas palavras de Bourdieu,

(...) todos os esforços para encontrar na lógica propriamente lingüística das diferentes formas de argumentação, de retórica e de estilística, o princípio de sua eficácia simbólica, estão condenados ao fracasso quando não logram estabelecer a relação entre as propriedades do discurso, as propriedades daquele que o pronuncia e as propriedades da instituição que o autoriza a pronunciá-lo<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> *Idem*, p. 111.

<sup>18</sup> BOURDIEU, Pierre, 1989, *op. cit.*, p. 118.

<sup>19</sup> BOURDIEU, Pierre, 1996, *op. cit.*, p. 89.

O quadro conceptual esquematizado por Bourdieu visa encontrar a mediação entre o agente social e a sociedade. Nesse sentido, o sociólogo afirma que a comunicação entre os agentes *se dá enquanto interação socialmente estruturada, isto é, os agentes da "fala" entram em comunicação num campo onde as posições sociais já se encontram objetivamente estruturadas*<sup>20</sup>.

Para tanto, Bourdieu enfatiza a importância dos conceitos de *habitus* e de *campo*, centrais em seu pensamento, como subsídios indispensáveis para pensar a adequação entre as ações do sujeito e a realidade objetiva da sociedade como um todo.

O *campo* é aqui entendido como o *locus* em que se trava uma luta concorrencial entre os atores, no qual estes interagem em campos que se interrelacionam, porém em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão. A estruturação do campo, conforme Bourdieu, é definida segundo as relações objetivas presentes em determinada estrutura, e sua reprodução *é uma das questões vitais dentre as que estão em jogo na concorrência que se desenvolve dentro desse campo*<sup>21</sup>.

Torna-se importante frisar a importância, apontada por Bourdieu, de uma análise da lógica interna dos esquemas de representação da realidade, lembrando-se, todavia, de que estas sempre se apresentam articuladas com as determinações da estrutura social mais ampla. Nas palavras de Bourdieu,

as estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de *disposições* duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente "reguladas" e "regulares" sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente

---

<sup>20</sup> ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994, p. 13.

<sup>21</sup> *Idem*, p. 42.

orquestradas, sem ser o produto da ação organizada de um regente<sup>22</sup> (grifos no original).

Ou seja, o *habitus*, presente em um determinado meio, produz práticas que só podem ser explicadas segundo a conjuntura, a qual é resultante e percebida por aqueles que compartilham o código. Com efeito, o *habitus* pode ser considerado como um sistema subjetivo de estruturas interiorizadas, comuns a todos os membros de seu grupo e que constituem a condição de toda a percepção do mundo. O *habitus*, diz Bourdieu, *é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas (...); o habitus produz práticas e representações que estão disponíveis para a classificação*<sup>23</sup>.

Não obstante, observa-se, a partir das reflexões teóricas de Bourdieu, que a necessidade de nomear e classificar o universo social que se está consolidando é uma prática comum utilizada pelos agentes que detêm uma posição dominante no *campo*. E, como será visto mais adiante para o caso do projeto de povoamento empreendido pela MARIPÁ, este aspecto pode ser identificado na figura de seus dirigentes; pois estes, ao procurarem conservar a sua visão e posição dominante no *campo* da colonização, necessitavam apresentar um sentido comum ao grupo que se formava. Ainda segundo Bourdieu,

a transição do estado de grupo prático ao de grupo instituído (classe, nação etc.) requer a construção do princípio classificatório capaz de produzir o conjunto das propriedades distintivas características do conjunto dos membros desse grupo e, ao mesmo tempo, de anular o conjunto das propriedades não pertinentes que uma parte ou a totalidade de seus membros possuem por outras razões (como, por exemplo, as propriedades de nacionalidade, idade ou sexo) e que poderiam servir de base a outras construções. A luta se localiza, portanto, no próprio princípio de construção da classe (social, étnica, sexual etc.): todo e qualquer grupo é palco de uma luta pela imposição do princípio legítimo de construção dos grupos, sendo que qualquer

---

<sup>22</sup> *Idem*, p. 60-61.

<sup>23</sup> BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 158.

distribuição de propriedades sociais, sexo ou idade, instrução ou riqueza, pode alicerçar divisões e lutas propriamente políticas<sup>24</sup>.

Bourdieu afirma, como já ressaltado, que o ato de dar vida à coisa nomeada só será bem sucedido quando aquele que o enuncia for reconhecido pelo grupo, bem como pelo grau com que o discurso anunciador esteja fundado na objetividade do grupo. "O poder sobre o grupo a que se pretende dar existência enquanto grupo é, ao mesmo tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisões comuns, e, portanto, uma visão idêntica de sua unidade"<sup>25</sup>.

Pensar num programa de ocupação planejado por dirigentes de uma empresa colonizadora implica perceber as estratégias destes agentes segundo a função e a posição que detinham no interior do *campo* da colonização. Isto porque, por serem os porta-vozes dos colonos migrantes, produziram discursos conscientes de sua posição na estrutura social. Além do mais, os dirigentes desta companhia, ao procurarem investir seu poder sobre determinado capital social (no caso, os dos colonos migrantes) objetivavam sempre conservar ou maximizar, a partir de suas práticas administrativas, uma posição de poder dominante no *campo*.

Tendo em vista as categorias analíticas propostas por Bourdieu, propõe-se, aqui, um trabalho de desconstrução dos discursos matriciais identificados no complexo narrativo produzido pelos dirigentes da MARIPÁ. Nestes termos, o trabalho consiste em mostrar, a partir da investigação direta da documentação de tal empresa, o conteúdo deste discurso e sua especificidade no contexto do povoamento do Oeste do Paraná. O objetivo é perceber a trajetória desse discurso a partir do estudo do jogo de linguagem que lhe dava coesão. Logo, o ponto fulcral desta pesquisa reside na investigação da estrutura narrativa instituída pela MARIPÁ no processo de colonização.

---

<sup>24</sup> BOURDIEU, Pierre, 1996, *op. cit.*, p. 120.

<sup>25</sup> *Idem*, p. 111.



Busca-se analisar a produção de efeitos de veracidade que conferiram a tal empreendimento os fundamentos amplamente aceitos como referenciais deste espaço regional. Ademais, objetiva-se entender como os dirigentes desta empresa atuaram no *campo* das empresas de colonização, adquirindo prestígio político e poder de representação junto aos colonos migrantes, através da difusão de determinados discursos que cumpriram um importante papel de caracterização das representações simbólicas sobre a sociedade local.

## **1.2 Síntese da (re)estruturação regional a partir da publicidade da MARIPÁ**

### *1.2.1 Interpretações do Oeste do Paraná antes da colonização*

Antes de partir para a análise das caracterizações narrativas instituídas pela MARIPÁ às terras ocupadas com seu projeto de povoamento, é importante sintetizar as tendências interpretativas dos primeiros estudos e relatos que tematizaram o Oeste paranaense. Portanto, nesta parte do trabalho, propõe-se uma leitura das formas de regionalização atribuídas a este espaço pelos estudos que precederam o processo de colonização sistemática, com o objetivo de observar como as suas referências são reatualizadas, assumindo novas feições segundo as necessidades e conveniências de seus locutores.

É certo que as formulações conceptuais acerca deste espaço regional não se restringiram ao período de atuação da companhia MARIPÁ. Antes do aparecimento desta empresa, falar no Oeste do Paraná era, ainda, referir-se a uma área cujas florestas inóspitas, habitadas por feras e povoadas por indígenas, representavam a imagem de um *canto isolado por completo da civilização*<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Maripá. *Relatório das Atividades*, 1960, p.02.

Neste cenário inicial de caracterização, a partir do início do século XX, destacavam-se as áreas das missões (atual município de Guaíra e Foz do Iguaçu). No tocante às demais áreas que configuravam esta delimitação espacial, as referências restringiram-se a observações de caráter essencialmente político-administrativo. Por se tratar de uma área de fronteira, marcada historicamente por conflitos e pela instabilidade – decorrentes, principalmente, de disputas pela região Platina entre Brasil, Paraguai e Argentina –, a região Oeste do Paraná recebe maiores atenções e, conseqüentemente, investimentos locucionais, a partir de 1930. Vários episódios contribuem para isto. Um acontecimento em particular é considerado como marco dessa transformação. Trata-se da passagem da Coluna Prestes pela região. Segundo esta historiografia, com a presença dos militares, que combateram os revoltosos, explicitou-se, para os administradores públicos, a precária situação nacional desta região de fronteiras<sup>27</sup>: a inexpressiva presença de brasileiros<sup>28</sup> e a atuação de companhias estrangeiras são exemplares da insegurança

---

<sup>27</sup> A Coluna Prestes refere-se à marcha revolucionária comandada por Luís Carlos Prestes. Tendo como ponto de partida o Rio Grande do Sul, o movimento, a partir de 1920, atravessa o interior do país, perfazendo cerca de 30.000 quilômetros percorridos. Os comandantes deste movimento, movidos pelas idéias comunistas, travaram – com armas na mão – uma luta contra as oligarquias dominantes personificadas pelo então presidente Artur Bernardes. No que diz respeito à passagem da Coluna Prestes pelo Oeste do Paraná, esta ocorreu em 1924, tendo como fato marcante a junção da coluna gaúcha e paulista. Ao chegarem à cidade de Porto Mendes, os revoltosos atravessaram o Rio Paraná em direção a Porto Adela, no Paraguai, para, posteriormente, retornarem ao Brasil via Mato Grosso do Sul. No Oeste do Paraná, o General Rondon, a serviço do governo nacional, não conseguiu impedir tal iniciativa, fato que ficou conhecido como mais um fracasso governista diante das táticas dos rebeldes. Ver mais sobre o assunto: PRESTES, Anita L. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Brasiliense, 1991; LIMA, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes: marchas e combates*. São Paulo, 1979.

<sup>28</sup> Apenas em alguns pontos da região Oeste existia a presença de brasileiros como em Catanduvas – nas margens da Rodovia Estratégica no trecho Catanduvas-Foz do Iguaçu – em Guaíra e em Santa Helena. Ademais, consta que os poucos brasileiros presentes nesta área ocupavam funções públicas, principalmente na fiscalização e na cobrança de impostos (Cf. GREGORY, Valdir. *Os euro-brasileiros e o espaço colonial: a dinâmica da colonização no Oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970*. Niterói, 1997. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, p. 54-56.

no que se referia à posse e à dinamização do território<sup>29</sup>.

Destaca-se, dessa maneira, um novo momento, quando o espaço regional Oeste do Paraná passou a ser investido por novas caracterizações. A partir dos anos 1930, o tom dos escritos revelava a preocupação dos governantes em povoarem o território com o elemento nacional (inserindo-o, dessa forma, em um contexto político mais envolvente). Embora despertasse a atenção dos governantes por se tratar de um território de fronteira, explorado esparsamente por companhias estrangeiras, as caracterizações construídas em torno de seu espaço basearam-se na divulgação de uma área devoluta, marcada pelo vazio demográfico. A divulgação destas imagens foi sempre realizada por diferentes emissores; entre eles destacam-se os administradores públicos e os geógrafos. Cabe ressaltar, no entanto, que raros foram os escritos de caráter técnico-científico sobre esta área.

Assim, as primeiras sintaxes narrativas formuladas em torno do espaço regional em questão, mostram traços caracterizadores conferidos à região pela literatura que antecedeu a colonização propriamente dita. Este procedimento se explica pela necessidade de estabelecer os traços marcantes das caracterizações regionais que configuraram um espaço verbal de circulação de certas imagens e idéias sobre o Oeste<sup>30</sup>.

Importa perceber, a seguir, como estas primeiras imagens foram apropriadas ou sistematizadas pelos dirigentes da MARIPÁ; e como estes orientaram seus discursos a partir da referência a episódios passados.

---

<sup>29</sup> Tendo em vista, entre outros fatores, a navegabilidade dos rios da região Oeste do Paraná, foram feitas concessões de terras a companhias estrangeiras durante o século XIX e início do XX. Estas companhias não obedeciam a limites de fronteiras nacionais, empregando mão-de-obra paraguaia (indígena) para a exploração da madeira e da erva-mate. Destacaram-se, nesta época, atividades cujos vínculos econômicos se estabeleciam, via Bacia do Prata, entre a Argentina e o imperialismo inglês. Ver mais sobre esse assunto em WACHOWICZ, Ruy. *Obrageros, mensus e colonos*. Curitiba: Vicentini, 1989; COLODEL, José Augusto. *Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste paranaense até 1960*. Santa Helena - PR, Prefeitura Municipal, 1988.

<sup>30</sup> Sobre essas questões consultar o *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*, XXXII: 5-10/XXXIII: 45-72.

Nesse sentido, vale destacar um aspecto que repercutiu diretamente na caracterização desta parte do espaço do Estado pela MARIPÁ. Trata-se, fundamentalmente, da instauração de um “divisor de águas” entre o período que antecedeu a sua chegada e aquele marcado pela sua atuação. Esta questão será retomada no terceiro capítulo, quando do estudo do tema do “vazio demográfico”.

### *1.2.2 Considerações acerca da constituição da MARIPÁ*

Com o objetivo de compreender as propriedades dos discursos veiculados pelos dirigentes da MARIPÁ, torna-se necessário, primeiramente, analisar a estruturação interna desta empresa, sobretudo no que se refere à percepção da posição social de seus agentes. Tal procedimento se explica pela necessidade de mostrar, como visto anteriormente, as propriedades dos discursos anunciados a partir da instituição que os autorizavam a pronunciá-los. No caso, a companhia de colonização.

Com sede administrativa em Porto Alegre, a MARIPÁ organizou uma filial de sua empresa no Oeste do Paraná, preocupada principalmente com a extração, a exportação e a industrialização de madeiras e com a comercialização de terras. Desse modo, a área que passou a ser colonizada pela MARIPÁ no Oeste paranaense foi adquirida em 1946, através da compra da “Fazenda Britânia”, pertencente até então à *Companhia de Maderas del Alto Paraná*, empresa de capital inglês com sede em Buenos Aires<sup>31</sup>. A MARIPÁ estruturou-se pela associação de vários acionistas, a

---

<sup>31</sup> Esta empresa foi fundada em 1906 em Buenos Aires, pretendendo explorar as riquezas naturais – tais como a erva-mate, a madeira, entre outros – da área adquirida junto ao governo da União. Uma série de acontecimentos acabou por limitar a atuação desta e de outras companhias que atuavam no Oeste do Paraná, entre eles pode-se citar a passagem da Coluna Prestes em 1924, a política nacionalista empreendida pelo presidente Getúlio Vargas e os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial como sendo os de maior influência para o declínio de sua atuação e a conseqüente necessidade de dissolução.

maioria deles proveniente do Rio Grande do Sul e com larga experiência no ramo comercial (ver ANEXO 1).

Entre estes, destaca-se o nome de Willy Barth<sup>32</sup>, um dos principais dirigentes desta companhia. Descendente de alemães protestantes, exerceu atividades ligadas ao comércio e à colonização em áreas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (na cidade de São Miguel do Oeste, por exemplo). Outros personagens centrais desta companhia, como os irmãos Dalcanale, também eram hábeis negociantes à procura de novas terras para comercialização ou colonização. Somam-se a estes nomes, Alfredo Ruaro, comerciante de Farroupilha – RS; Curt Bercht e seu irmão Egon Werner Bercht, empresários de renome nacional, líderes de diversas empresas; e também Wilson Carlos Kuhn, advogado da colonizadora<sup>33</sup>.

O perfil dos personagens acima mencionados revela uma ampla experiência comercial adquirida ainda no Rio Grande do Sul. Essa experiência prévia foi decisiva no contexto do povoamento da antiga “Fazenda Britânia”, tanto nas questões de ordem cultural quanto nas de ordem político-econômicas que envolveram a colonização. Isto pode ser observado, por exemplo, quando do estudo dos procedimentos de atuação da MARIPÁ no Oeste paranaense, principalmente no que se refere ao contingente populacional selecionado para a tarefa de colonizar; bem

---

<sup>32</sup> Importa tecer alguns comentários sobre a filiação partidária deste colonizador. Segundo R. J. Schmidt “já na sua juventude Barth simpatizou com os ‘maragatos’, facção pertencente às fileiras do Partido Liberal (PL) do Rio Grande do Sul. Na cidade de Toledo, instalou um diretório deste partido, sendo membro integrante do mesmo até 1958, quando ingressou junto ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sigla através da qual se elegeu prefeito em 14 de dezembro de 1960. Ainda como político teve papel principal na ‘articulação’ de situações e instituições partidárias da região, através do apoio a candidatos tanto a cargos do poder executivo (prefeitos e vereadores) quanto do poder legislativo (deputados federais)”. SCHMIDT, Róbi Jair, *op. cit.*, p. 11.

<sup>33</sup> Um trabalho que se preocupasse especificamente com o estudo do perfil empresarial dos acionistas e dirigentes da Maripá, principalmente no que concerne ao seu papel de empresários em diversos ramos de atividades (comércio, colonização, política etc.), possibilitaria a compreensão de um importante capítulo da formação e da atuação do empresariado capitalista no Paraná. Isto porque estes personagens constituíram-se em grandes investidores do período aqui trabalhado. No presente estudo, no entanto, não cabe alongar-se nesta questão. Sobre o trabalho metodológico de análise de indústrias ver: PORTER, Michel E. *Estratégia competitiva: técnicas para a análise de indústrias e da concorrência*. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

como na estrutura fundiária aplicada a este espaço. Além disso, cabe informar que alguns destes empresários participaram de outros projetos de colonização vinculados a diversas empresas colonizadoras. Destaca-se, a título de exemplo, a *Colonizadora Pinho e Terras* sob controle acionário de Alfredo Paschoal Ruaro, primeiro dirigente da Maripá no Oeste do Paraná. Além deste, outro dirigente da MARIPÁ, e um dos principais da *Pinho e Terras*, Alberto Dalcanalle, foi presidente de uma outra companhia, a Braviaco (Cia. Brasileira de Aviação e Comércio), que esteve envolvida na disputa pelas terras da Gleba Missões<sup>34</sup>. Portanto, uma questão importante, a ser considerada neste momento era o envolvimento destas empresas com problemas de titulação de terras, que acarretaram uma série de conflitos no Sudoeste do Estado, muitos deles pendentes até hoje.

De forma geral, esta ampla experiência, acima delineada, norteará a estruturação interna da MARIPÁ, seu organograma constituído por Diretores, Acionistas, Conselheiros e um Conselho Fiscal. Ademais, a elaboração de estatutos revela que esta empresa atuou de forma previamente planejada, direcionada racionalmente à concretização de seus objetivos. Tais estatutos esmiuçavam todas as atribuições dos diversos setores desta empresa, desde a Administração até o Conselho Fiscal. Quanto aos objetivos da empresa, destaca-se o artigo 2º do referido Estatuto:

A sociedade tem os seguintes objetivos: a) aquisição por compra, e exploração das terras, campos e matos da "Fazenda Britânia" com os respectivos prédios, instalações e benfeitorias, situada no Território do Iguassú, pertencente á Companhia de Maderas Del Alto Paraná, com sede<sup>35</sup> em Buenos Aires na República Argentina; b) extração, produção, industrialização, beneficiamento, e comércio em geral de madeiras e derivados inclusive a sua exportação para os mercados estrangeiros; c) produção, industrialização e exportação de herva mate; d) compra e venda de terras e colonização em geral; e) replantio em geral; f) agricultura e pecuária em geral; g) comércio em geral; h) a participação em qualquer ramo de indústria e comércio, a

<sup>34</sup> Ver mais sobre este assunto em GOMES, Iria Zanoni. 1957: *A revolta dos posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986, p. 31.

<sup>35</sup> Importante frisar que, ao longo do estudo, serão conservados os erros gramaticais que aparecem constantemente na documentação da MARIPÁ, tendo como objetivo a preservação de sua forma original.

qual será resolvida a critério da diretoria e do Conselho Fiscal com a aprovação da Assembléia Geral<sup>36</sup>.

A partir da leitura destes objetivos da MARIPÁ, depreende-se que esta pretendia atuar em diferentes ramos de atividades, e que abrangiam desde o beneficiamento de madeiras e exportação de erva-mate até o comércio e trabalhos de colonização, agricultura e pecuária. Objetivos amplos, portanto. Contudo, para desenvolver a empresa segundo estes pretensiosos moldes, impunha-se a necessidade de constituição de um espaço centrado na legitimidade burocrática/empresarial de tal empreendimento. A elaboração e a execução de um conjunto de idéias e de práticas administrativas reflete bem esta preocupação dos dirigentes em gerir política e economicamente o território em processo de ocupação sistemática.

Um aspecto de grande importância para compreender a preponderância da MARIPÁ no campo da colonização, refere-se ao momento de sua chegada à fronteira agrícola. Ou seja, a aquisição das terras ao Oeste do Paraná foi efetuada ainda quando estas estavam sob propriedade de um único agente (Companhia de Maderas del Alto Paraná). Dessa forma, a companhia tornou-se plena proprietária de sua área, conseguindo eliminar as disputas legais e os conflitos sociais, muito freqüentes na região Sudoeste do Paraná. Esse aspecto (que será tratado no terceiro capítulo) quase não aparece na documentação da empresa, salvo nos casos em que os dirigentes buscavam informar possíveis compradores da existência de uma área colonizável diferente do restante do país, onde as estruturas agrárias seriam sempre sinônimas de alto grau de concentração fundiária e de inesgotáveis controvérsias sobre a posse e propriedade da terra. No dizer de Ondy H. Niederauer – contador da MARIPÁ –, *a Fazenda Britânia foi sempre uma verdadeira ilha de paz e*

---

<sup>36</sup> Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná - MARIPÁ. *Constituição e estatutos*. 1946, p. 06-07.

*tranqüilidade*<sup>37</sup>, por apresentar um título de propriedade definitivo e incontestado das terras.

Importante destacar, também, que no processo de consolidação do programa de ocupação, os dirigentes da MARIPÁ estruturaram-se no campo a partir da contratação de pessoal especializado em diversos ramos. Cita-se, como exemplo, uma passagem em que Keith Derald Muller apresenta o corpo de funcionários envolvidos no trabalho de medição das propriedades. Segundo ele,

o aparente sucesso de Toledo, uma colônia jovem, pode ser atribuído, em parte, à excelente escolha da forma de ocupação e estrutura, ao bom mapeamento, e à segurança de propriedades dos títulos. Nos primeiros estágios de abertura de terras, a MARIPÁ contratou todas as fases de agrimensura, mapeamento e intitulação. Entretanto, isso se tornou insatisfatório e a MARIPÁ organizou seu próprio serviço de cartografia e concessões de títulos, contratando somente os serviços de agrimensura. Os projetistas da MARIPÁ, empregando o método de agrimensura planimétrica, usaram pontos de referência estabelecidos astronômicamente, e limites muito superiores aos pontos indefinidos, como as pedras e árvores, que podem ser alterados, removidos ou destruídos, ou rios como é feito pelos posseiros<sup>38</sup>.

Destaca-se, neste trecho, a formação de um quadro de especialistas no ramo de medição das propriedades. No entanto, a contratação de profissionais não se restringia somente a esta atividade, assiste-se ao recrutamento de agrônomos, contabilistas, engenheiros<sup>39</sup>, entre outros profissionais, que garantiam à MARIPÁ, além de um serviço técnico de qualidade, a disseminação de saberes reconhecidos e que, portanto, legitimavam as práticas administrativas por eles desempenhadas. Desse modo, os dirigentes da MARIPÁ procuravam dar credibilidade à sua administração, buscando em profissionais autorizados o reconhecimento de seu empreendimento. Forma de legitimação pela ciência e pela técnica, isto é, pela

---

<sup>37</sup> NIEDERAUER, Ondy. *Op. cit.*, p.27.

<sup>38</sup> MULLER, Keith Derald. "Colonização pioneira no sul do Brasil: o caso de Toledo, Paraná". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Ano I (Jan/Mar). Rio de Janeiro: IBGE, 1986, p. 109.

<sup>39</sup> Para comprovar a importância dos saberes do engenheiro, principalmente nos setores rodoviário, urbanístico e hidrelétrico durante o século XX no Brasil, recomenda-se a consulta do seguinte estudo: KAWAMURA, Lili Katsuco. *Engenheiro: trabalho e ideologia*. São Paulo: Ática, 1979.



racionalidade. Tal aspecto transparece, principalmente, nas falas que pretenderam caracterizá-lo como exemplar, tendo em vista a racionalidade e a competência com que foi implementado.

É necessário deixar claro que, evidentemente, o processo de povoamento do Oeste paranaense não esteve desvinculada do contexto político-econômico nacional e internacional. Pelo contrário, este empreendimento esteve intimamente ligado ao plano nacional, sofrendo os efeitos de suas articulações, tanto no que se refere às políticas públicas voltadas para os territórios de fronteira, quanto ao quadro de debates que se travavam nos círculos intelectuais e políticos, principalmente no que concerne aos programas estatais e privados de colonização.

No que tange ao aspecto internacional, a atuação da empresa MARIPÁ no ramo madeireiro é um bom exemplo desta articulação. Uma de suas principais atividades econômicas referia-se à comercialização de várias modalidades de madeiras nobres (toras, tábuas etc.) no mercado argentino e uruguaio e também europeu, principalmente a Holanda e a Alemanha. Neste aspecto, percebe-se que a MARIPÁ estabelecera um escritório em Foz do Iguaçu, com funcionários treinados para lidar com a documentação exigida pelos órgãos oficiais de exportação de madeiras.

Cabe lembrar, também, que o conjunto das empresas exportadoras que utilizavam o Porto Britânia (todas ligadas à MARIPÁ) representava aproximadamente 10% do total das exportações de madeira de pinho serrado do Brasil<sup>40</sup>. Estas informações revelam o conhecimento dos trâmites burocráticos por parte dos dirigentes da MARIPÁ, bem como seu potencial econômico. Com o objetivo de solidificar a atuação da MARIPÁ, seus dirigentes, como foi dito, formularam discursos que procuravam dotar as práticas colonizatórias com uma certa legitimidade, o que repercutia na nomeação e estruturação política, econômica e cultural de seu espaço territorial. Com efeito, a prática colonizatória se fez acompanhada da construção de

---

<sup>40</sup> NIEDERAUER, Ondy. *op. cit.*, p. 114.

um conjunto de imagens e idéias sobre a colonização que, a partir daquele momento, caracterizaram o território com classificações diversas. Neste ponto, verifica-se que os dirigentes procuraram instituir uma leitura tanto objetiva quanto subjetiva para seu empreendimento.

Do lado objetivo, agiam através de ações de representação que visavam mostrar determinada realidade; e que, neste caso específico, pode ser visualizado a partir da tentativa, bem sucedida, de tornar visível o grupo de migrantes, sua força, seu número; enfim, de fazê-los “existir”. Do lado subjetivo, observa-se que os dirigentes da MARIPÁ procuraram agir com o objetivo de instituir uma nova percepção e apreciação do mundo social que se buscava consolidar. Ou seja, os sistemas de classificação instituídos por tais dirigentes, em relação com agentes e com o espaço em processo de colonização, visaram construir uma determinada realidade social a partir da “imposição” de uma visão legítima sobre sua constituição. Assim, uma estratégia desta construção pode ser destacada na tentativa, por parte dos dirigentes, de reconstruir um passado ajustado às necessidades do presente, visando antecipar a construção do futuro.

Estas duas formas (objetiva e subjetiva) de imprimir uma percepção ao mundo social que se procurava estruturar podem ser visualizadas não só na documentação produzida por esta empresa (analisada na Introdução); elas estão presentes também e principalmente, em diversas matérias publicadas por aqueles que, direta ou indiretamente, participaram de tal empreitada colonizatória.

### *1.2.3 Por uma fala autorizada: a MARIPÁ em busca de parcerias*

Investigar as várias caracterizações narrativas produzidas a partir de um programa de colonização pode ser uma tarefa delicada para o historiador. O enorme fluxo de discursos criados em favor de um empreendimento desta natureza revela

um contexto histórico envolvente no qual a emergência de vários atores se fez acompanhada de construções discursivas compostas por aqueles que procuravam afirmar ou legitimar determinadas práticas orientadas para este fim. Como será visto no decorrer deste estudo, a MARIPÁ, a partir da interação de diferentes atores, difundiu *pari passu* à implantação de seu plano de ocupação, um ideário e um imaginário sobre o espaço regional Oeste do Paraná, e que lhe configuraram determinadas significações.

Um primeiro aspecto que chama a atenção nessas narrativas compostas pela MARIPÁ – e que pode ser identificado também na literatura que a acompanhou – refere-se à identificação das terras colonizadas por esta empresa com a totalidade do espaço regional Oeste do Paraná: *a verdade seja dita, começou o desenvolvimento do Oeste paranaense, quando a "MARIPÁ" iniciou com a sua colonização obedecendo a seu "plano de ação" que ela tinha traçado e óra estava empregando*<sup>41</sup>.

É certo que esta empresa colonizadora fez questão de estabelecer uma leitura panegírica de sua atuação, que a tornasse a referência central da história da região. A partir da utilização de uma vasta ação publicitária, a MARIPÁ foi muito bem sucedida no objetivo de se fazer irradiadora de certas caracterizações que legitimaram sua dominação real e simbólica. De modo geral, os inúmeros discursos orquestrados em torno de tal empreendimento estiveram centrados em dois pontos principais, que aqui foi denominado "as duas matrizes discursivas". Retomando: de um lado, aparece um discurso direcionado especificamente ao contingente populacional, o que repercutia na difusão de valores socioculturais do grupo; de outro, verifica-se a difusão de idéias quanto ao modelo de estrutura fundiária implantado pela MARIPÁ, posto que este "servia de exemplo para todo o país", por se tratar de um "verdadeiro programa de reforma agrária". Este complexo narrativo,

---

<sup>41</sup> MARIPÁ. *Relatório das Atividades*, 1960, p. 04.

estruturado historicamente a partir de diferentes matrizes discursivas, legou ao território determinados modelos de caracterização, aceitos até os dias de hoje.

O que importa perceber, nesse contexto, é que o uso destas matrizes discursivas passou a ser recorrente nas ações políticas que visavam mostrar a legitimidade de um programa que se queria exemplar. Tal esforço procurava identificar a MARIPÁ como figura central e detentora da verdade sobre o processo de colonização desta região. Nesse sentido, pode ser indicada a utilização de um amplo repertório, apropriado de discursos de diferentes emissores (antropólogos, jornalistas, políticos etc.), segundo as necessidades e conveniências da prática empresarial.

Diversos emissores produziram falas sobre a atuação da MARIPÁ no Oeste Paranaense. O que interessa, neste momento, é destacar aqueles que tiveram como ponto de partida a iniciativa da própria empresa. Ou seja, a partir de convites ou mesmo por encomendas, jornalistas e estudiosos produziram matérias e estudos sobre a organização da colonização desenvolvida por essa empresa. Representam, portanto, a tentativa dos dirigentes em estabelecer uma leitura "autorizada" e "legítima" sobre a sua atividade, através da constituição de um complexo narrativo no qual questões de ordem política, econômica e cultural se tornassem irradiadoras e catalisadoras de idéias e imagens sobre o espaço regional.

Nesse sentido, destaca-se, aqui, o estudo de autoria do antropólogo Kalervo Oberg e do estatístico Thomas Jabine, intitulado *Toledo: um município da fronteira Oeste do Paraná*<sup>42</sup>. Trata-se de um dos primeiros estudos de caráter científico sobre a área colonizada pela MARIPÁ. Essa obra, cujos métodos abarcavam o trabalho de campo e o levantamento estatístico, foi patrocinado também pela MARIPÁ<sup>43</sup>,

---

<sup>42</sup> OBERG, Kalervo; JABINE, Thomas. *Toledo: um município da fronteira Oeste do Paraná*. Rio de Janeiro, 1960.

<sup>43</sup> De acordo com Oberg e Jabine, seu estudo integra o Projeto de Desenvolvimento Regional da Zona Fronteiriça do Oeste Paranaense, fazendo parte do compromisso da Divisão do Serviço de Desenvolvimento de Comunidades. In: OBERG, K.; JABINE, T., *op. cit.*, 1960, p. 01-02.

contribuindo de forma decisiva para a instituição conceptual do Oeste do Paraná<sup>44</sup>. Elaborada ao longo do ano de 1956, esta obra surpreende pela abundância de dados arrolados em torno do empreendimento da MARIPÁ e dos migrantes que para este espaço se deslocaram.

A importância deste estudo como um elemento de caracterização do espaço regional Oeste do Paraná deve-se ao fato dele servir como referência obrigatória para o estudo do espaço colonizado pela MARIPÁ. Muitos trabalhos de cunho histórico centraram suas afirmações tendo como base este estudo/relatório sócio-econômico sobre o Município de Toledo. Tal evidência não surpreende: os autores estabelecem discussões não só acerca da estruturação física da companhia MARIPÁ – atribuindo a ela, entre outras virtudes, uma conotação de empresa privada que, por eficiência e magnanimidade, exerce funções públicas. Também se esforçam em apresentar os anseios da população migrante, a fim de ressaltar o seu espírito empreendedor. Este último aspecto impressiona, tendo em vista a forma como os autores arrolaram seus dados.

Através de questionários, os autores obtiveram, junto à população migrante, inúmeras respostas que refletiam, entre outras coisas, seu espírito comunitário para com os problemas do município; suas técnicas de trabalho; seu pensamento sobre os dirigentes; enfim, questões que norteavam o processo colonizador e que, por isso, recebiam grande atenção. Destaca-se uma passagem desta pesquisa, na qual os autores apresentam as diferenças entre migrantes alemães e italianos, no que se refere às suas preocupações comunitárias. Em suas palavras:

---

<sup>44</sup> Segundo Bourdieu, "ao consagrar um estado das divisões e da visão das divisões, o efeito simbólico exercido pelo discurso científico é tanto mais inevitável quanto, em meio às lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento, os chamados critérios 'objetivos' (os mesmos conhecidos pelos eruditos) são utilizados como armas: eles designam os traços sobre os quais pode fundar-se a ação simbólica de mobilização com vistas a produzir a unidade real ou a crença nesta unidade (tanto no seio do próprio grupo como junto aos demais)". BOURDIEU, Pierre, 1996, *op. cit.*, p. 113.

A maior diferença entre os dois grupos étnicos reside nos seus interesses comunitários. Os alemães classificavam os seus esforços pela comunidade na seguinte ordem: primeiro a escola, segundo o hospital e terceiro a Igreja. Entre os italianos a igreja vem em primeiro lugar, depois a escola e, finalmente, o hospital. (...) Os alemães, mais do que os italianos, tratam de preservar a consciência de seu grupo étnico. Os alemães dizem que, se perdessem sua linguagem, religião e laços familiares, perderiam sua moral, misturar-se-iam com os fazendeiros pobres locais e se transformariam em caboclos<sup>45</sup>.

Apesar da diferença na ordem, percebe-se que, em linhas gerais, as prioridades comunitárias são as mesmas: educação, saúde e religião. O que importa esclarecer é que estes dados coletados por Oberg e Jabine transformaram-se em importantes referências sobre o espaço regional constituído pela MARIPÁ. Mais importante: foi com base nestes aspectos que os dirigentes da MARIPÁ concentraram suas atenções, tanto no que se refere à formulação dos discursos quanto às práticas administrativas empreendidas para a colonização. Trata-se, portanto, de uma legítima pesquisa de *marketing*, embora ainda não se empregasse esta expressão.

Tal conotação pode ser evidenciada, sobretudo, pela preocupação dos dirigentes em fornecerem apoio à estruturação física das instituições que viabilizariam a preservação dos mesmos códigos culturais entre os colonos – preocupação observável através da contratação de professores, médicos, padres e pastores –, e que passou a compor o ideário colonizador.

O que importa perceber, nesse contexto, é a busca, por parte da MARIPÁ, de um mecanismo discursivo autorizado (e, portanto, reconhecido) para legitimar certas imagens de seu empreendimento colonizador. Esse esforço não se limitou apenas ao estudo de Oberg e Jabine. Verifica-se que os dirigentes desta companhia esforçaram-se em atrair jornalistas para que elaborassem matérias, enfáticas sobre o sucesso da colonização; reportagens que seriam divulgadas a nível nacional. Um bom exemplo disso é o relato de Fernando Sabino, escritor e jornalista que publicava matérias na seção “Sala de Espera”, da *Revista Cruzeiro*. Convidado por

---

<sup>45</sup> OBERG, Kalervo; JABINE, Thomas, *op. cit.*, 1960, p. 52.

um dos dirigentes da MARIPÁ (Egon Berch), Sabino registrou, em 1955, um momento de profundas transformações sócio-ambientais do espaço em processo de colonização.

É uma comunidade de trabalho invejável a que esta cidade sugere: projetos, sonhos, aventura, coragem, desprendimento, esperança – eis o que revelou aqui *o melhor colono do Brasil* – filho de alemães e italianos – para fazer nascer vertiginosamente uma cidade moderna: 500 quilômetros de estrada, assistência médica, comida abundante e sadia para uma *raça nova de brasileiros*<sup>46</sup>.

Nesta passagem, encontram-se duas caracterizações atribuídas aos colonos migrantes, e que singularizariam o empreendimento da MARIPÁ. As expressões “melhor colono do Brasil” e “raça nova de brasileiros”, compõem um discurso maior, no qual valores como o trabalho, a coragem, os projetos de vida familiar, entre outras alusões, caracterizariam um tipo específico de colono: o agricultor “euro-brasileiro” do Sul do Brasil, responsável pelo progresso vertiginoso de uma “cidade moderna” (Toledo). Observa-se que o jornalista faz emergir um elemento fundador da singularidade de fundo étnico-racial; ou seja, exclui-se outros personagens deste processo a partir da edificação de um discurso que valoriza os atos de um tipo específico de migrante: teuto e ítalo-brasileiro.

Outro exemplo, ou melhor, outra referência discursiva que integra elementos caracterizadores do espaço regional Oeste do Paraná pode ser destacada a partir de uma matéria divulgada no Programa “A Voz de São Paulo”, da Rádio Record. Segundo esta,

a Toledo Paranaense já é quase uma cidade hoje, apesar de seus quatro ou cinco anos de existência. Amanhã sê-lo-á fatalmente. É uma cidade moderna, a nos fundarmos na comunidade de trabalho que ela abriga hoje, recebendo todos os dias famílias e famílias de colonos procedentes do Rio Grande do Sul. Aliás, diga-se de passagem, Toledo abriga *o melhor tipo de colono que o Paraná necessita*: o colono já nascido no Brasil, identificado com o nosso estilo de vida, não obstante descendente de Alemães ou de Italianos. As terras não possuem nada de áridas, mas são das mais férteis e exuberantes que temos. O que aqui já se fez, na esteira dos projetos e

---

<sup>46</sup> SABINO, Fernando. “Sala de espera”. In: *Revista Cruzeiro*, 12 de fevereiro de 1955, p. 18.

também de sonhos, é que na verdade entusiasmo e empolga, fazendo antever para breve a cidade vertiginosa, mas que se conseguiu organizar através de seus dirigentes uma associação de esforços, onde o homem tem no seu semelhante o próximo, vendo no seu esforço não uma pena, mas uma retribuição justa, a consecução de um estágio feliz, para o qual também, contribuem as interações coletivas do ambiente, nivelador de uma grande e próspera classe: a dos homens que trabalham, no significado técnico e também ético da expressão. Todos são donos de suas glebas. *Não há aqui os dramas gerados pelas questões de terras*. Bôas condições de vida se apresentam, pois é dada especial atenção ao homem individualizado e porisso muitas lições se pode tirar dessa iniciativa vitoriosa, que já venceu as primeiras etapas do ciclo urbano<sup>47</sup>. (sem grifos no original).

Esta matéria evidencia claramente a caracterização de um espaço regional a partir de seu componente étnico. Valoriza-se a iniciativa privada como responsável pela dinamização de um projeto que encerra “o melhor tipo de colono que o Paraná necessita”, num ambiente onde “não há dramas gerados pelas questões de terras”. Logo, pode ser observada a estruturação de um *locus* singular no Brasil, onde *o que se presencia (...) significa tudo quanto o dinamismo de gaúchos ambiciosos, mas nem por isso destituídos de um ideal, pôde realizar, rumo a um futuro promissor, muito próximo e fecundante*<sup>48</sup>.

Destaca-se, nesta matéria, a difusão de uma imagem que reflete a colonização desenvolvida pela MARIPÁ como constituindo um prolongamento do Rio Grande do Sul. Esta caracterização encerra elementos que estarão estar presentes nas narrativas da MARIPÁ, principalmente no momento em que seus dirigentes buscam circunscrever uma referência fundadora do espaço regional Oeste do Paraná, como será visto mais adiante.

Um momento de grande conotação simbólica pode ser destacado quando da realização, em 1957, da Exposição Agro-Pecuária e Industrial de General Rondon. Este evento, organizado pela MARIPÁ, teve ampla divulgação e repercussão no Estado e para além dele. O que chama a atenção é a forte carga emotiva das mensagens e discursos divulgados pela imprensa, e principalmente pela *Revista Municipalista*, em

<sup>47</sup> COMENTÁRIO feito no Programa “A Voz de São Paulo” da Rádio Record, pelo correspondente B9 em Curitiba. 15 de junho de 1951.

<sup>48</sup> *Idem*.



consequência desta exposição. Sem dúvida, este foi um acontecimento de grande afirmação da MARIPÁ e de seus dirigentes.

A "MARIPÁ" não se limitou, apenas, à organização do certame. Fez com que se desse a divulgação necessária à tal empreendimento, acompanhando, assim, a opinião pública. Graças a essa divulgação fez que à mostra puderam acorrer pecuaristas e agricultores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina que, posteriormente abordados pela Comissão de Recepção, expressaram unanimemente seu entusiasmo pelo que a Exposição representava como sentido cívico e de progresso da região oeste paranaense<sup>49</sup>.

Esta matéria jornalística exalta, a partir da Exposição, o exemplo de trabalho, de força de vontade e de prosperidade do povo de General Rondon capitaneados pela empresa colonizadora. Ademais, mesclam-se falas em torno do progresso e do sentimento patriótico, com o claro objetivo de caracterizar o desenvolvimento regional como uma obra cívica e nacionalista. No entanto, um personagem assume papel central neste contexto: Willy Barth, o dirigente mais influente da MARIPÁ.

Feliz foi o sr. Willy Barth na sua oração. Analizando objetivamente os problemas da região, ressaltando a prosperidade que vem apresentando nos últimos anos, sua palavra constituiu um voto de confiança na capacidade realizadora do homem do oeste paranaense, que há 11 anos ali se instalou e vem contribuindo decisivamente para a independência econômica do país. Sua análise objetiva recebeu o agrado geral do povo que o admira como figura empreendedora de realizações de vulto, e que marca sua trajetória na vida econômica da região<sup>50</sup>.

Esta passagem, como muitas outras desde a fundação do projeto, traz à cena Willy Barth, um dirigente muito admirado pela sua capacidade empreendedora e responsável pelo "atual" estágio de prosperidade da colonização. Tal personagem é tomado como exemplo do "homem do Oeste paranaense", pela perseverança, pela crença no progresso e pelo seu amor à Pátria. Verifica-se, portanto, que no processo de caracterização da exposição por esta revista, dá-se especial atenção à divulgação de

---

<sup>49</sup> "A Maripá e a divulgação dos programas". In: *Revista Municipalista*, 1958, op. cit., p. 06.

<sup>50</sup> "Milhares de pessoas visitam a exposição". In: *Revista Municipalista*, op. cit., p. 05.

agentes que se constituíam em verdadeiros fundadores do espaço regional a Oeste do Paraná.

As festividades que envolveram este evento não representavam apenas a certeza no sucesso do programa de colonização desenvolvido pela MARIPÁ. A importância reside no fato de que a este sucesso se fizeram atrelados vários discursos que nomeavam os agentes e suas práticas. Tal constatação revela alguns fundamentos de ordem política que povoaram os espíritos da população migrante. Neles, os valores cívicos são ressaltados e afirmados a partir do ideário do progresso.

Tomou-se como exemplo estas narrativas para expor algumas formas de divulgação do empreendimento colonizatório patrocinado pela MARIPÁ. Procedimento que evidencia a tentativa dos dirigentes em se fazerem reconhecidos (e a seu programa) como *legítimos construtores do espaço regional*. Daí a necessidade de recorrerem a órgãos de imprensa e a estudos com base científica para reforçarem seu ponto de vista ou, mais especificamente, a difusão de certas imagens para e sobre o Oeste do Paraná.

## Capítulo II

### Fundamentos socioculturais para a colonização: em torno do “elemento humano”

Uma das caracterizações mais disseminadas na literatura sobre a colonização do Oeste do Paraná consiste na identificação deste espaço com o elemento étnico que veio a dinamizá-lo economicamente. Trata-se, pois, de um lugar-comum que explica – quase que por si próprio – a história de um povo marcado pela sua cultura e tradições; aspectos considerados como responsáveis à promoção do Oeste do Paraná a um lugar de destaque no cenário brasileiro, uma vez que configuravam traços que conferiam singularidades ao empreendimento colonizador e à região como um todo.

Muitos projetos de colonização, especialmente governamentais, nem sempre limitam a seleção dos colonos a um grupo culturalmente homogêneo. Toledo teve a vantagem de ser desenvolvida por uma Companhia de terras privada, que escolheu a dedo os seus colonizadores. Estes eram descendentes de alemães e italianos do sul do Brasil, e em grupos muito menores, japoneses e poloneses, assim como alguns outros imigrantes europeus. A homogeneidade cultural destes grupos tem sido mantida, e tem sido o elemento chave do sucesso de Toledo. *Muito há ainda a ser aprendido desta justaposição de essências tão sólidas: de colonos que falam a mesma língua, que têm costumes sociais iguais, mesmas cidades natais e que possuem uma organização e experiência cooperativista altamente desenvolvida.* Os colonos sem tais qualificações não foram recrutados ou atraídos para o projeto devido ao custo das terras e também porque não houve publicidade sobre as vendas de terras consequentemente, os grupos de colonos do sul do Brasil trouxeram a Toledo traços especiais de cultura que facilitaram a abertura de terras<sup>51</sup>. (sem grifos no original)

---

<sup>51</sup> MULLER, Keith. *Op. cit.*, p. 135.

A homogeneidade cultural estabelecida pelos dirigentes da MARIPÁ – acima descrita numa passagem de K. D. Muller – aparece, desde o início, como um elemento singular e positivo no que se refere à interpretação do projeto de colonização. É certo, nesse sentido, que as caracterizações atribuídas ao espaço regional Oeste do Paraná não se limitaram apenas aos aspectos políticos, institucionais e econômicos. A questão cultural recebeu grande enfoque por diferentes emissores por se tratar de uma comunidade fechada, ou seja, constituída, em sua grande maioria, por colonos descendentes de alemães e italianos, oriundos de uma mesma região e que compartilhavam traços culturais peculiares.

Já no amplo complexo narrativo instituído pelos dirigentes da MARIPÁ a questão étnica aparece como uma das matrizes discursivas de maior repercussão. A constante referência a determinados componentes da formação étnica deste espaço foi um artifício largamente utilizado nos momentos em que se buscava afirmar narrativamente o contexto sociocultural resultante do programa de colonização. Ou seja, a circunscrição do espaço colonizado pelos colonos do Sul do Brasil aparece diretamente vinculada às suas características peculiares. A divulgação de um ambiente comunitário e progressista, por exemplo, identificava-se às motivações religiosas, éticas e familiares internalizadas em seu modo-de-ser.

Como será retratado neste capítulo, o processo de caracterização das comunidades que colonizaram as terras da companhia MARIPÁ centrou-se, principalmente, em direção às metas do grupo (sejam econômicas ou culturais), cuja organização de códigos e valores passaram a representar um tipo especial de colono que neste espaço se fixou e progrediu. Evidencia que pode ser destacada a partir da observação dos rótulos atribuídos a este contingente como, por exemplo, o de “melhor colono que o Paraná necessita”, de “povo afeito ao trabalho”, de uma “raça nova de brasileiros” entre tantas outras conotações que não só lhes conferiam singularidades como, e mais importante, corroboraram para a estruturação de uma determinada identidade.

Observa-se, sobretudo, que o termo colono, utilizado não só pelos dirigentes da MARIPÁ, como também pela literatura que reproduz a caracterização inicialmente instituída por esta empresa, indica não apenas um tipo econômico, mas, principalmente um *ethos* cultural que carregava valores e atitudes que diferenciavam-no dos demais.

É certo, nesse sentido, que o elemento que veio a colonizar as terras da MARIPÁ foi alvo de muitos investimentos narratológicos. Pode-se identificar – não só nos exemplos dados até agora, mas também por outros relatos – inúmeras expressões que conferiam a este contingente várias significações. Entre eles, colonos, euro-brasileiros, agricultores, migrantes, pioneiros, brasileiros etc., foram termos largamente proferidos quando se tratava de caracteriza-los segundo as necessidades e conveniências que a prática colonizatória exigia.

Acredita-se que tais referências pretendiam-se isentas de preconceitos regionalistas devido a enorme plasticidade que termos como estes assumiam num ambiente de colonização. No entanto, cabe ressaltar, que estes categoremas, para usar um termo de Bourdieu<sup>52</sup>, estavam muito próximas de se revelarem estigmas, uma vez que classificavam, por sua oposição, outros indivíduos.

Destaca-se, ao longo deste capítulo, o caboclo, o paraguaio e o luso-brasileiro como alvos de classificações que pretendiam justificar a sua não participação no programa de colonização. Um procedimento que, por sua oposição, contribuía para a sustentação de determinadas caracterizações que legavam ao migrante de descendência alemã e italiana do Sul do Brasil a plena capacidade de colonizar as terras da MARIPÁ.

---

<sup>52</sup> BOURDIEU, Pierre, 1996, *op. cit.*, p. 107.

A proposta primordial deste capítulo é identificar e interpretar os vários significados atribuídos ao “contingente populacional” a partir da ótica dos primeiros produtores de tais mensagens, ou seja, dos dirigentes da MARIPÁ. Importa, ademais, investigar a origem desta construção de valores, no escopo de verificar como esse discurso foi historicamente estruturado na conjuntura da colonização do Oeste paranaense. A hipótese aqui pormenorizada é que, neste momento estratégico de consolidação de um plano de ocupação – até então diferenciado daqueles cuja organização partia da iniciativa pública<sup>53</sup> –, coube aos dirigentes da MARIPÁ a tarefa de elaborar um conjunto de idéias e imagens acerca do povoamento com “euro-brasileiros”.

A construção de valores provenientes deste procedimento de inculcação de sentidos à colonização, sintetizava vários objetivos. Dentre eles, acredita-se que visava não só demonstrar a viabilidade de tal empreendimento (segundo os fundamentos político-econômicos vigentes em tal período), mas, e principalmente, considerá-lo ajustado aos ditames do programa nacionalista de interiorização, ou, de outro modo, de colonização dos espaços de fronteira.

Assim, a preocupação dos dirigentes em divulgarem um projeto calcado em políticas nacionalistas orientou-se, também, pela necessidade de referenciar o povoamento com colonos migrantes do Sul do Brasil como o ideal para tal cenário. Parece contraditório, neste contexto, a difusão da imagem de um programa de

---

<sup>53</sup> A colonização levada a cabo pela iniciativa pública no Oeste paranaense ocorreu na margem esquerda do rio Piquiri com as colônias Piquiri, Cantu, Goio-Bang e Goio-Erê, e, à margem direita do rio Ivai, as colônias Manuel Ribas, Muquilão e Mourão. De forma geral, os lotes agrícolas nessas colônias foram de dimensões superiores àsquelas do Norte do Estado, medindo em média mais de 20 alqueires. Ademais, o governo seguiu planos de colonização, demarcando lotes rurais e prevendo áreas para a instalação de núcleos urbanos. Cf. *Dicionário Histórico-biográfico do Paraná*. “Colonização oficial do governo do Paraná”. Curitiba: Chain; Banco do Estado do Paraná, 1991, p. 32. Cabe assinalar ainda que a maior diferenciação dos projetos de colonização envolvendo a iniciativa privada – aqui representada pela MARIPÁ – e a iniciativa pública, consistia no apoio sistemático fornecido ao colono migrante que, no primeiro caso, era bem mais referenciado (posto que forneciam toda forma de assistência tanto técnica quanto espiritual) e tido assim como exemplo de colonização.

colonização centrado na valorização do migrante de descendência alemã e italiana quando se observa, na esfera nacional, a preocupação com a orientação e divulgação de projetos de povoamento centrados no “elemento brasileiro”. Como será visto, este aspecto foi cuidadosamente referenciado pelos dirigentes da MARIPÁ a partir da construção de discursos que visavam transformá-los nos “melhores tipos de brasileiros”.

Como se pretende mostrar, a produção de uma duradoura identificação das pessoas que se estabeleceram num ambiente específico do Oeste paranaense, foi resultado de valores e atitudes condensadas no “espírito civilizador” do próprio migrante de descendência alemã e italiana. Ou seja, os dirigentes da MARIPÁ, em muitos momentos, sintetizaram os valores que já estavam presentes no contexto ideológico do movimento migratório, bem como no ideário da comunidade envolvida no programa de colonização. Portanto, as caracterizações conferidas ao elemento que colonizou as terras desta empresa, resultaram dessa simbiose, que envolvia os interesses tanto dos dirigentes quanto dos colonos migrantes. Com efeito, tal conotação dependeu de um estratégico procedimento de escolha e articulação de eventos empíricos nos quais os migrantes aparecessem como os elementos predestinados à tarefa de colonizarem o território ao Oeste do Paraná.

Estes aspectos, portanto, se fizeram presentes e nortearam o trabalho de estruturação de um conjunto de falas, por parte dos dirigentes da MARIPÁ, que, acima de tudo, pudessem legitimar as práticas administrativas por eles desempenhadas na tentativa de reconstruírem um novo espaço colonial<sup>54</sup>. Nesse sentido, as mensagens alardeadas em torno do contingente populacional

---

<sup>54</sup> A formação do espaço colonial, segundo Valdir Gregory, foi o resultado da instalação de pequenas propriedades rurais do tipo europeu em solo brasileiro, sob o domínio do latifúndio e em áreas permitidas por este. Cf. GREGORY, Valdir, *op. cit.*, p. 27. Segundo este mesmo autor, “o euro-brasileiro pôde constituir uma sociedade colonial na qual a herança cultural, no seu sentido amplo, européia mesclou-se com a realidade encontrada e constituída pelos colonos para formar o espaço colonial dinâmico e instável. Nesta dinamicidade e nesta instabilidade, estava o homem euro-brasileiro colono-migrante e camponês típico a manter, construir e reconstruir o seu mundo”. *Idem*, p. 66.

selecionado para a colonização, revelam não só os juízos de valor a estes conferidos, mas também, as estratégias discursivas e administrativas postas em prática a partir do empreendimento colonizador.

Não obstante, cabe assinalar que tal exercício de interpretação dos discursos caracterizadores do contingente populacional não se apresenta como simples escolha, realizada aleatoriamente. Justifica-se – como já foi especificado no momento da apresentação das fontes (Introdução) – por representar uma das matrizes discursivas de grande referência, perpassando grande parte do complexo narrativo edificado em torno do programa de colonização e, mais importante, que forneceu as bases discursivas que predominaram na História Social do Oeste paranaense. Os elementos simbólicos postos em evidência e os sentimentos mobilizados por tais narrativas aparecem articulados a tradições cujas raízes se encontram na memória da população migrante e que devem ser consideradas no momento de interpretá-las.

Ademais, quando se trata de desconstruir os discursos criados pelos dirigentes da MARIPÁ em torno do contingente populacional selecionado para o povoamento de sua faixa territorial, é necessário investigar questões que permearam a estruturação de tal discurso. Neste ponto, o trabalho repercute na análise da caracterização atribuída ao colono migrante do Sul do Brasil no contexto maior do movimento migratório, bem como na investigação dos códigos culturais inscritos no modo-de-ser dos colonizadores. A referência a estes aspectos (constituintes do discurso em torno do contingente populacional) caracteriza, de modo geral, a dualidade discurso/prática que compõe o complexo narrativo, aqui denominado de “primeira matriz discursiva”.

Para o desenvolvimento de tal proposta, este capítulo será dividido em diferentes momentos. No primeiro deles, a preocupação estará voltada para a identificação e a problematização dos discursos direcionados à caracterização dos colonos migrantes, principalmente no que se refere à tentativa dos dirigentes em



fundamentarem uma identidade regional ao espaço em processo de colonização. A seguir, procura-se desenvolver um estudo que mostre a trajetória histórica de aspectos constitutivos do modo-de-ser dos migrantes, com o intuito de problematizar as relações entre os discursos caracterizadores destes com os códigos culturais dos agentes colonizadores. Este procedimento se faz necessário porque, ao longo da prática colonizatória, vários dirigentes e funcionários da MARIPÁ irão obter, por parte dos colonos migrantes, o poder de representação na vida pública.

## **2.1 Aspectos da formação de uma identidade regional**

O ato de instituir uma determinada leitura ao programa de colonização empreendido pela MARIPÁ não foi um procedimento inocente quando considerado em suas circunstâncias contextuais. Estabeleceu-se, através da sugestão de certas normas de comportamento, um sentido aos migrantes que, pouco a pouco, iam se fixando nas terras desta empresa. Ou seja, procurou-se forjar uma imagem ao empreendimento colonizador a partir da construção e difusão de uma série de significados atribuídos à figura dos colonos migrantes. Nesse sentido, a partir do uso de recursos discursivos, constituiu-se uma essência às coisas e pessoas que configuravam em tal espaço, uma organicidade e referência peculiares que passaram a ser recorrentes em abordagens posteriores.

Nota-se que o “elemento humano”, selecionado pelos dirigentes da MARIPÁ para integrar e desenvolver as áreas em seu poder, trouxe consigo uma série de características (*habitus*) que correspondiam às expectativas empresariais dos dirigentes, e que podiam ser facilmente identificadas em seu discurso.

Para dedicar-se as diversas espécies de culturas, e, tendo-se em vista a fixação do homem à terra, escolheu-se o agricultor do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esse agricultor, descendente de imigrantes italianos e alemães, com mais de cem anos de

aclimação no país, conhecedor das nossas matas, dos nossos produtos agrícolas e pastoris, primando pela sua operosidade e pelo seu amor à terra em que trabalha, seria portanto o elemento humano predestinado a realizar grande parte dessa tarefa<sup>55</sup>.

Esta citação revela uma série de juízos conferidos ao agricultor sulino pelos diretores da companhia. Para eles, atrair este “tipo de colono”, com experiência em produzir na pequena propriedade, adaptado ao clima temperado da região e, acima de tudo, dedicado ao plantio de diversas espécies de culturas, significava a garantia do sucesso do empreendimento colonizador. Assim, o atributo “conhecedor das nossas matas, dos nossos produtos agrícolas e pastoris”, por exemplo, revela os objetivos dos diretores da MARIPÁ quanto aos fins econômicos vislumbrados na colonização, pois seriam orientados no sentido da produção agroalimentar, na qual já estavam habituados. Mas, o que chama mais atenção nesta passagem, são as afirmações de que o colono migrante tinha “mais de cem anos de aclimação no país” e de que era “conhecedor de nossas matas”, pois estas pretenderam, de certo modo, aludir à idéia de que esses migrantes já se adaptaram ao clima e à geografia do país, representando, portanto, uma colonização segura e eficaz.

Tal referência assume maior importância quando se considera que a área adquirida pela empresa MARIPÁ se caracterizava como um território de fronteira insegura – ver MAPA 1 –, principalmente no que concerne ao tipo humano que habitava este espaço anteriormente (paraguaios, índios, caboclos). Logo, uma das primeiras preocupações dos dirigentes desta empresa foi o de informarem que a colonização levada a cabo com o elemento “euro-brasileiro” era segura posto que representava um povoamento realizado com “brasileiros” em favor da política nacionalista. Observa-se, nesse sentido, que este discurso identificador do colono de descendência alemã e italiana como brasileiro buscou, por outro lado, escamotear a formação, por parte da MARIPÁ, de um “quisto cultural”, uma vez que este era

---

<sup>55</sup> MARIPÁ. *Plano de Ação*, 1960, p. 04.

condenado pelo governo federal. No entanto, quando se observa o discurso veiculado pelo governador do Estado deste período, Bento Munhoz da Rocha Neto, percebe-se uma certa contradição para com as orientações do poder público federal. Veja-se, por exemplo, uma passagem na qual o governador especifica as vantagens da colonização com os descendentes de europeus:

Clima e distância de centros de consumo ou distribuição são dois pontos essenciais na localização do lavrador europeu. Terra fértil é também, elemento de êxito. Mas aqueles dois pontos são essenciais, porque a terra fraca pode ser melhorada, e o europeu sabe muito bem como fazê-lo (...). O isolamento foi, paradoxalmente, um dos motivos de prosperidade da colonização. O isolamento e a concentração hoje tão combatida por nosso acirrado nacionalismo. O isolamento evitou a dispersão inicial, e a concentração permitiu a manutenção de um mínimo de padrões culturais de origem, mínimo esse que iria dar ao grande núcleo o seu progresso e a sua estabilização<sup>56</sup>.

Surpreende, até certo ponto, a conviência de Rocha Neto para com a formação de núcleos coloniais homogêneos, principalmente no que se refere ao isolamento de migrantes europeus de outros agrupamentos. Depreende-se, no entanto, os seus motivos: progresso e estabilidade do grupo. Fica claro, ainda nessa passagem, a referência à política nacionalista que buscava exatamente combater a concentração e a formação de ilhas étnicas a partir de projetos de colonização. Faz-se, então, as seguintes questões: as diretrizes políticas promulgadas pelo governo do Estado e pelo governo federal estavam em sintonia? Em caso negativo, de que forma os dirigentes da MARIPÁ procuravam contornar as divergências existentes entre estas duas esferas administrativas?

Para além de tais considerações importa, aqui, perceber a maneira pela qual os dirigentes da MARIPÁ buscaram apresentar o colono migrante como elemento apto a colonizar a região. Neste ponto, vê-se, já na fase inicial da colonização, que os discursos caracterizadores do contingente populacional – adaptado ao clima e ao relevo do Brasil, conhecedor da vegetação e do solo – concentravam componentes

---

<sup>56</sup> ROCHA NETO, Bento Munhoz da. *O Paraná, ensaios*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995, p.147.

discursivos das duas esferas políticas acima destacadas. Ou seja, as referências políticas delineadas pelos administradores públicos aos elementos que seriam os “predestinados” a povoarem áreas de fronteira, constituíram-se em artifícios narrativos que, de uma ou outra forma, serviam como importantes elementos que legavam aos migrantes o papel de construtores do espaço regional.

Nesse sentido, pode-se perceber, na plataforma política composta pelos dirigentes da MARIPÁ, a tentativa de instaurar uma síntese que caracterizasse o colono migrante a partir da utilização de uma referência comum. Em outros termos, algo que satisfizesse os objetivos políticos, econômicos e culturais dos projetos de povoamento delineados pelos órgãos oficiais. Neste ponto, encontram-se atrelados os discursos que, no dizer dos dirigentes desta empresa, enfatizam um “velho princípio de economia”.

Todo capital, afim de produzir um rendimento, precisa fazer-se acompanhar da mão de obra. Mesmo aqui, não nos podemos afastar dêste velho princípio de Economia. No presente caso, o capital está representado pelo vasto e ondulante tapete de matas. O trabalho, pelo homem que realizará a transformação dêstas matas em núcleos de civilização e centros produtores. Como resultado dêsta operação, teremos os produtos. Sabe-se, porém que, afim de conseguir um produto bom, cujo lançamento seja compensador, é indispensável que a mão de obra que o elabore seja esmerada. E amorada é a mão de obra que continuamente se dedica à elaboração dos mesmos produtos dentro das mesmas condições físicas, especializando-se, dêsta forma, em determinado ambiente<sup>57</sup>.

Destaca-se a linguagem, em certo sentido, matemática deste trecho, na medida em que os ingredientes necessários ao sucesso do empreendimento estão contidos numa espécie de fórmula harmoniosa, na qual o capital aliado à mão-de-obra especializada têm como resultado bons produtos (progresso e civilização).

O discurso do trabalho, como não poderia deixar de ser, é categoria central nas narrativas da MARIPÁ: é o trabalho que transformará um ambiente praticamente intocado pela ação do homem em um espaço caracterizado pelo seu progresso

---

<sup>57</sup> *Idem*, p. 04.

material. No entanto, o texto alude a um tipo ideal de homem destinado à tarefa de dar continuidade ao desenvolvimento das áreas a serem colonizadas: os colonos migrantes do Sul do Brasil, *especializados* [já no Rio Grande do Sul e Santa Catarina] *na elaboração dos mesmos produtos* [agroalimentares] *dentro das mesmas condições físicas* [Oeste do Paraná].

No que se refere a esta questão, observa-se que a construção de valores transparece principalmente nos atributos que pretendem caracterizar o colono sulino como aquele que prima pela sua operosidade e pelo amor a terra em que trabalha. Esta noção, reelaborada pelo discurso da MARIPÁ, enfatiza o trabalho como fundamental para o progresso, não só da colônia em processo de colonização, mas principalmente da Nação como um todo, porque é esta atividade que constrói a riqueza, que dá dignidade e que enobrece as relações humanas. O trabalho é identificado, então, com as noções de progresso e de civilização. É o progresso, visível principalmente no desenvolvimento gradativo das relações econômicas, que viabilizaria uma sociedade civilizada.

Ao longo da construção narrativa produzida pelos dirigentes da MARIPÁ, o colono migrante do Sul do Brasil é assinalado favoravelmente no que se refere ao dinamismo e empenho, indispensáveis para um projeto deste porte. Esta caracterização – utilizada por vários emissores oficiais – aparece intimamente atrelada ao sucesso econômico e social da área colonial. Isto se deve ao fato de que o colono ideal para ocupar as terras do Oeste do Paraná deveria se enquadrar nos moldes sugeridos pela empresa: trabalhador, honesto, experiente e de espírito empreendedor.

Não obstante isso, para que a escolha do elemento humano fosse a mais segura, seguiram-se algumas etapas. Primeiramente, estabeleceu-se a sua procedência das antigas colônias do Sul, por todos os requisitos já referenciados; em segundo lugar, fazia-se necessário selecionar os colonos de maior valor produtivo; e, por último, mas

não menos importante, evitou-se atrair elementos tidos por “aventureiros” e “parasitas”, cujas atividades poderiam ser classificadas como desonestas.

Estes procedimentos revelam práticas que dão a noção de um gerenciamento científico e racional, através do qual a noção de alteridade não escapava ao olhar dos dirigentes – pelo contrário, estes se esforçaram em diferenciar os colonos migrantes de descendência alemã e italiana de outras etnias. Procuravam, desta forma, apresentar uma distinção cultural que pudesse ser inscrita na estrutura do espaço social que se pretendia construir, ou seja, buscaram classificar e impor determinada visão dos agentes que seriam os “predestinados” para a tarefa de colonização. Assim, a escolha de “elementos” de significativo “valor”, tendo em vista critérios de produtividade, remete a um juízo de valor conferido aos migrantes do Sul do Brasil, quando comparados aos paulistas ou mineiros; ou seja, era necessário que os grupos que foram excluídos do processo de seleção fossem antes diferenciados.

Considerar válidos somente os colonos “euro-brasileiros” – descendentes em sua maioria de alemães e italianos, com dedicação ao cultivo e produção agroalimentares – significava conferir a estes a capacidade de colaboração com o desenvolvimento e a integração do Oeste paranaense ao restante da nação. Aqueles que não se ajustassem a estas características, representavam, de certo modo, uma ameaça ao controle dos poderes público e privado, este último, desempenhado pela empresa colonizadora.

Neste ponto, cabe ressaltar que o colono “euro-brasileiro” esteve no centro de uma luta de classificações a partir do qual os dirigentes da MARIPÁ objetivavam, sobretudo, legitimar o seu papel preponderante no contexto da colonização. Depreende-se, dessa maneira, que tais dirigentes, ao investirem determinada leitura quanto à constituição do espaço colonial, buscavam também fundamentar seus discursos em torno de uma imagem colonial. Nesse sentido, ao referirem-se

aos colonos migrantes o faziam tendo como referência sua origem étnica, seu espírito colonial<sup>58</sup>. Segundo Gregory,

os pioneiros recebiam nome e sobrenome. É o sobrenome que concedia identidade, origem. Não mencionar o sobrenome implicava em desconsiderar a origem. Os "outros", portanto, eram necessários, imprescindíveis para determinadas atividades, principalmente, as da exploração extrativa, das quais a empresa auferia seus lucros diretos. Esta exploração se esgotaria rapidamente e diminuiria a necessidade dos "outros". Na medida em que a colônia recebia os "de origem", que se dedicavam às lides agrícolas e de criação, os "outros" iam sendo dispensados na medida em que a colônia era instalada. Algumas necessidades e alguns imprevistos motivaram a contratação dos paraguaios numa situação de "auge de desespero". A memória dos primeiros tempos da colônia não mais considerava os de "não origem" e atribui o pioneirismo aos "nossos", aos colonos<sup>59</sup>.

O autor aponta, neste trecho, um dos procedimentos utilizados pelos dirigentes da MARIPÁ no que concerne a importância da identificação dos colonos de "origem" na nova colônia. De certo modo, esta forma de distinção realizada entre os agentes que seriam os ideais para a colonização, implicava levar em consideração o local de nascimento deste contingente, o que, neste contexto, se referia às antigas colônias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Interessante referir-se, neste momento, ao discurso edificado em torno do trabalhador paraguaio. Este personagem – que era tratado apenas pelo primeiro nome – executava um papel central no início dos trabalhos de exploração do território da MARIPÁ. Constituíam-se, sobretudo, numa mão-de-obra afeita aos "trabalhos mais penosos", e que impulsionaram tanto a atividade comercial da empresa (derrubada e corte de madeira) como seu posterior projeto de colonização (força braçal). Segundo a qualificação de Oscar Silva:

---

<sup>58</sup> A referência ao espírito colonial do migrante "euro-brasileiro" diz respeito a sua tradição de colono. Nesse sentido, o desafio da construção do espaço colonial transformava-se num valor cultural marcante para eles, uma vez que englobava a idéia de desbravar, de comprar um lote de terra, de produzir e reproduzir sua unidade familiar.

<sup>59</sup> GREGORY, Valdir, *op. cit.*, p. 209.

Os paraguaios, que não podiam ser considerados colonos, propriamente ditos, foram, sem dúvida alguma, o elemento humano mais valioso para o trabalho braçal, derrubada de matas, abertura de estradas (como a que ligava Toledo a Porto Britânia, sem máquinas, apenas com foices e machados), medições de lotes rurais e sujeitando-se aos trabalhos mais penosos, como a construção de jangadas nas águas do São Francisco. Extremamente trabalhadores e humildes, segregavam-se socialmente por si. A colonização de Toledo deve muito ao paraguaio<sup>60</sup>.

Verifica-se que, apesar do paraguaio ser afeito ao trabalho de desbravamento da mata, não era considerado colono. Portanto, sua função se restringiu à fase inicial da ocupação. Curioso é o fato de que quando do desenvolvimento da ação colonizatória, o discurso criado em torno do grande potencial de trabalho do paraguaio exclui sua participação neste empreendimento. Ou seja, se antes ele era considerado "trabalhador, humilde e valioso", quando a colonização entra em ritmo mais acentuado, o trabalhador paraguaio passou a ser primitivo e de baixo poder aquisitivo, tornando-se dispensável aos dirigentes da MARIPÁ. Esta mesma perspectiva pode ser focalizada quando das descrições feitas sobre o caboclo.

Luso-brasileiro era todo aquele que não pertencia diretamente às correntes de origem italiana, alemã e outras (...). Geralmente era brasileiro nato e o português nato ou naturalizado. Era o chamado "caboclo brasileiro" ou "pêlo-duro", só admitido como fonte de trabalho braçal. "Por não dispor de qualquer condição para adquirir terras, o caboclo luso-brasileiro excluiu-se a si próprio do plano da MARIPÁ, a não ser que permanecesse como força de trabalho braçal"<sup>61</sup> (grifos no original).

Desta citação depreende-se a justificativa pela qual o caboclo "excluía-se a si próprio" da colonização: sua falta de dinheiro. No entanto, o antropólogo Kalervo Oberg relata alguns fatores que intermediaram a escolha de determinado tipo de colono por parte da MARIPÁ, pontuando as diferenças econômicas e culturais entre caboclos e colonos migrantes do Sul do Brasil. Segundo ele,

o caboclo, com sua técnica de agricultura primitiva e falta de dinheiro para comprar terras, estava fora do programa, exceto como fonte de trabalho braçal. A escolha estava entre imigrantes europeus ou descendentes de imigrantes europeus recentes nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Apesar dos imigrantes europeus

<sup>60</sup> SILVA, Oscar [et alii]. *Toledo e sua História*. Toledo: Prefeitura Municipal, 1988, p. 92.

<sup>61</sup> Idem, p.92-93.



possuírem conhecimentos de agricultura moderna e recursos financeiros, conclui-se que as condições sub-tropicais de uma região nova e pouco desenvolvida seriam um obstáculo enorme ao seu progresso. Os descendentes de imigrantes italianos e alemães, que se instalaram no Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram considerados como uma população provada e testada para a experiência de uma vida pioneira na nova área. Durante cem anos, esses descendentes de imigrantes italianos e alemães, nos dois estados sulistas, foram se aclimatando às condições do Brasil: além disso, eram pequenos proprietários rurais, fazendeiros do tipo familiar e conservaram as tradições de trabalho árduo, frugalidade e agricultura como meio de vida<sup>62</sup>.

A partir deste trecho, pode-se perceber uma série de características visualizadas na figura dos colonos migrantes do Sul do Brasil. Dentre elas, a experiência de uma vida pioneira, sua estrutura fundiária e suas tradições culturais destacam-se. Quanto ao trabalhador paraguaio e ao caboclo, estes eram considerados primitivos devido à utilização de técnicas de agricultura arcaicas. Além disso, eram qualificados como inviáveis financeiramente, uma vez que não dispunham de capital suficiente para adquirir lotes de terra.

Observa-se, portanto, uma clara divisão de valores, principalmente formulados pelos dirigentes da MARIPÁ, que imprimiram distinções entre os vários momentos da prática colonizatória: se inicialmente o trabalhador paraguaio e o caboclo foram indispensáveis para a viabilização da colonização, o contrário se deu quando esta passou a uma fase de maior desenvolvimento. Neste momento, o personagem da vez é o colono "euro-brasileiro" que vai ser caracterizado, inclusive, com o espírito desbravador e com a experiência de trabalho "duro" antes atribuídos aos paraguaios e aos caboclos. Tais aspectos vão ser (re)utilizados, posteriormente, principalmente a partir do momento em que se buscava qualificar os atos dos pioneiros.

Desse modo, um dos elementos importantes para a solidificação de uma referência fundadora aos agentes que colonizaram as terras da MARIPÁ era a questão da origem. *Ter origem implicava em ter a paternidade caracterizada, em portar*

---

<sup>62</sup> OBERG, Kalervo; JABINE, Thomas, *op. cit.*, 1960, p. 28.

*valores culturais, em ter bons costumes, em saber idiomas coloniais*<sup>63</sup>. Cabe aqui apresentar, a título de exemplo, alguns elementos, sistematizados por Venilda Saatkamp, que marcaram o inter-relacionamento entre alemães e italianos no que se refere às relações estabelecidas com os caboclos.

Os alemães, como os italianos falavam sua língua de origem, em casa. Os alemães falavam o português com um sotaque e encontravam dificuldades para escrevê-lo. Nas reuniões públicas de agricultores muitos participantes solicitavam que os discursos fossem traduzidos para o alemão. O relacionamento dos alemães e italianos com os caboclos era bom, contudo não admitiam casamentos com eles, por acharem o nível do caboclo mais inferior. Os colonos não queriam misturar-se com os caboclos e apreciavam o sucesso obtido por um dos membros da comunidade alemã e italiana na sua profissão ou no comércio na vila General Rondon<sup>64</sup>.

O grupo constituído por alemães e italianos alimentava, desse modo, certos preconceitos em relação aos "brasileiros", preferindo manterem-se isolados destes por acharem-nos inferiores. Tal atitude mostra-se visível através da proibição do casamento entre alemães e italianos com "caboclos". Interessante observar neste momento, uma questão de extrema importância para perceber a estruturação discursiva da MARIPÁ. Trata-se, pois, dos estigmas presentes no modo-de-ser dos colonos migrantes. Conscientes destes "preconceitos", os dirigentes compuseram discursos que serviam como justificativas a determinadas práticas, tais como o processo de seleção das pessoas que iriam povoar o território da MARIPÁ:

Esta preferência indicava como ideal, o agricultor do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, cujos métodos de trabalho e dedicação eram por demais conhecidos pelos acionistas da empresa. Em uma área tão grande poderiam ocorrer desavenças entre os moradores, fatos desagradáveis e muito difíceis de serem controlados por uma empresa comercial particular. Por isso, pelo menos no início, e na medida do possível, o elemento humano, além de outras características, teria que ser pacífico e tranqüilo<sup>65</sup>.

<sup>63</sup> GREGORY, Valdir, *op. cit.*, p. 210.

<sup>64</sup> SAATKAMP, Venilda. *Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel: Assoeste, 1984, p. 51.

<sup>65</sup> NIEDERAUER, Ondy, *op. cit.*, p. 131.

Esta preocupação pode ser facilmente verificada através do estudo dos mecanismos de divulgação das colônias em processo de colonização utilizados pela MARIPÁ para atrair o colono migrante. Esta foi outra estratégia de atuação da companhia, posto que tais procedimentos de propaganda deveriam, sobretudo, evitar a introdução de “aventureiros despidos de honestidade”, que prejudicariam o ambiente “pacato e progressivo” das novas colônias.

Uma vez decidida a fonte fornecedora de futuros colonos, ainda era necessário determinar um método de seleção que pudesse trazer para a nova colonização homens de bom caráter e de capacidade testada. Uma publicidade em larga escala, como o provou a experiência, teria atraído muitos aventureiros e parasitas, com seus métodos de enriquecimento rápido de exploração de recursos. Seria melhor retardar, ou mesmo proibir, a entrada desses elementos<sup>66</sup>.

Verifica-se, nesta passagem, um discurso carregado de conotações depreciativas àqueles que seriam os indesejados para a colonização. Por outro lado, a valorização do migrante de descendência alemã e italiana encontra espaço privilegiado no discurso da empresa. Isto se explica pelo fato de que os dirigentes esperavam que os primeiros colonos atraíssem outros compradores de suas localidades de origem, confiando na importância que estes davam ao aspecto da homogeneidade de seu grupo, considerado pela própria companhia como o pivô do sucesso colonizador. Portanto, quando do momento de atraí-los para a nova colônia, uma nova seleção, só que desta vez entre os próprios colonos, era realizada.

O grande sucesso iniciado neste ano é atribuído ao fato de terem sido os primeiros compradores de terras, pessoas escolhidas entre as de maior projeção em seu núcleo no sul do País. Junte-se ainda o fato de serem as terras desta região efetivamente boas e de grande rendimento. A propaganda foi feita unicamente por intermédio dos agentes comissionados e, posteriormente por todo aquele que aqui adquiria terras. O agricultor de modo geral, crê mais no que diz e lhe conta o vizinho, do que numa propaganda feita por jornais e rádio. Os que aqui adquiriam terras, ao regressar aos seus lugares de origem, sempre confirmavam a propaganda em torno de Toledo, pois, *viam aqui, a realização de tudo o que lhes era predito e prometido pelos agentes da Companhia*. A MARIPÁ realmente, fazia o que prometia. Aqui estavam escolas e igrejas, havia médico e hospital, extendiam-se estradas pelo mato a dentro. A propaganda feita de boca em boca entre os agricultores, não levou a Toledo aventureiros despidos de honestidade nem capitalistas desejosos de empregar capitais em terras

---

<sup>66</sup> OBERG, Kalervo; JABINE, Thomas, *op. cit.*, p. 28.

aguardando, assim, plácidamente, que os agricultores vizinhos, com o seu suôr, lhes valorizassem as mesmas<sup>67</sup>.

Fica evidente que os dirigentes estavam cientes que atrair elementos de maior projeção social nas comunidades de origem, significava, para os demais colonos, um exemplo a ser seguido, um reconhecimento de que o novo ambiente colonial oferecia condições similares de reconstrução de sua vida familiar. Tal procedimento revela uma lógica econômica e cultural centrada nas relações sociais, nas quais uma certa hierarquização das comunidades, através da escolha de pessoas influentes em seu meio, desempenharia um papel importante para a atração de novos migrantes.

Os aspectos até agora apontados, mostram a tentativa dos dirigentes em circunscreverem um espaço afeito aos colonos descendentes de alemães e italianos do Sul do Brasil, e, para tanto, não pouparam elogios para mostrarem as suas qualidades em consonância com as características do novo ambiente. Tal conotação pode ser facilmente observada a partir dos termos caracterizadores dos migrantes utilizados pelos dirigentes da MARIPÁ. A palavra "pioneiro", neste contexto, assume grande relevância descritiva, que visava identificar o espaço e seus primeiros habitantes. Cabe destacar, neste ponto, que a construção de valores (identificada na figura do colono migrante como pioneiro) não só encontra espaço privilegiado no discurso da MARIPÁ, como também em órgãos de imprensa que procuravam caracterizar tal empreendimento.

A luta desses primeiros homens contra a mata virgem; o combate do machado contra o pinheiro secular; o sofrimento do homem isolado na mata, sob as picadas dos mosquitos, a ardência do carrapato a entranhar-se sob a pele; a falta de alimentação que as vêzes não chegava no devido tempo, por não o permitirem as condições de estradas ou as chuvas prolongadas. Isso tudo, chamamos hoje de, pioneirismo. Pioneirismo êsse, que é o alicerce do progresso e do enriquecimento de todo o Município de Toledo<sup>68</sup>.

---

<sup>67</sup> MARIPÁ. *Relatório das Atividades*, op. cit., p. 10.

<sup>68</sup> "O município de Toledo" In: *Revista Municipalista*, op. cit., 1957, p. 08.

O conteúdo atribuído à atividade pioneira reúne uma série de enunciados que irão dar o tom do discurso elaborado em torno do contingente populacional. De forma geral, a mitificação do pioneirismo expressava conteúdos bem específicos que asseguravam à colonização um tipo social qualificado como o mais adequado ao Oeste do Paraná. Para atestar sua eficácia, basta notar que este discurso cristalizou-se através dos tempos, a partir de uma denominação fundadora: os migrantes de outrora se transformaram em pioneiros.

A representação discursiva em torno do pioneiro portou, então, um conjunto de significados, aparecendo inclusive revestido do espírito bandeirante, que lhe atribuiu a idéia de desbravador. Observa-se na caracterização do território colonizado pela MARIPÁ não só a recriação do espaço, mas também a identificação dos agentes que nele atuam e que passam a ser revestidos de um passado glorioso, uma vez que esta enunciação carrega noções que lhes asseguram o papel de predestinados a “desbravar sertões inóspitos”.

Além do mais, o pioneiro foi “vestido” de características que o tornaram elemento central no contexto da colonização. A partir de seu trabalho e de sua ação empreendedora, agia com o objetivo de engrandecer a cidade, integrando-a à economia nacional. Cumpriu, em vista disso, um papel importante: auxiliou decisivamente para o desenvolvimento do território.

Desse modo, graças à ação do migrante identificado como “euro-brasileiro”, pioneiro e laborioso homem a serviço do progresso e da nação, o espaço, que antes era “só mato”, agora assume importância política e econômica para o Estado. Através deste ideário, compreende-se as regras da formação de um discurso histórico no qual, através da inscrição dos colonos num sistema já dado, tem-se a circunscrição de um espaço de poder.

Nesta perspectiva, o discurso regionalista, posto em prática no programa de colonização da MARIPÁ, veiculou um poderoso efeito de identificação. De um lado,

colonos de descendência alemã e italiana, com cultura e tradições distintas aliadas ao espírito de progresso. De outro, o Estado com seu projeto de desenvolvimento e modernização. Como resultado, aparece a "extraordinária capacidade realizadora dos migrantes", considerados verdadeiros agentes propulsores do progresso moral e material do Estado paranaense e do Brasil.

Tal conotação pode ser identificada no discurso proferido pelo então Prefeito de Toledo Egon Pudell<sup>69</sup> em 1957, em razão da primeira Exposição Agro-Pecuária e Industrial deste município<sup>70</sup>. Segundo ele,

Não poderia também, nesta oportunidade, deixar de apresentar em nome do Executivo Municipal, os meus votos de congratulações aos Diretores da Cia. Colonizadora MARIPÁ, senhores Willy Barth e Egon Bercht, pela feliz iniciativa da realização desta magnífica Exposição, bem como aos integrantes da Comissão Organizadora dos trabalhos deste certame altamente patriótico, onde o povo deste Município oferece aos visitantes aqui presentes uma prova eloquente de seu trabalho e progresso. Povo do Município de Toledo! Sinto-me feliz em afirmar que não sois apenas uma comuna apontada como uma das mais prósperas da região oeste do nosso Estado. Sois por vosso arrojo, por vosso dinamismo, espírito incansável e criador, uma grandiosa afirmação de um Brasil novo que se agiganta para o futuro<sup>71</sup>.

A partir desta citação, depreende-se uma série de características atribuídas ao agora cidadão toledano que irão permear a construção da identidade do homem do Oeste do Paraná: arrojo, dinamismo e espírito incansável e criador são as marcas que procuram definir as contribuições deste cidadão para a grandeza do país. Tal conotação pode ser destacada a partir de outra passagem. Quem fala agora é a Rainha desta mesma Exposição:

Localizado, Rondon, em zona distante do centro civilizado, em fase ainda semi-colonial, apresentando-se como região pobre de meios de transporte, onde os problemas surgem a cada passo e se multiplicam, reclamando por isso soluções

<sup>69</sup> Este personagem, antes de assumir o cargo de Prefeito de Toledo, exercia atividades de gerenciamento de uma das principais casas comerciais da MARIPÁ. Tratava-se do *Empório Toledo*, pequeno estabelecimento comercial que realizava atividades de venda de produtos de primeira necessidade, essenciais para o desenvolvimento da colonização em sua fase inicial. Além disso, esta empresa adquiria os excedentes produzidos pelos colonos.

<sup>70</sup> Cabe destacar que o então Município de Toledo compreendia, neste momento, as atuais cidades de Toledo e Marechal Cândido Rondon.

<sup>71</sup> "Discurso pronunciado pelo exmo. Sr. Prefeito Municipal de Toledo". In: *Revista Municipalista*, op. cit., 1958, p. 13.

urgentes e criteriosas nas quais são chamados todos os que aqui habitam, por tudo isso, por tãda essa precariedade e ausência de fatores relativos ao amparo de que faz jús, - Rondon, marca por si próprio, pelo seu povo heróico, por êsse grupamento harmonioso de habitantes livres, educados e conscientes, o direito inquestionável do respeito e da homenagem que lhes está a dever e tributar, o governo e quiçá a própria Nação. Sim, Rondon, caminha pelo seu povo, que, como parcela desse querido Paraná, leva a humanidade para a frente, e, quem leva a humanidade para frente são aqueles que de sua vida lhe fazem um degráu. O belo espetáculo que nós estamos assistindo, nesta data, é uma demonstração daquelas, sôbre a qual me referi, - isto é, de que esse povo, os seus dirigentes, possuem, na verdade, o degrau da civilização e do progresso<sup>72</sup>.

Nota-se que o discurso, com fortes traços apologéticos, estabelece uma leitura fundadora ao território e aos agentes que o constituíram. Destacam-se os valores de civilidade e de progresso característicos *deste povo heróico (...)* *grupamento de habitantes livres, educados e conscientes* que aspira à sua institucionalização política: *direito inquestionável do respeito e da homenagem que lhes está a dever e tributar, o governo e quiçá a própria Nação*.

Por tudo isso, observa-se a formação ou forjamento de uma identidade regional calcada, principalmente, nos atributos encontrados na figura dos colonos migrantes do Sul do Brasil, que, de certa forma, representavam o ideário nacionalista e progressista característico da colonização recente, pois *gente laboriosa e com amor à sua terra* são requisitos fundamentais para transformar *uma área de fronteira, um canto do Brasil*<sup>73</sup>, num ambiente seguro e em fase de desenvolvimento político-econômico.

Eles seriam portadores das aptidões necessárias para desenvolver a fronteira agrícola. Eles seriam os braços para a lavoura e eram vistos como os produtores apropriados para o projeto de desenvolvimento do Paraná que implicava na inserção da economia do Estado na economia brasileira. Eles trariam o domínio da técnica e o capital inicial necessário. Teriam iniciativas aliadas à experiência colonial<sup>74</sup>.

<sup>72</sup> "Discurso pronunciado por sua Majestade a Rainha da 1ª Exposição, Srta. Zita Decks". Idem, p. 10-11.

<sup>73</sup> MARIPÁ. *Plano de Ação*, op. cit., p. 04.

<sup>74</sup> GREGORY, Valdir, op. cit., p. 97.

Importante destacar que, a partir da construção de uma dada significação ao território e aos agentes que o ocupam, a MARIPÁ instaurava sentidos fundadores de uma identidade, ou melhor, de certas imagens ao seu programa. A lógica deste procedimento consistia em configurar, não só os colonos como principais atores deste espaço, mas e principalmente, legitimar o seu papel e a sua atuação no contexto de tal iniciativa empresarial. Nesse sentido, a referência ao seu projeto de colonização segundo as noções de civilidade e de progresso para com o todo - Paraná e Brasil - foram recursos narrativos utilizados por seus dirigentes com o objetivo de inserirem-se no contexto ideológico do movimento migratório deste período. Neste ponto, é necessário reafirmar algo que já está implícito neste texto, ou seja, que foram os dirigentes da MARIPÁ que estabeleciam, a partir da ação discursiva, a ligação do local (Toledo e General Rondon) com o regional e estadual.

Como exemplo deste procedimento, é interessante apresentar uma passagem inscrita no discurso proferido por Willy Barth, em razão da visita do governador Bento Munhoz da Rocha Neto à comunidade de Toledo. Destaca-se, sobretudo, o teor das manifestações patrióticas presentes no município de Toledo:

É senhor governador, com o coração cheio de ardor civico e patriotico, que Toledo recebe de braços abertos tão nobre visita, sincera e bem intencionada. Vive este lugar, um de seus melhores dias, um dos dias mais felizes de sua existencia, numa emoção que é representada no semblante alegre dos que o recebem, dos que aqui habitam, dos que, - lutando pelo pão de cada dia, lutam também pelo engrandecimento do Paraná. É para nós, enobrecedora a honra que nós traz a presença de um Governador, que com a ilustração, talento e conhecimento de causa, dirige os destinos do Estado do Paraná. É Toledo, nobre Governador, é, como já teve oportunidade de observar, uma vila que surgiu, e se pode dizer, que de um dia para o outro, caraterizando e demonstrando a vivacidade do trabalho do dinamismo, do esforço e da abnegação. É a característica dos brasileiros, traduzida na vontade real de progredir, que tem seus olhos voltados para a grandeza da Patria comum<sup>75</sup>.

---

<sup>75</sup> BARTH, Willy. *Carta para o Governador*. Toledo: Museu Willy Barth, 1951.



Willy Barth exalta o espírito cívico dos agentes envolvidos no programa de colonização. O progresso, novamente, aparece como marco de tal patriotismo, caracterizado pelo trabalho e pelo dinamismo de seu povo<sup>76</sup>. Verifica-se, além disso, que seu discurso articula questões locais e regionais ao contexto nacional, pois o desenvolvimento da comunidade toledana, a partir do trabalho *dos que aqui habitam*, é definido por Barth como *característica dos brasileiros, traduzida na vontade real de progredir, que tem seus olhos voltados para a grandeza da Pátria comum*.

No entanto, para que o discurso em torno do colono migrante do Sul do Brasil fosse realmente eficiente, tornou-se necessária a organização de uma estrutura assistencial que auxiliasse aos migrantes. Nesse ponto, a assistência técnica e social disponibilizada aos colonos aparece como estratégia administrativa de fundamental importância para o êxito da colonização. Mais importante: as atividades desenvolvidas para a estruturação do projeto colonizatório colaboraram para a formação e preservação de um espaço de poder no qual os dirigentes calcaram seus discursos, voltados principalmente à questão social.

Portanto, no que se refere à questão das práticas administrativas<sup>77</sup> direcionadas à instalação dos colonos migrantes, pode-se perceber uma série de medidas que, de forma geral, mostram os cuidados dos dirigentes da MARIPÁ para

---

<sup>76</sup> Segundo Bourdieu, "a classe (ou o povo, ou a nação, ou qualquer outra realidade social de outro modo inapreensível) existe se existirem pessoas que possam dizer que elas são a classe, pelo simples fato de falarem publicamente, oficialmente, no lugar dela, e de serem reconhecidas como legitimadas para fazê-lo por pessoas que, desse modo, se reconhecem como membro da classe, do povo, da nação ou de qualquer outra realidade social que uma construção do mundo realista possa inventar ou impor". BOURDIEU, Pierre, 1990, op. cit., p. 168.

<sup>77</sup> Para obter maiores informações sobre as práticas administrativas voltadas à estruturação e à implementação física do empreendimento colonizador da MARIPÁ (questão do abastecimento e do consumo, da infra-estrutura, do planejamento industrial etc.), ver a obra de NIEDERAUER, Ondy. Op. cit. No que se refere às questões infra-estruturais que preocupavam os colonos migrantes, ver o estudo de MACCARI, Neiva S. K. *Migração e Memórias: a colonização do Oeste paranaense*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

com a estruturação e a dinamização de seu empreendimento colonizador. O que mais surpreende, no entanto, não são os cuidados orientados aos colonos quanto à infra-estrutura material (edificação de casas, entrepostos de compra e venda de produtos, construção de estradas etc.), mas sim as assistências de caráter "espiritual".

Neste ponto, observa-se a preocupação dos dirigentes desta empresa quanto à contratação de padres, pastores e professores para atuarem no sentido de dinamizarem os espaços de sociabilidade característicos de tais agentes. Neiva S. K. Maccari apresenta, nesse sentido, importantes considerações obtidas a partir de entrevistas com os colonos migrantes envolvidos neste empreendimento. De modo geral, a autora esclarece que, apesar das adversidades enfrentadas por estes no início da colonização (desmatamento, transporte, alimentação, assistência médica e hospitalar), obtiveram da companhia colonizadora o apoio necessário para a instalação e para a dinamização de seu lote colonial, principalmente no que se refere ao início da produção.

Mas um ponto é destacado como primordial neste processo. Trata-se da formação e consolidação, por parte da colonizadora, de espaços de sociabilidade para usufruto dos agentes colonizadores (igreja, escola, "Empório" etc.). Segundo esta autora, as práticas administrativas direcionadas a estas questões surtiram grande repercussão, contribuindo diretamente para o sucesso, do ponto de vista empresarial, de tal empreendimento colonizador. Corroboraram, entre outras coisas, para a instauração de um ambiente social no qual os colonos pudessem se reconhecer a partir dos laços que lhes davam coesão<sup>78</sup>. Assim, a partir da dinamização destes ambientes, os dirigentes da MARIPÁ não só evitavam a ocorrência de conflitos e revoltas por parte dos colonos, também preservavam o espírito associativista e comunitário característico deste contingente populacional.

---

<sup>78</sup> MACCARI, Neiva S. K. *Op. cit.*, pp.99-148.

Destacam-se, portanto, práticas administrativas que mostram a arregimentação do campo da colonização por parte da MARIPÁ. Mais importante: elas dão a noção das prioridades de que se valeram os dirigentes desta empresa para com o contingente populacional selecionado para a tarefa de colonizar. Nesse sentido, a criação de um ambiente em que tais migrantes pudessem se reconhecer enquanto comunidade agrícola parece ser o ponto fulcral para entender o sucesso empresarial dessa iniciativa. Isto porque não só a inexistência de conflitos internos dão provas práticas deste fato, mas – como será visto a seguir – o poder de representação atribuído aos dirigentes enquanto administradores públicos, pode ser destacado como uma evidência clara do bom relacionamento entre colonos migrantes e agentes colonizadores.

## **2.2 A sustentação do discurso pela representação autorizada**

O ato de instituir uma determinada referência ao processo de constituição política, econômica e cultural das áreas colonizadas pela MARIPÁ, foi um procedimento que, em seu momento, dependeu da percepção dos agentes sociais que configuravam neste espaço. Em outras palavras, a eficácia política da linguagem utilizada pelos dirigentes desta empresa deveu-se ao fato de que esta esteve, em grande medida, fundamentada no grupo selecionado para a colonização, sendo reconhecida por eles<sup>79</sup>.

---

<sup>79</sup> Segundo Bourdieu, "o efeito de conhecimento exercido pelo fato da objetivação no discurso não depende apenas do reconhecimento concedido àquele que o detém; depende também do grau com que o discurso anunciador da identidade do grupo está fundado na objetividade do grupo ao qual está endereçado, ou seja, tanto no reconhecimento e na crença que lhe atribuem os membros desse grupo como nas propriedades econômicas ou culturais por eles partilhadas, sendo que a relação entre essas mesmas propriedades somente pode ser evidenciada em função de um princípio determinado de pertinência. O poder sobre o grupo a que se pretende dar existência enquanto grupo é, ao mesmo tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, e, portanto, uma visão única de sua identidade e uma visão idêntica de sua unidade". BOURDIEU, Pierre, 1996, *op. cit.*, p. 111.

Desse modo, a forma de estruturação de seu empreendimento administrativo, a partir da difusão de certos discursos vinculados à figura dos migrantes, caracterizados por “euro-brasileiros”, revela que os dirigentes da MARIPÁ tinham consciência da importância de reconstruírem, no novo ambiente, as instituições que garantiriam a preservação do modo-de-ser destes agentes e, conseqüentemente, seu papel predominante no campo da colonização. Neste caso, a intenção dos colonizadores em formarem núcleos homogêneos, no que se refere à etnia e religião, passava pela enunciação dos valores condensados no seio do próprio grupo. As caracterizações atribuídas a este “elemento humano”, pacífico e tranqüilo, voltado quase que exclusivamente ao trabalho e ao amor à terra, foram artifícios largamente proferidos pelos dirigentes, tendo em vista os objetivos visualizados em sua figura.

Assim, para compreender o teor dos discursos sistematizados por tais dirigentes, torna-se importante investigar aspectos estruturais deste grupo de colonos migrantes. Tal procedimento se deve ao objetivo de perceber como questões de ordem étnica, religiosa e familiar, por exemplo – tão divulgados no contexto da colonização – constituíram-se em elementos caracterizadores de determinada comunidade e espaço.

Os migrantes que se estabeleceram nas terras da MARIPÁ conservavam uma tradição cultural marcada não só pela identidade étnica como também lingüística e religiosa. Tais características, enquanto sistemas de símbolos e valores em comum, atuavam como representações de conduta, o que se evidencia a partir da reprodução das instituições e do estilo de vida destes agentes neste novo espaço colonial. É certo, no entanto, que estas representações estiveram intimamente relacionadas a um determinado contexto que as produziu e preservou. Oriundos de núcleos coloniais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, os colonos migrantes preservavam fortes vínculos comunitários, centrados, principalmente, no espírito associativista e na tradição religiosa, o que aqui se pode entender como identidade

colonial. Ademais, estavam habituados ao modo de vida agrícola, tendo por base a unidade familiar. Estes aspectos ou *habitus* do grupo (valores, normas, princípios) explicam a estrutura social internalizada por tais agentes através das instituições de socialização destes (igreja, família, escola). Assim, destaca-se a importância de se perceber na caracterização discursiva da MARIPÁ os mecanismos de reprodução de um ambiente que pudesse ser reconhecido pelos migrantes.

De forma geral, não é difícil localizar na literatura sobre o Oeste paranaense referências a este contingente populacional; muito pelo contrário. Cabe assinalar, entretanto, uma mudança de perspectiva analítica se for considerada a trajetória de produção dos primeiros estudos quando comparados aos mais recentes. Ou seja, a preocupação da primeira leva de trabalhos (1950-1990) que versaram o processo de colonização com o migrante de descendência alemã e italiana do Sul do Brasil, o fizeram tendo como referência a exposição de suas qualidades. Fator este que contribuiu para a consolidação de uma história cujo enfoque residia no engrandecimento destes personagens (seu trabalho pioneiro e seus valores culturais). No entanto, na grande maioria dos estudos mais recentes (1991-2000) sobre esta região – alguns deles apresentados na introdução – percebe-se uma postura mais crítica para com as idéias e as imagens produzidas, não só pela literatura que os antecederam, como também pela própria empresa MARIPÁ. Critica esta, principalmente, feita a partir da interrogação e da problematização dos objetivos que se fizeram presentes no contexto migratório que resultou na colonização das terras da MARIPÁ no Oeste do Paraná.

Ernelo Schallenberger, por exemplo, num estudo sobre as comunidades cristãs, mais especificamente evangélico-luteranas, apresenta importantes reflexões sobre a identidade étnica, lingüística e religiosa dos migrantes que se estabeleceram no Oeste paranaense. Sua análise enfoca, também, as transformações ou readaptações que os migrantes “sofreram” ao longo dos anos, principalmente a

partir da década de 1970 quando do contexto da Revolução Agrícola<sup>80</sup>. Para o autor, a organização do espaço colonizado, seguindo padrões reconhecidos pelos migrantes, exerceu um papel fundamental quando do momento de decidirem se migrariam ou não, uma vez que

na organização das comunidades, a escola e a Igreja assumiram um papel fundamental. Estas instituições garantiriam a continuidade da tradição cultural, ao mesmo tempo em que tinham a função de aproximar os indivíduos e as famílias. Integrando-os em torno de valores, representações e aspirações comuns. A unidade de princípios, as práticas comuns e a educação para os valores do cristianismo e para o senso do dever representavam o fundamento da forte coesão social das comunidades. Neste sentido, a família e a escola foram consideradas de certa forma, como uma extensão da Igreja, possibilitando ao indivíduo uma representação ideal para a sua conduta no cotidiano. A escola assumiu nas comunidades evangélicas um papel preponderante, uma vez que a leitura e a interpretação da Bíblia eram básicas para a sobrevivência religiosa, o que pressupunha a escolarização<sup>81</sup>.

Schallenberger atesta que a organização das comunidades migrantes, passando, principalmente, pela estruturação da escola e da igreja, possibilitou a continuidade e a preservação das tradições culturais, o que garantia, dessa forma, uma certa coesão social, não só entre os colonos como também entre os colonizadores. Importante destacar, nesse contexto, os fortes vínculos culturais que os colonos buscavam preservar, já que era considerada importante a possibilidade de permanecerem unidos através das mesmas tradições vivenciadas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Nesse sentido,

---

<sup>80</sup> Por Revolução Agrícola entende-se o processo de modernização técnica da agricultura ocorrido, a partir da década de 1970, também na região Oeste do Paraná, principalmente no que concerne à mecanização agrícola e à produção da monocultura extensiva. Ver mais sobre este assunto: SCHALLENBERGER, Ernelto; COLOGNESE, Sílvio Antônio. *Migrações e comunidades cristãs: o modo-de-ser evangélico-luterano no Oeste do Paraná*. Toledo: EDT, 1994; GREGORY, Valdir. *Os euro-brasileiros e o espaço colonial: a dinâmica da colonização no Oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997; FLEISCHFRESSER, Vanessa. *Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70*. Curitiba: Livraria do Chain; CONCITEC; IPARDES, 1988.

<sup>81</sup> SCHALLENBERGER, Ernelto; COLOGNESE, Sílvio Antônio. *Migrações e comunidades cristãs: o modo-de-ser evangélico-luterano no Oeste do Paraná*. Toledo: EDT, 1994, p.22.

a produção do espaço colonial do Oeste do Paraná comportou certas peculiaridades marcadas pelo forte influência do espírito comunitário, da cooperação e do pioneirismo do colono, [sendo que] no constituir-se regional, as populações coloniais (...) orientaram as unidades de produção familiar no sentido da busca de um relativo grau de autodeterminação<sup>82</sup>.

O apego aos elementos étnico-culturais, tão bem conhecidos pelos dirigentes da MARIPÁ, foi um dos fatores que impulsionaram os migrantes em direção a um interesse comum: permanecerem proprietários, contribuindo, assim, para a superação dos limites impostos pelo desafio de migrarem. Destaca-se, portanto, a (re)construção do espaço colonial pelos dirigentes da MARIPÁ como uma estratégia administrativa de grande repercussão política, econômica e social, posto que, não só permitiu a preservação do espírito colonial entre colonos migrantes, como, e *principalmente, possibilitou a difusão e circulação de determinadas imagens sobre o processo de colonização*. Cabe acrescentar, ainda, que a partir deste trabalho administrativo, as referências simbólicas a ele circunscritas adquiriram certa consistência, constituindo-se em meios caracterizadores e, mais importante, legaram efeitos de conhecimento sobre a organização primeira deste espaço e de seus agentes.

Assim, a caracterização do novo ambiente colonial pelos dirigentes da MARIPÁ respondia, e muito, aos anseios deste grupo. A divulgação de terras férteis, livres de formigas e de pedras, com títulos seguros, entre outras referências, não serviram apenas para a caracterização do espaço regional do Oeste do Paraná. Significava responder positivamente às questões que os migrantes se faziam na sua terra natal. Importava para eles resolver seu problema mais imediato: a questão da terra, ou melhor, a falta dela. Ou seja, o ato de migrarem para um novo ambiente e de ali reconstruírem seu modo-de-vida respaldava aos problemas enfrentados pelos colonos no seu dia-a-dia: a terra perdendo fertilidade; a estagnação da colônia; a

---

<sup>82</sup> *Idem*, p. 22-23.

falta de perspectiva futura; entre outros aspectos negativos, os forçavam a buscarem novos ambientes no qual pudessem manter sua condição social.

Outro aspecto de significativa importância para o entendimento da busca por novas terras pelos colonos migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina corresponde ao hábito da compra de, no mínimo, um lote de terra para cada um dos filhos. Caso não tivessem filhos, o dinheiro era também aplicado na aquisição de novas áreas. Tal hábito encontra suporte na possibilidade destes em manterem-se sob a vocação agrícola numa terra de sua propriedade, o que, no dizer da MARIPÁ, era possível de ser realizado a partir de seu empreendimento colonizador.

Corroborando com estas considerações, Neiva S. K. Maccari, em seu estudo com os primeiros colonos migrantes que se instalaram em Marechal Cândido Rondon, também destaca, a partir de entrevistas orais, os fatores responsáveis pelo deslocamento dos colonos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para o Oeste do Paraná. Entre eles, aponta o crescimento demográfico, o desgaste do solo e a falta de terras para os filhos (nas regiões de origem), como aspectos mais enfatizados pelos migrantes. O ato de migrarem significou, nesse contexto, a busca por melhores condições de vida e que, no Oeste paranaense, mais especificamente no programa de colonização implantado pela MARIPÁ, poderia ser concretizado, sobretudo através da reprodução de seu modo de vida. Segundo esta historiadora,

a necessidade de buscar uma terra "mais boa", garantia de uma agricultura que levasse à abundância e capaz de proporcionar o sustento da família, era vista como mecanismo de manutenção de um espaço que fornecesse as condições para continuar com seu modo de ser. Este espaço, segundo suas falas, era um lugar em que podiam viver segundo seus próprios costumes, o que os fazia sentirem-se dinâmicos, pois possibilitava a manutenção de valores como, entre outros, a valorização do trabalho como suporte para o desenvolvimento tanto material quanto espiritual<sup>83</sup> (grifos no original).

---

<sup>83</sup> MACCARI, Neiva S. K. *Op. Cit.*, p.52.



A possibilidade de reconstituírem seu modo de vida num novo ambiente encontrou, na área colonizada pela MARIPÁ, a oportuna realização levando-se em consideração os aspectos sistematizados por Maccari. Outrossim, a promessa de um espaço territorial caracterizado pelo solo fértil e pela presença de instituições reconhecidas pelos migrantes pode ser identificada nos panfletos de propaganda divulgados pela MARIPÁ. Pela forma na qual os dirigentes procuraram informar da venda de lotes de terra (ressaltando, principalmente, as virtudes e qualidades do novo ambiente), tais panfletos constituíram-se numa importante “vitrine” da região e, mais importante, caracterizavam-se como um importante veículo de instituição narrativa do espaço regional do Oeste paranaense (ver ANEXOS 2 e 3).

O maior desejo de todo agricultor é: que seu filho deve ter uma vida melhor. Por isso devem procurar comprar terra de cultura, livre de morros, pedras, formigas e rica em água, clima saudável, terra fértil e de fácil escoamento dos produtos. Todos estes desejos o Senhor encontra reunidos em Toledo, na Fazenda Britânia no Estado do Paraná. O título da Fazenda Britânia tem mais de 45 anos oferecendo portanto todas as garantias de uma terra legal e que proporciona ao comprador escritura imediata. Toledo com apenas 3 anos de existência é paróquia, tem colégio de freiras com 17 alunos, médicos, hospital, farmácia, indústria, profissionais, bom comércio e cinema. Há na Fazenda Britânia 285 quilômetros de estradas de rodagem, conservadas por patrôas e tratores, oferecendo ao comprador o máximo acesso à sua colônia. O mato é formado por todas as espécies de madeira de lei que prova a fertilidade do solo<sup>84</sup>.

Destaca-se, nesta passagem, não só a divulgação de um espaço afeito ao tipo de produção agrícola característico do colono migrante do Sul do Brasil. Importava, principalmente, divulgar a titulação segura de suas terras; as estruturas físicas do novo ambiente; e os preços das propriedades, como importantes elementos caracterizadores, não só do empreendimento colonizador, mas, e principalmente, do espaço social como um todo.

Logo, considerando os apontamentos acima delineados, observa-se que a caracterização étnica do espaço regional Oeste do Paraná resultou da simbiose que envolvia tanto os interesses dos colonos migrantes quanto dos colonizadores da

---

<sup>84</sup> Panfleto Número 1 de propaganda das terras da MARIPÁ (ver ANEXO 2).

MARIPÁ. Neste ponto, cabem as indagações: quais os fatores que possibilitaram aos dirigentes exercerem uma autoridade que passou a ser reconhecida pelo grupo migrante? Até que ponto a caracterização deste espaço correspondia aos valores sintetizados no modo-de-ser colonial dos migrantes?

Uma das respostas possíveis parece estar no fato de que os discursos produzidos pelos dirigentes da MARIPÁ encontraram ressonância no seio do grupo selecionado para a tarefa de colonizar as suas terras no Oeste do Paraná. Ponto culminante deste respaldo, pode ser visualizado no poder de representação pública referendado, por parte do grupo, a alguns dirigentes desta empresa.

Neste aspecto, percebe-se que a confluência de vários elementos foi responsável pela garantia de uma certa legitimidade às práticas e aos discursos proferidos por tais colonizadoras. Entre eles, destacam-se: a escolha de determinado contingente populacional; a adoção e a aplicação de estratégias administrativas de caráter paternalista; e o teor político atrelado aos discursos (políticos, econômicos e culturais) proferidos sobre aspectos que envolveram o programa de colonização.

No que se refere ao primeiro aspecto, acredita-se ser esta uma estratégia de fundamental importância para se compreender uma certa apatia política identificada entre os colonos selecionados pela MARIPÁ. Percebe-se, nesta questão, que os dirigentes evitaram “recrutar” elementos irrequietos, que poderiam pôr em risco seu empreendimento. Isto se deve ao fato que a sua fração territorial não apenas se localizava numa área considerada insegura – território de fronteira – como também apresentava, ao longo de suas imediações, sérios conflitos fundiários, que originaram uma espécie de guerra civil entre posseiros e jagunços – a conhecida Revolta dos Posseiros de 1957, mais intensa no Sudoeste do Paraná.

Acredita-se, portanto, que os dirigentes da referida empresa utilizaram-se de uma estratégia que poderia ser identificada como a do desenraizamento<sup>85</sup>. Ou seja, ao selecionarem agentes de núcleos coloniais fortemente sedimentados pelos vínculos culturais, para, a seguir, transplantarem-nos de seus locais de origem para um novo ambiente (distante de sua terra natal; isolado dos centros comerciais e, acima de tudo, coberto por densa mata), perderam parte de suas raízes comunitárias. Acredita-se que este aspecto corroborou para os tornarem mais frágeis enquanto grupo organizado, fazendo com que se dirigissem, quase que única e exclusivamente, às instituições que lhes proporcionariam a sociabilidade. Neste caso, a igreja e a escola – estrategicamente estruturadas pela MARIPÁ no novo ambiente – respondiam aos anseios mais imediatos dos colonos migrantes, minimizando as dificuldades causadas por tal processo. Portanto, a passividade e o relativo silêncio identificados entre os colonos – no que se refere à sua força e à sua voz políticas – podem ser interpretados a partir desta estratégia de desenraizamento, fomentada pelos dirigentes da referida empresa colonizadora.

Este aspecto, portanto, somado aos demais acima apontados, se apresenta como fator principal e que pode responder pela legitimidade das palavras pronunciadas pelos administradores de tal programa. Ademais, soma-se a esta questão, a capacidade dos dirigentes da MARIPÁ em fundamentarem seus discursos não somente nos interesses e objetivos da colonizadora, mas, e principalmente, nos anseios e objetivos dos colonos migrantes. Tal evidência constata-se a partir do estudo dos mecanismos administrativos postos em prática pela colonizadora – o que será destacado mais adiante –, o que mostra que a preocupação com o aspecto social da colonização mobilizou grandes atenções por parte dos dirigentes no que se refere, substancialmente, aos fatores que, nas antigas colônias, exigiam rápidas resoluções.

---

<sup>85</sup> Sobre a questão do desenraizamento ver o artigo de GONÇALVES FILHO, José Moura. "Olhar e Memória". In: NOVAES, Adauto (Org.) *O Olhar*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, pp.95-124.

Dessa maneira, a construção de valores sobre o contingente populacional levou os dirigentes a buscarem nas antigas colônias referências que os classificassem como afeitos à tarefa de migrarem. Importante observar, neste ponto, as correlações culturais entre os agentes colonizadores e os colonos migrantes. Para exemplificar este aspecto, podem ser citados os dirigentes Alfredo P. Ruaro e Willy Barth. O primeiro, era descendente de italianos estabelecidos no Rio Grande do Sul. O segundo, o dirigente de maior influência da MARIPÁ, também provindo das colônias do Sul, era de origem teuta. Ou seja, ambos estavam inseridos no contexto sociocultural dos colonos alemães e italianos selecionados para o povoamento. Vale mencionar, também, que possuíam experiência no ramo de comércio e colonização, e seus conhecimentos e contatos com padres, políticos, colonos e comerciantes, deram-lhes credibilidade e bom trânsito nestas colônias.

Róbi Jair Schmidt, em seu trabalho sobre a constituição do mito político Willy Barth no Oeste paranaense, resalta uma série de circunstâncias nas quais a atuação deste personagem legou-lhe o reconhecimento da comunidade para com seus feitos. Fato este que pode ser observado tanto na administração da MARIPÁ quanto, posteriormente, no comando do Município de Toledo. A partir da formulação de discursos que se mostravam coerentes com os anseios dos colonos migrantes, Barth adquiria credibilidade política para atuar nestes setores. Tal aspecto pode ser exemplificado a partir da conotação religiosa implícita em seu discurso. Nas palavras de Schmidt:

inserido neste espaço e tendo clareza sobre os traços religiosos de sua comunidade – composta principalmente por protestantes e católicos, para os quais a figura “divina” possuía um significado especial – Barth apresentava-se enquanto um membro religioso, o que buscava sua adesão junto ao grupo que o reconhecia como um dos seus por acreditar no que eles acreditavam. Esta característica “exemplar” relacionava-se à postura assumida por Barth diante das correntes religiosas distintas encontradas no Oeste do Paraná, pois, em seus discursos, este personagem adota uma perspectiva de conciliação através do enfoque de elementos comuns a todas as religiões cristãs<sup>86</sup>.

---

<sup>86</sup> SCHMIDT, Róbi, *op. cit.*, p. 55.

Esta postura assumida por Willy Barth revela que seus discursos encontraram ressonância no grupo ao qual se destinava. Mais importante: fez com que os mesmos – sejam eles voltados ao aspecto religioso ou ao trabalho – se tornassem uma importante estratégia administrativa, cujo efeito se dava através da garantia do bom andamento do programa de colonização. Ocorre que, por pertencerem ao mesmo núcleo dos colonos migrantes, os dirigentes tinham consciência dos anseios e dificuldades enfrentadas por estes em suas localidades no Sul. Logo, compunham discursos sobre o povoamento do Oeste do Paraná que, além de refletirem sobre estes aspectos, uma vez que ofereciam sua solução, passaram a ser reconhecidos pelos colonos migrantes; ou seja, a promessa de um ambiente onde os colonos pudessem reproduzir seu modo de vida segundo suas aspirações mais imediatas (principalmente a da propriedade da terra), foi uma estratégia eficiente de divulgação das terras utilizada pela MARIPÁ. Nesse sentido, ao informarem os colonos da fertilidade do solo, exaltando o clima e o relevo da área, bem como as condições de pagamento dos lotes coloniais (que poderiam ser parcelados), conseguiram grande respaldo entre eles para desenvolverem seu empreendimento.

O predomínio de códigos culturais comuns entre os agentes colonizadores e colonos migrantes repercutiu, portanto, na própria viabilidade do programa. O conhecimento das características e estilos de vida próprios dos colonos migrantes fez com que os dirigentes pudessem agir de modo ordenado e reconhecido junto a estes. Assim, o trabalho de colonização no Oeste paranaense tornou-se, de certo modo, uma tarefa relativamente “fácil” para os dirigentes da MARIPÁ. Isso porque, além de manterem uma teia de relações em diversos locais das antigas colônias (resultado de sua experiência comercial), o conhecimento prévio do contingente populacional deu-lhes uma maior facilidade em recrutar e selecionar determinados colonos, permitindo, sobretudo, que atuassem administrativamente no comando desse empreendimento colonizador.

Assim, ao mesmo tempo em que os dirigentes providenciavam a estruturação física das instituições que serviam como referência para os colonos (igrejas, escolas, salões de festas etc.), uma vez que estas solidificavam as relações de sociabilidade entre eles, obtinham o reconhecimento e a autoridade política para representá-los. Daí a necessidade em caracterizarem um ambiente político preocupado com as causas comuns.

Importante destacar aqui, a modo de exemplo, novamente o trabalho de Kalervo Oberg. Apresenta-se uma passagem em que o autor procura, através de questões feitas à população, identificar o interesse e a consciência da comunidade para com os problemas sociais e suas prováveis soluções. Segundo ele,

a conclusão a que se chega, pelas respostas dadas, com respeito aos problemas da comunidade e sua resolução, é de que o povo está interessado nêles, mas acha que as autoridades constituídas e os líderes reconhecidos são os responsáveis pela iniciativa das ações. Uma vez dado o impulso inicial, acham que devem participar dos trabalhos, se necessário. Interação, sempre, dentro do princípio de seguir um líder, isto mostra como é importante, para os programas de desenvolvimento de comunidade, trabalhar através de autoridades constituídas e de dirigentes comunitários reconhecidos. Ignorar essas autoridades, resultaria numa ruptura da organização social<sup>87</sup>.

Observa-se, pelas pesquisas de Oberg, que os colonos migrantes agiam segundo a necessidade de uma liderança, no caso, representados pelos dirigentes da MARIPÁ. Contudo, cabe lembrar que os escritos de Oberg foram "encomendados" por tais dirigentes, sendo, por isso, passíveis de exageros. Seguindo os passos de Oberg, pode ser constatado que *entre as classes dirigentes do Município, o conhecimento dos problemas comunitários, a consciência de comunidade e os contatos com o mundo exterior são bem desenvolvidos. Os indivíduos desse grupo são líderes justamente devido a essa consciência, interesse e iniciativa*<sup>88</sup>. Daí que

---

<sup>87</sup> OBERG, Kalervo; JABINE, Thomas, *op. cit.*, p. 113.

<sup>88</sup> *Idem*, p. 119.

a vida política e administrativa em Toledo sempre correu na mais harmoniosa compreensão, quando se tratava de defender as causas de interesse comum. Em Toledo, o povo também em todas as eleições municipais, soube escolher o que era digno de dirigir os destinos do município. Os Prefeitos: 1º Dr. Ernesto Dall'Oglio 1952-1956; 2º Egon Pudell de 1956-1960 e o 3º e atual Willy Barth, o mesmo que também há 12 anos está dirigindo as colonizações da MARIPÁ. Ninguém melhor do que ele pode saber das necessidades do povo de Toledo, ele, que, com os gaúchos e barriga-verde, veio do Sul, que convive com eles na maior das intimidades, conhecedor dos problemas que afligem a todos, e o que já demonstrou as suas qualidades de administrador; foi por isto que os toledanos o elegeram, não só pela sua competência, também em sinal de gratidão pelo tudo que ele em nome da "MARIPÁ" tem feito, e continua fazendo<sup>89</sup>.

Percebe-se, a partir desta passagem exemplar, a delegação política àquele que anteriormente planejou a colonização. Autorizado pelo grupo para representá-lo, o dirigente passou a atuar de forma legítima, reafirmando, agora com autoridade reconhecida, os interesses de seu grupo no espaço de poder<sup>90</sup>. Eis, portanto, um programa que, desde o seu princípio, foi planejado e direcionado pela atuação de agentes interessados também na constituição de uma esfera de poder, na qual pudessem agir tanto no espaço público quanto no privado, assistindo e orientando os colonos a um fim pré-determinado pelo jogo capitalista.

Se, por um lado, a crença nas palavras proferidas pelos dirigentes da MARIPÁ pode ser identificada no seio do grupo selecionado para a colonização, por outro, percebe-se que a construção discursiva em torno de tal empreendimento baseou-se na objetividade do grupo ao qual esteve endereçada. Nesse sentido, a difusão e a instituição de certos discursos que retratavam a etnia dos migrantes, seu senso de trabalho bem como sua crença religiosa, entre outros aspectos, permeavam a construção simbólica organizada em torno de um ambiente em "pleno desenvolvimento".

---

<sup>89</sup> MARIPÁ. *Relatório das Atividades*, op. cit. p. 22-23.

<sup>90</sup> Segundo Bourdieu, "é porque o representante existe, porque representa (ação simbólica), que o grupo representado, simbolizado, existe e faz existir, em retorno, seu representante como representante de um grupo. Percebe-se nesta relação circular a raiz da ilusão que, no limite, permite ao porta-voz ser considerado e considerar-se *causa sui*, já que ele é a causa do que produz o seu poder, já que o grupo que o investe de poderes não existiria - ou, em todo caso, não existiria plenamente, enquanto grupo representado - se ele não estivesse ali para encarná-lo". In: BOURDIEU, Pierre, 1990, op. cit., p. 189.

Compreende-se, desse modo, que a estruturação do espaço colonizado pela MARIPÁ apoiou-se numa estratégia determinante, qual seja: a homogeneidade étnica e religiosa dos membros dos grupos selecionados para a colonização, no caso, predominantemente colonos migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, de origem alemã e italiana. Este aspecto, que pode ser considerado de fundamental importância para o sucesso da prática colonizadora, é que tornou possível uma coesão entre os agentes. Assim, a partir do predomínio de códigos culturais comuns, os dirigentes da MARIPÁ empreenderam um programa de ocupação que passou a ser reconhecido pelo conjunto do grupo.

Por tudo isso, não é errôneo afirmar que os discursos construídos por estes dirigentes, em torno do contingente populacional, tiveram como ponto de sustentação crenças prestigiadas pelo grupo. Ou seja, adquiriram *status* de verdadeiro por obterem a representação dos seus destinatários. Em suma, vários fatores agruparam-se para legitimar estes discursos. Entre eles, destaca-se a preexistência dos mesmos laços culturais entre os agentes colonizadores e os colonos migrantes, juntamente com a difusão de discursos que enfatizavam questões cruciais para os colonos (como, por exemplo, soluções para os problemas enfrentados nas antigas colônias), como componentes importantes para a legitimação de um discurso hegemônico.

Estes aspectos, sistematizados nos discursos da MARIPÁ, deram-lhe a sustentação necessária para que seus dirigentes pudessem atuar harmoniosamente no contexto de tal programa. Ademais, quando se analisa a preocupação dos dirigentes com a legitimidade política do empreendimento colonizador, verifica-se – a partir do estudo de outras caracterizações narrativas, como a do vazio demográfico e da estrutura fundiária – que os mesmos estabeleceram referências com os projetos de colonização nacional e regional. Assuntos que serão tratados a partir deste momento.



### Capítulo III

#### **Outras caracterizações: temas do vazio demográfico e da reforma agrária**

Este capítulo pretende discutir e compreender a trajetória histórica dos discursos construídos em torno do espaço regional Oeste do Paraná, a partir do empreendimento colonizador desenvolvido pela MARIPÁ. Este objetivo implica em atentar às correlações destes discursos para com os objetivos políticos, econômicos e culturais verificados em projetos de colonização debatidos em escala nacional e estadual. Tal procedimento se justifica na medida em que se observa que a área em questão (território de fronteira) foi objeto de enquadramentos narrativos diversos, através dos quais procurou-se incorporá-la aos centros administrativos do país.

O termo colonização – constantemente aplicado por estudiosos para retratar o povoamento do Brasil – aparece, neste contexto, carregado de conotações regionalistas e nacionalistas que, em muitos casos, identificavam as preocupações oficiais para com esta área. É certo, no entanto, que ao longo de sua história, este conceito aparece articulado a vários significados, uma vez que diferentes emissores em diferentes épocas o utilizaram segundo interesses e objetivos bem específicos. Inserida nessa perspectiva, Altiva Pilhati Balhana observa que:

na história americana, de modo geral, a palavra *imigração* tem sido empregada restritamente para o período posterior à Independência. Na história do Brasil, o termo foi usado de forma mais restrita ainda, referindo-se apenas à importação de trabalhadores livres para a lavoura, seja no sistema de parceria, seja sob as diversas formas de assalariado. Já a palavra *colonização*, no mesmo período, foi usada para caracterizar a imigração destinada à formação de núcleos de povoamento e produção agrícola, razão porque, nos três Estados do Sul do Brasil, *colono* significa pequeno proprietário, ou seja, um lavrador independente, ao passo que *colônia* constitui o agrupamento dessas propriedades agrícolas. Entretanto, ambas as expressões

encontram-se também difundidas na área de predominância da imigração de mão-de-obra assalariada, significando, porém, conceitos diversos. No meio rural da grande lavoura de exportação, *colono* significa trabalhador dependente e *colônia* constitui a concentração de moradias de colonos assalariados em uma fazenda. Tais conceituações foram promovidas pela política brasileira e pela função que os grupos imigrados vieram desempenhar no Brasil, seja para a constituição de núcleos coloniais independentes, seja para o fornecimento de mão-de-obra assalariada<sup>91</sup>. (grifos da autora).

Se, em certo momento, colonizar significava introduzir novos contingentes de mão-de-obra para o trabalho em diferentes setores da sociedade, em outros períodos tal conceito assume outras determinações. A preocupação com a ocupação de "vazios demográficos"; com a exploração econômica do solo; com a seletividade dos agentes; com a racionalidade do povoamento; com a implantação de determinada estrutura fundiária, entre outros fatores, são aspectos que permeiam a constituição deste conceito. Além disso, vão depender também, em certo sentido, dos objetivos que os agentes governamentais e particulares visualizaram em determinado programa de colonização.

Feitas estas ressalvas, é importante destacar que o conceito de colonização aqui considerado assume um significado bem específico. Insere-se, pois, no contexto do povoamento do Oeste do Paraná entre as décadas de 1940 a 1960. Neste período, políticos, pesquisadores e empresários, ligados ou não à administração pública, utilizavam tal conceito em larga escala ao referirem-se, principalmente, à ocupação de espaços considerados "desabitados", a fim de torná-los economicamente aproveitáveis a partir de uma ocupação intensiva.

No entanto, observa-se que, no âmbito da política federal e estadual, tal conceito ultrapassa meramente a questão de ocupar "vazios demográficos". Nesses setores, o interesse pautava-se também na nacionalização e dinamização das áreas de fronteiras; no aumento da demanda de bens produzidos para o mercado nacional; bem como no crescimento e elevação do nível de vida da população. Em

---

<sup>91</sup> BALHANA, Altiva Pilatti. "Política imigratória do Paraná". In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n. 87, jan./abr., 1996, p. 39-40.

certo sentido, tais interesses serão os responsáveis pela elaboração de um conjunto de discursos sobre a necessidade de colonizar, e que passam a ser largamente disseminados nos anos de 1940 a 1960.

Em linhas gerais, a referência a projetos de colonização encontrou espaço privilegiado nos discursos produzidos pelos administradores federais e estaduais. O período que corresponde às décadas de 1940 a 1960 não escapa desta determinação. Assiste-se ao esforço dos dirigentes de empresas colonizadoras e políticos em circunscreverem espaços territoriais segundo “os interesses da nação”. O discurso em favor do povoamento, ora com o elemento nacional, ora com o elemento estrangeiro, compõe o ideário do progresso e do nacionalismo característicos de grande parte deste período. Ademais, a preocupação com a construção de uma identidade para o Brasil e/ou para o Paraná que se buscava formar, é outro fator que impulsionava projetos de colonização.

O que importa esclarecer aqui, é que o processo de solidificação de uma referência fundadora ao espaço regional Oeste do Paraná teve, no empreendimento da MARIPÁ, sua fundamentação tanto prática quanto teórica. A primeira pode ser visualizada a partir do estudo das estratégias administrativas adotadas pelos dirigentes desta empresa no que concerne à implementação de seu projeto de ocupação. A fundamentação teórica, por sua vez, se observa principalmente nos debates e discussões que visavam justificar a adoção de determinados procedimentos.

Assim, a trajetória histórica de muitos dos discursos (teóricos e práticos) construídos em torno da necessidade da colonização deste espaço, aparece intimamente relacionada a preocupações de ordem nacional e estadual. Isto pode ser observado principalmente no que concerne à ocupação de “vazios demográficos” e à instalação de uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade, o que, no dizer dos dirigentes da MARIPÁ, se identificava a um empreendimento bem desenvolvido de reforma agrária.

Portanto, o processo de circunscrição do espaço regional Oeste do Paraná pela MARIPÁ não se limitou apenas à tentativa de instituir uma identidade às pessoas que efetivamente participaram do povoamento deste ambiente (Capítulo II). Além do aspecto sociocultural, verifica-se que os dirigentes desta empresa preocuparam-se também em estabelecer uma referência fundadora ao espaço territorial que abrangia seu programa de colonização. Nesse sentido, destaca-se – não só na documentação da MARIPÁ, mas também na literatura que trata da ocupação deste espaço – especial atenção a duas caracterizações já delineadas acima: primeiramente, configura-se a construção da idéia de um certo vazio demográfico para, a seguir, com a implementação da estrutura fundiária da MARIPÁ, difundir-se a imagem de um projeto convincente de reforma agrária.

Desse modo, estas imagens do espaço regional carregaram em seu bojo idéias, muitas vezes, articuladas a um debate político de caráter oficial<sup>92</sup>. Assim, a referência e/ou apropriação de certos temas travados por políticos, empresários e intelectuais (a maioria deles ligados à administração pública), legaram as bases discursivas através das quais as narrativas instituídas pela MARIPÁ se alimentavam.

Ao longo deste capítulo, objetiva-se identificar e analisar os discursos que se mostraram centrais nesta “segunda matriz discursiva”, procurando investigar o seu sentido e a sua referência específicas no que concerne à estruturação do espaço territorial do Oeste paranaense. A hipótese que se procura problematizar, neste momento da pesquisa, é a seguinte: as caracterizações atribuídas a este espaço regional (a partir da utilização de ícones fundadores centrados nas noções de vazio

---

<sup>92</sup> Entende-se por discurso oficial aquele formulado e divulgado por políticos, empresários e intelectuais ligados à administração pública. Pierre Bourdieu observa que o ponto de vista oficial preenche três funções: primeiro, ele opera um ato de conhecimento que obtém o reconhecimento que, com muita frequência, tende a afirmar o que uma pessoa ou uma coisa é; em segundo lugar, o discurso administrativo, através das diretivas, ordens, prescrições etc., diz o que as pessoas têm de fazer, considerando o que elas são; em terceiro, este discurso diz o que as pessoas realmente fizeram, como nos relatórios oficiais. Em cada passo, ele impõe um ponto de vista: da instituição. Cf. BOURDIEU, Pierre, 1990, *op. cit.*, p. 164.

demográfico e de verdadeira reforma agrária) tiveram um caráter duplo. De um lado, podem ser consideradas enquanto mecanismos legitimadores das práticas administrativas empreendidas pelos dirigentes da MARIPÁ; de outro, contribuíram para a construção de uma identidade regional ao território que se constituía política e economicamente, a partir da nomeação dos aspectos que lhe davam singularidade. No que se refere a este último aspecto, observa-se a preocupação dos dirigentes desta empresa em referenciar um programa de colonização exemplar, posto que “eliminava” os problemas fundiários tão marcantes naquele período – no caso a concentração fundiária.

Para a melhor exposição das idéias que caracterizaram esta segunda matriz discursiva, o presente capítulo encontra-se dividido em momentos distintos. Inicialmente, a preocupação estará centrada na identificação e entendimento dos discursos que contribuíram para a caracterização do espaço regional Oeste do Paraná segundo a idéia de vazio demográfico. Feito isto, procura-se analisar aspectos discursivos que pretenderam definir a estrutura agrária adotada neste programa como o de uma reforma agrária.

### **3.1 A fundação do espaço**

Atribui-se à caracterização do espaço circunscrito pela MARIPÁ a tentativa de seus dirigentes em constituírem uma identidade para o território em processo de povoamento. A prática colonizatória encontrou, nas narrativas instituídas pela empresa, um ordenamento linear de sua história. Ou seja, percebe-se, nos relatos dos acontecimentos ligados à colonização, que os dirigentes preocuparam-se em produzir explicações sob a forma de princípios de identificação de uma dada realidade que se procurava construir. Fica evidente, neste ponto, a tentativa (bem

sucedida), de construção de uma determinada memória histórica sobre a colonização, a partir da enunciação de um conjunto de idéias e imagens sobre sua constituição espacial.

De forma geral, discurso e prática revelam, neste contexto, os fundamentos lingüísticos e administrativos utilizados pelos dirigentes da MARIPÁ em favor da construção de uma identidade regional para o território que se constituía política e economicamente. O discurso em torno do progresso, como será visto, tornou-se categoria central neste processo de caracterização; posto que aparece contraposto ao do “vazio demográfico” e articulado à reforma agrária, dando a impressão de que serviu como “mola propulsora” para a fundação de um espaço e de seus agentes.

Tal aspecto pode ser observado a partir do trabalho de identificação da segunda matriz discursiva no complexo narrativo instituído pelos dirigentes da MARIPÁ. O exame do programa de exploração e de colonização desta empresa – minuciosamente descrito em seu “Plano de Ação” – revela as bases discursivas nas quais encontram-se centrados os interesses políticos, econômicos e culturais que envolveram a constituição de tal projeto.

De forma geral, este plano – elaborado pelos próprios dirigentes – apresentava preocupações diversas. Entre elas, destacam-se a escolha do elemento humano a ser atraído; a instalação da pequena propriedade; o cultivo da policultura e a industrialização. Estes foram os pontos considerados primordiais à condução da colonização, uma vez que o traçado de tal plano esboçava os passos necessários a serem seguidos diante do “inóspito” e “desconhecido meio”. Segue abaixo a transcrição de um trecho que sintetiza estas preocupações.

A) ELEMENTO HUMANO: Afim de ter êxito no empreendimento, povoar densamente a Fazenda Britânia, com agricultores que mais se adaptassem à região. B) PEQUENA PROPRIEDADE: proporcionar a todo agricultor que vier residir na Fazenda Britânia, a faculdade de se tornar proprietário, livre e independente, das terras por ele cultivadas para a sua família. Estas terras divididas em glebas de 10 alqueires ou 25 hectares, trariam para a região maior quantidade de gente. C) POLICULTURA: Garantir o perfeito equilíbrio econômico à região, dirigindo a produção agrícola, sempre que possível, da policultura. D) ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO: na medida em que as terras fossem sendo

vendidas e cultivadas, auxiliar os agricultores na colocação de seus produtos nos grandes centros consumidores. E) INDUSTRIALIZAÇÃO: industrializar a região na proporção da necessidade local, evitando que o ritmo normal da plantação agrícola dependa de determinadas indústrias montadas no litoral e, evitando desperdício de tempo, despesas de transporte e outros prejuízos com longas viagens<sup>93</sup>.

Excetuando o primeiro aspecto (abordado quando do estudo da “primeira matriz discursiva”), os demais caracterizam, de modo determinante, a direção e o sentido que os discursos, centrados na “segunda matriz discursiva”, vão assumir no contexto de tal programa. É interessante notar que o “Plano de Ação” não enfocava apenas os aspectos que teriam maior relevância econômica para a companhia. De outro lado, deixam transparecer a relevância social para com a administração pública, posto que a pequena propriedade, a policultura e a industrialização eram objetivos que compunham os ideários modernistas dos governadores estaduais do período aqui compreendido.

Assim, o *Plano de Ação*, que foi tão decisivo, não passava então de uma série de regras, estudos e combinações entre os dirigentes da MARIPÁ [e sua aplicação favoreceria:] a) com justa remuneração os interesses comerciais da Companhia Colonizadora em retribuição aos seus trabalhos e ao seu capital empregado e, b) os interesses do país, dentro da faixa de fronteira<sup>94</sup>.

Observa-se, a partir desta passagem, que, no momento de traçarem o “Plano de Ação”, a preocupação dos dirigentes da MARIPÁ residia em dois fatores bem definidos: os interesses comerciais da colonizadora e os interesses do país na faixa de fronteira. No que se refere ao segundo aspecto, ele mostra que os dirigentes tinham consciência de quais seriam as preocupações do Governo Federal no que concerne à problemática da fronteira. Em linhas gerais, povoar o território de fronteira com o elemento brasileiro e desenvolver a área colonizada política e economicamente, a partir de sua ligação ao centro do país, podem ser citadas como

---

<sup>93</sup> MARIPÁ. *Plano de Ação*, op. cit., p. 03-04.

<sup>94</sup> *Idem*, p. 04.

preocupações centrais do governo. Estas questões se mostram presentes (direta ou indiretamente) no complexo narrativo instituído pela MARIPÁ. Nesse sentido, pode-se afirmar que a difusão das imagens de vazio demográfico e da Reforma Agrária – a partir da aplicação deste plano – apareceram articuladas a dois pólos. De um lado enfocam objetivos empresariais da referida empresa; de outro, serviram de resposta às orientações e aspirações políticas da esfera nacional e estadual.

Por isso, a construção e preservação de um discurso de caráter fundador<sup>95</sup> (que circunscrevesse um território de poder a partir da enunciação dos fatores que deram a ele sua configuração atual) foi uma prática imprescindível aos dirigentes da MARIPÁ. A documentação utilizada na presente pesquisa reflete esta singularidade. Apresenta, em primeiro lugar, a idéia de um certo vazio demográfico para que, em seguida, graças à ação dos “pioneiros”, o progresso viesse romper com a improdutividade e o abandono das terras do Oeste do Paraná. Este aspecto pode ser identificado, por exemplo, numa passagem que mostra a chegada dos primeiros colonizadores:

Esteve éste expedição, sob a direção geral e responsabilidade, do Sr Alfredo Paschoal Ruaro; o qual com muita fôrça de vontade, habilidade e paciência, soube levar éste empreendimento á uma realidade e a um inicio de colonização, até este momento considerado impossível, no Oéste do Paraná; onde só havia mato e mais mato, sem estradas, sem assistência, enfim isolado por completo da civilização<sup>96</sup>.

Nota-se, sobretudo, a identificação do território em processo de colonização como estando “isolado por completo da civilização”. Termos como “sertão bruto”, “mata virgem”, “terras devolutas”, são utilizados com freqüência nas narrativas da MARIPÁ, para dar o sentido geral de que o território encontrava-se desocupado ou desprovido de

---

<sup>95</sup> Entende-se por discurso fundador aquele que funciona como referência básica, a partir de um conjunto de idéias e mensagens constitutivos de um determinado ambiente. Tal discurso aparece nas festas comemorativas, monumentos, na produção literária, entre outros “lugares”, servindo como identificação e legitimação de um estado de coisas. No presente trabalho, a MARIPÁ, a partir da criação de um complexo narrativo, circunscreveu as bases de um discurso fundador a partir de seu empreendimento.

<sup>96</sup> MARIPÁ. *Relatório das Atividades*, op. cit., p. 02.



contingente populacional e que, portanto, precisavam ser vencidas as dificuldades para “dar lugar à civilização”. Vale salientar, porém, que, assim como os documentos produzidos por esta empresa, outros emissores (jornalistas, políticos, governadores), inclusive grande parte da produção historiográfica que trata do momento da ocupação desta região, contribuíram para a construção e para a preservação desta imagem.

Como vemos, a história de Toledo é recente, o seu desenvolvimento se processou de uma forma vertiginosa, e em poucos anos de floresta virgem e impenetrável, transformou-se em um rico celeiro e uma florescente cidade que com o trabalho patriótico de homens, verdadeiros bandeirantes, transformaram uma floresta em um grande centro comercial e industrial do Oeste Paranaense<sup>97</sup>.

Assiste-se à fundamentação de um ambiente a partir da referência a aspectos que lhe legaram personalidade. Assim, a utilização de termos como “floresta virgem e impenetrável”, “trabalho patriótico” de “verdadeiros bandeirantes” a transformarem o Oeste paranaense em um “rico celeiro”, marcam a trajetória da constituição de um espaço a partir da nomeação dos fatores e agentes que o fundaram. Neste ponto, cabe a indagação: por que a colonizadora MARIPÁ preocupou-se em construir e desenvolver a imagem de um território vazio, desabitado?

A busca da legitimidade de seu empreendimento colonizador pode ser uma resposta um tanto quanto simplificada para essa questão, principalmente quando se pensa nos lugares discursivamente estratégicos que ocupam referências a episódios passados. Ou seja, o problema do uso e divulgação de imagens como esta (de vazio demográfico), não reside apenas no escamoteamento da história das populações

---

<sup>97</sup> “Município de Toledo”. In: *Revista Municipalista*, 1957, *op. cit.*, p. 02.

indígenas e de outros tipos humanos que por ventura este espaço habitavam<sup>98</sup>. É preciso interrogar mais a fundo determinados arranjos discursivos que visam estabelecer significados, ou sintaxes textuais, a determinados ambientes.

Assim, o discurso construído em torno do tema do vazio demográfico apresenta também outras faces. Pode-se ressaltar que a colonização se fazia necessária com vistas a garantir a posse político-econômica do espaço (uma vez que esta área, antes dos trabalhos de colonização, era caracterizada como um território inseguro). A perspectiva difundida pela MARIPÁ, ao apresentar o território como lugar de “mata virgem”, e, desse modo, despovoado, serviu, basicamente, para escamotear uma realidade adversa aos “interesses nacionais”. Ou seja, o mecanismo de legitimação do empreendimento colonizador da MARIPÁ e, neste mesmo sentido, de construção de uma identidade ao espaço regional, passava pela necessidade dos dirigentes em apresentarem (antes de iniciarem seus trabalhos) um território marcado pela instabilidade econômica e política. Este procedimento visava mostrar que, com a atuação desta empresa, o território passava a se revestir de um presente glorioso, em consonância com as diretrizes e interesses dos administradores públicos. Quais seriam estes interesses?

Quando se atenta aos registros e termos utilizados pelos dirigentes da MARIPÁ (para representarem sua plataforma de atuação), aparecem certas considerações que se mostram apropriadas de um discurso de conotação nacional. No caso, a

---

<sup>98</sup> Sabe-se que o território paranaense em toda a sua fase de ocupação planejada sempre acusou a presença indígena em sua história. A propósito, ainda na década de 1950, segundo Lúcio T. Mota, foi identificada uma tribo indígena no Paraná, os Xitá, na Serra dos Dourados, a menos de 150 Km ao Norte das terras de Toledo. Cf. MOTA, Lúcio Tadeu. *As Guerras dos Índios Caingang*. Maringá: Editora UEM, 1994, p. 26. Ademais, José Augusto Colodel informa que no contexto histórico do Oeste paranaense articularam-se vários personagens ao longo de seu povoamento: marcado, inicialmente, pelos conflitos entre espanhóis, portugueses e indígenas e, em seguida, pela formação de *obrages* que exploravam economicamente a região Oeste do Paraná através da extração de madeira e de erva-mate. Portanto, este foi um espaço que, apesar da distância dos centros administrativos do país, sempre acusou a presença humana. COLODEL, J. Augusto. *Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste do Paraná até 1960*. Santa Helena - PR, Prefeitura Municipal, 1988.

referência a uma área de fronteira e as preocupações quanto às formas de dinamizá-la, foram questões pontuais incorporadas a partir do movimento conhecido como a "Marcha para o Oeste"<sup>99</sup>.

Tal programa, dentro outros aspectos, sintetizava as preocupações do governo federal para com as áreas de fronteiras. Mais importante: a referência a este movimento forneceu algumas bases para o trabalho dos dirigentes da MARIPÁ em sedimentarem uma imagem fundadora ao espaço regional Oeste do Paraná. Logo, os interesses nacionais postos em evidência neste programa, podem ser destacados a partir dos proferimentos que buscavam informar um ambiente agora (com a atuação da MARIPÁ) em sintonia com o centro administrativo do país. Os atos e discursos que pretenderam caracterizar o plano de povoamento como estando preocupado com questões de ordem nacional – dentre elas, a colonização de áreas de fronteira com o elemento nacional, voltado ao centro administrativo – pautaram-se, inicialmente, na preocupação dos dirigentes da MARIPÁ em retratarem um espaço territorial a partir destas referências.

Mas a incorporação narrativa de certas diretrizes políticas e econômicas ao espaço regional Oeste do Paraná não se detiveram apenas a certos preceitos formulados pela esfera federal. Destacou-se, acima, as diversas preocupações que circundavam o Plano de Ação da MARIPÁ. Questões como a da pequena propriedade, da policultura, do escoamento da produção e, finalmente, da industrialização são preceitos políticos e econômicos facilmente identificáveis no discurso dos governos estaduais. Vale ressaltar, neste ponto, que o discurso nacionalista, tão forte nos anos 30, perde força pela própria lógica de mercado, tão evidente a partir de 1945.

---

<sup>99</sup> Ver mais sobre o assunto em: RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942 (2 vols.); LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1989.

Num pronunciamento à Assembléia Legislativa do Paraná, em 1958, Moisés Lupion ressalta a importância atribuída às companhias de colonização para o desenvolvimento do Estado. Segundo ele,

a revolução de 30, sem dúvida alguma, marca um ponto importante de transição na evolução nacional, quando fica definitivamente para trás o ambiente econômico, social e político que possibilitava aquelas alienações e propriedades imensas, sem nenhum benefício social. A segunda etapa dessa evolução, já muito complexa, acusa, entre várias modalidades do esforço de aproveitamento do *imenso sertão paranaense*, a presença de empresas particulares que, obtendo concessões ou adquirindo áreas ponderáveis, tomavam a iniciativa da colonização, realizando obras em suas áreas, vendendo-as em pequenas propriedades, atraindo colonos, disciplinando contas, etc., naturalmente tendo em vista os seus interesses, mas servindo ao desenvolvimento do Paraná, de modo que ninguém lhes pode recusar<sup>100</sup>.

Desta passagem, depreende-se uma série de elementos que mostram o inter-relacionamento político-econômico entre empresas colonizadoras e governo estadual. Destaca-se a forma com que Moisés Lupion caracteriza o interior do Estado do Paraná: "imenso sertão paranaense". A necessidade de dinamizá-lo, em favor do desenvolvimento do Paraná, fez com que as empresas particulares de colonização fossem reconhecidas pelo seu papel de empreendedoras de programas sociais, uma vez que dinamizariam áreas consideradas "devolutas" a partir de uma ocupação intensiva.

O que se pretende assinalar a partir desta discussão, é que as caracterizações narrativas instituídas ao espaço regional Oeste do Paraná não se originaram a partir da estruturação narrativa de um único emissor. Esta foi resultado de uma série de investimentos de linguagem, das mais diferentes esferas da sociedade, porém, que tiveram como personagens principais – posto que interessados diretos na luta pela classificação legítima – os dirigentes da companhia MARIPÁ, os governadores do Estado do Paraná, bem como o governo federal.

---

<sup>100</sup> Cf. TOMAZI, Nelson Dácio. "Norte do Paraná": história e fantasmagorias. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997, p. 237.

O inter-relacionamento discursivo entre estas três esferas investiu, no espaço territorial do Oeste do Paraná, determinadas caracterizações e classificações que passaram a ser aceitas pela maioria, e que se tornaram referências consistentes sobre esta área. A noção de vazio demográfico exemplifica bem esta questão.

Observa-se, portanto, que a articulação do espaço (a partir de investimentos de linguagem) serviu como base ao jogo de poder entre os agentes diretamente envolvidos nesta luta classificatória do campo da colonização. Área de fronteira, vazio demográfico e ocupação intensiva – apenas para citar os componentes mais enfáticos desta luta – são aspectos que se apresentam interligados, e que, na mesma medida, fazem parte da estruturação discursiva presente no mapa da imaginação sobre a constituição do espaço regional Oeste do Paraná. Tais referências, como já destacado, concentram investimentos de linguagem dos três principais emissores: governo federal, estadual e dirigentes da MARIPÁ.

De forma geral, estas esferas denotam algo em comum: a constante referência e necessidade de se dinamizar áreas marcadas pelo vazio demográfico a partir de uma colonização dirigida em contraste, ou melhor, em oposição àquelas marcadas pela ocupação espontânea. Nesse sentido, sobressaem-se projetos de povoamento anteriormente planejados – posto que racionais e subvencionados – e, na mesma medida, dirigidos a um fim comum.

Em vista disso, a construção das imagens de vazio demográfico pela empresa MARIPÁ não serviu apenas como legitimadora de seu empreendimento colonizatório. O que importa perceber são os mecanismos de inculcação de sentidos para a construção de uma identidade ao espaço territorial. Neste ponto, revela-se um ambiente inicialmente dotado de enormes potencialidades ambientais a espera de alguém que viesse a dinamizá-lo. Esse alguém – como já especificado no segundo capítulo – era o colono migrante caracterizado como “euro-brasileiro”, que surgia como um elemento “predestinado” a tarefa de instaurar a civilização. Quanto aos agentes que habitavam esta região – populações indígenas, pequenos posseiros,

*mensus* e *obrages* – foram considerados empecilhos para a civilização e para o progresso nacional, portanto, seriam erradicados. Tal conotação depreciativa aos agentes que já ocupavam este espaço territorial pode ser destacada a partir de uma passagem na qual os dirigentes da MARIPÁ procuraram circunscrever uma nova dinâmica à exploração deste território.

O progresso no óeste paranaense data de quando a MARIPÁ iniciou sua colonização. Antes disso, com exceção dos saltos de Guaira e de Iguaçu, por serem centros de turismo, tudo era mata virgem. Quando no norte do Paraná, o progresso era, por assim dizer, digo, por assim dizer espontâneo, no óeste, um canto inóspito do Brasil, teria que ser forçado. No norte os vastos cafezais prometiam riquezas rápidas e fáceis, no óeste a densa mata virgem, escura e húmida, inspirava medo, prometia aventura. Na "Fazenda Britânia" tudo estava por ser feito... tudo que era feito era uma experiência<sup>101</sup>.

Esta passagem representa apenas uma das constantes referências encontradas na documentação da MARIPÁ que procuram enfatizar a existência de um "divisor de águas" entre o período que antecede o início das atividades da empresa com o de sua atuação. Destaca-se como ponto referencial o progresso, que aparece como oposição a um atual estado de coisas. Tal aspecto torna-se ainda mais visível quando os dirigentes desta empresa procuraram estabelecer uma distinção entre seu programa de colonização e aquele pretendido pelos ingleses, que exploravam a "Fazenda Britânia" antes da MARIPÁ:

Relendo, agora os objetivos constantes no estatuto dos ingleses, e comparando-os com os objetivos da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A., chama a atenção a grande diferença nas pretensões dos dois povos: o inglês e o brasileiro, aqui representado pelos acionistas da MARIPÁ. Enquanto os ingleses pretendiam sugar tudo o que havia e imaginavam existir neste pedaço de chão do Brasil, os locais desejavam extrair a madeira, promover a colonização na base da pequena propriedade, e no final, associar-se a novas empresas que fossem sendo criadas, reaplicando, aqui mesmo, o seu capital. Analisando os objetivos constantes do estatuto da MARIPÁ, confirma-se, que, após o primeiro item, que é a compra da Fazenda Britânia, pretende-se a exportação, industrialização, beneficiamento e exportação de madeira. Depois temos a erva mate com o seu beneficiamento e exportação. Mais tarde vem o interesse na colonização, seguido pela agricultura, pastagens, pelo comércio em geral e, no fim a participação da firma em outras

---

<sup>101</sup> MARIPÁ. *Relatório das Atividades*, op. cit., p. 24.

empresas industriais e comerciais que forem criadas na região. Era assim que os acionistas, no afã e no entusiasmo pensaram desenvolver sua insipiente empresa<sup>102</sup>.

Vários aspectos destacam-se nesta passagem. Dentre eles, o de maior ressonância, está na caracterização do empreendimento colonizador como estando mais preocupado com o desenvolvimento econômico do território (a partir da colonização e da dinamização comercial), do que com a mera captação de recursos provenientes da exploração da madeira. Verifica-se, ademais, que a MARIPÁ objetivava participar de todas as ramificações industriais e comerciais que fossem progressivamente criadas em tal área.

Observa-se, sobretudo, a tentativa dos dirigentes da MARIPÁ em implantarem uma nova caracterização do espaço regional Oeste do Paraná segundo pretensões sócio-econômicas. Assim, a condenação do projeto dos ingleses passava pela necessidade de apontar aspectos que diferenciasssem os dois momentos.

O discurso visa então condenar a exploração predatória realizada pelos ingleses, sugerindo, para tanto, uma nova forma de dinamização do espaço, principalmente a partir do povoamento intensivo e da pequena propriedade.

Em outra passagem, encontrada numa matéria publicada na *Revista Municipalista* de 1957, constata-se a reprodução deste mesmo discurso. A diferença reside na maior ênfase à racionalidade e à experiência dos dirigentes da MARIPÁ, que puderam, a partir destas características, agir com inteligência no ordenamento do empreendimento colonizador.

À testa da MARIPÁ, estavam, desde o início, e até hoje estão, homens de negócios, alguns deles filhos e netos de agricultores que vêm trabalhando a terra sul-riograndense, há mais de cem anos. A longa experiência, a inteligência e a enorme capacidade de trabalho desses homens, são os fatores que decidiram o destino da iniciativa. Entre suas primeiras providências situamos a rejeição completa ao plano dos ingleses, que era a fixação do agricultor imigrante, argentino e paraguaio, em localidade próximo ao "Porto Britânia", por eles fundado junto ao rio Paraná. Em sua substituição, elaborou a Administração da MARIPÁ o seu próprio plano de colonização, baseado, entre outras coisas, na localização das terras, no seu clima, na sua

---

<sup>102</sup> NIEDERAUER, O. H., *op. cit.*, p. 38.

conformação topo e hidrográfica e, nos meios que essa própria terra lhes punha nas mãos<sup>103</sup>.

Neste trecho, pode ser identificada a circulação de uma série de imagens que buscavam caracterizar a iniciativa empresarial dos colonizadores, a partir da implantação de um projeto racional de colonização. Preocuparam-se em divulgar não só os atributos que constituíam a formação empresarial destes agentes (experiência, inteligência, capacidade de trabalho etc.), como também em informarem as bases nas quais se pensou o programa de povoamento. À nova configuração espacial, portanto, foi atribuída uma essência, na qual os personagens centrais são nomeados e consagrados a partir de um plano racional de ocupação.

Cabe salientar que a caracterização do espaço regional Oeste do Paraná, segundo referências de cunho étnico-regionalista-nacionalista, funcionava como um tópico que sintetizava todo um quadro de elementos, ao mesmo tempo, geográfico, econômico e cultural. Quanto ao aspecto geográfico, por exemplo, pode ser identificada a referência ao Oeste do Paraná como resultado do movimento de expansão territorial do migrante gaúcho. Neste ponto, importava apresentar um ambiente propício para a chegada deste agente migrante, destacam-se imagens de um ambiente idílico, na qual as riquezas naturais, aliadas à inexistência de problemas de titulação de terras, configuravam um espaço afeito à chegada da civilização. Assim, Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-55) procurou veicular as vantagens advindas da colonização realizada através do colono do Sul do Brasil.

O Oeste paranaense possui terras iguais às melhores do Norte do Estado. Não são próprias para o café, em vista do denso frio e estão sendo procuradas, intensamente, pelas populações ítalo e teuto-gaúchas. Esta foi a melhor colonização que já penetrou o Paraná, de origem européia recente mas já adaptada ao Brasil, conhecendo as nossas peculiaridades e trazendo recursos em dinheiro, bem como maquinaria. Vieram do sul, trazendo já a tradição industrial, e aplicando-a na zona rural<sup>104</sup>.

---

<sup>103</sup> "O Município de Toledo: celeiro do Paraná". In: *Revista Municipalista*, 1957, op. cit., p. 07.

<sup>104</sup> ROCHA NETO, Bento Munhoz da. Op. cit. p. 65.



Na caracterização do espaço regional Oeste do Paraná o componente clima aparece como fator decisivo para a fixação do migrante gaúcho. Não é demais reforçar os elementos utilizados pelo governador – e que vão auxiliar na construção da identidade do cidadão do Oeste do Paraná – para caracterizar o sulista como apto a colonizar esta região. Afirmções como “esta foi a melhor colonização que já penetrou no Paraná, de origem européia recente, mas já adaptada ao Brasil”, caracterizam os “euro-brasileiros” como o melhor povoamento ocorrido no Paraná, revelando, por parte do governador, um juízo eurocêntrico, ou seja, de valorização do europeu.

Sua escolha implica em reconhecer e admirar os valores morais desse contingente populacional, seu labor a terra, seu espírito de progresso. Características que representavam, em muitos casos, o interesse em desenvolver o Paraná rumo à industrialização, como se pode inferir através do uso de termos como “recursos em dinheiro, maquinaria e tradição industrial”, expressões estas que definem a colonização de origem européia como já estando inserida na economia capitalista. Não é demais informar a repercussão que falas como esta – de um governador de Estado – acarretam para o estabelecimento e aceitação de determinadas caracterizações. Este agente, por estar investido de uma autoridade reconhecida por todos, tem a possibilidade de produzir consensos que corroboram para a investidura de certas imagens que constroem o espaço regional.

Não é à toa, portanto, apontar a busca constante dos dirigentes da MARIPÁ de aceitação de seu programa de colonização pelo governo estadual. Observa-se – principalmente a partir de correspondências dos dirigentes ao governador do Estado e de pronunciamentos aos munícipes de Toledo – a preocupação destes em informarem ao administrador público os grandes avanços políticos e econômicos de um espaço antes marcado pelo abandono e pela improdutividade. Logo, a utilização de mecanismos discursivos que possibilitariam obter do poder público o reconhecimento político de sua institucionalização, esteve diretamente ligada a forma de caracterização do espaço regional Oeste do Paraná. Neste aspecto, a

categoria progresso serviu para consagrar simbólica e narrativamente um atual estado de coisas, a partir da nomeação dos fatores que o antecederam (vazio demográfico) ou que o afirmaram (colonização).

Por conta disso, o discurso fundador construído em torno do empreendimento colonizador trouxe consigo um conjunto de imagens cuja enunciação se fez acompanhada da identificação com algumas idéias basilares daquele momento. Destacam-se os discursos do vazio demográfico, do progresso, da civilização, de colonização racional, da pequena propriedade, do pioneirismo, entre outros vetores que poderiam ser citados. Essa constatação revela alguns elementos que compuseram o que poderia ser chamado de uma identidade para o Oeste paranaense, uma vez que tais ícones permanecem atrelados à memória histórica produzida sobre este território.

O progresso, neste contexto, era identificado como espinha dorsal de todas as atividades desenvolvidas pela empresa, tornando-se o foco central de todo o projeto de colonização. Em particular, essa idéia assume várias faces ao longo da história narrada, representando o próprio fundamento da constituição e trajetória das cidades criadas pela colonizadora. Dessa maneira, o discurso em torno do progresso alimentou e sustentou um programa que passou a ser reconhecido como verdadeiro, uma vez que foi a partir dele que se impôs uma ordem de transformações calcadas no rótulo evolucionista. Importante frisar, ademais, que esta referência ao progresso tornou-se um elemento primordial para a construção da legitimidade de tal empreendimento capitalista e, nesse sentido, não oculta a lucratividade que por ventura possa ter adquirido tal empresa, já que este é o seu produto mais imediato.

Acredita-se, assim, que a ocupação capitalista do Oeste paranaense – a partir da construção e difusão de ícones fundadores atrelados ao plano de ocupação –, serviu, sobretudo, para definir e legitimar um novo espaço de poder, bem como para garantir a propriedade político-econômica do território, introduzindo-o rumo à

política nacional. Assiste-se, dessa forma, à proliferação de imagens e idéias sobre o espaço territorial em processo de constituição, bem como sobre os agentes que participaram efetivamente de tal programa colonizatório. A partir da utilização de uma referência fundadora – vazio demográfico – realçou-se então a figura do pioneiro e da companhia colonizadora como sendo os únicos responsáveis pelo progresso ora verificado. Enfatizou-se, para tanto, o “sucesso” da “marcha do progresso” e da civilização a partir de um projeto de colonização particular, porém, com preocupações públicas, que transformaram o Oeste do Estado no “Celeiro do Paraná”.

### **3.2 Um “modelo” de estrutura agrária**

Uma das (re)significações políticas presentes no complexo narrativo instituído pela MARIPÁ consiste na identificação de seu programa fundiário como projeto bem executado de reforma agrária. Com efeito, aparece articulada a esta caracterização, a referência a atuação pública de uma empresa privada, preocupada, principalmente, com a divisão de sua área territorial em pequenas propriedades ou lotes coloniais, bem como com o caráter assistencialista de certas práticas administrativas voltadas ao auxílio dos colonos migrantes.

Tal perspectiva encerra, de modo geral, um complexo quadro de questões, muitas delas ligadas a temas amplamente debatidos, principalmente em Assembléias Legislativas. Não surpreende este caráter, uma vez que, neste momento (década de 1950) irrompeu uma série de propostas reformistas que, não só questionavam a estrutura fundiária vigente no país como, propunham mudanças urgentes. No entanto, esta caracterização enquadrada ao empreendimento colonizador da MARIPÁ se originou, também, a partir de outro vetor, de proporcional importância, que levava em consideração a estrutura interna do movimento

migratório que se fixou nas terras desta empresa. Em outras palavras, muitas das práticas administrativas voltadas para a estruturação fundiária da nova colônia sintetizavam valores e atitudes condensadas no modo-de-ser dos colonos migrantes (visto no segundo capítulo). Estes valores, portanto, foram reimplantadas pelos dirigentes da MARIPÁ no momento em que formatavam as bases práticas e teóricas de sua plataforma colonizatória.

Tendo em vista esta dubiedade de fatores que envolveram a (re)estruturação do projeto fundiário defendido pela MARIPÁ, busca-se, nesse item, compreender a trajetória histórica dos discursos que permearam tal caracterização. Isto repercute dar atenção não só aos debates parlamentares que tematizavam idéias sobre este assunto, mas, e principalmente, encontrar no próprio grupo migratório aspectos que respondam pela sua re-significação.

Assim, tendo como foco as informações inscritas na documentação produzida por esta empresa, importa destacar os vários elementos discursivos que sustentaram esta aceção. O intuito desse exercício é perceber as bases práticas e teóricas presentes no programa de colonização, posto que tais bases demarcavam os juízos e objetivos dos dirigentes desta empresa para com a estrutura agrária implantada em sua área do Oeste do Paraná.

Faz-se necessário ressaltar, no entanto, que a importância da caracterização fundiária divulgada neste projeto de colonização (programa bem executado de Reforma Agrária), não reside na veracidade ou não desta afirmação e/ou acontecimento. Mas sim, nos valores e nas idéias que organizaram os discursos relacionados a tal questão. Ou seja, a enunciação narrativa deste fato pelos dirigentes da MARIPÁ conquistou ampla repercussão no qual, através de sua repetição por diferentes emissores, consolidou-se numa aceção mitificadora aos agentes que participaram desta "reforma agrária". Não se tem, neste estudo, a preocupação de buscar em tal programa as bases empíricas que possam confirmar ou não sua aplicação. Busca-se compreender como os discursos proferidos em torno desta

questão se gestaram e se difundiram no contexto sócio-político de tal espaço e de tal movimento migratório.

Outra questão que necessita ser destacada ainda no início desta discussão, diz respeito à posição social autorizada dos dirigentes da MARIPÁ, principalmente no que tange aos seus pronunciamentos sobre a estrutura fundiária implantada no Oeste do Paraná (Ver Capítulo I). Contando com uma larga experiência administrativa adquirida já num projeto anterior de colonização – executado por Willy Barth e os irmãos Alberto e Anoni Dalcanale, onde hoje se localiza o município de São Miguel do Oeste, Santa Catarina –, muitos destes dirigentes podiam exibir uma folha corrida de trabalhos desenvolvidos nesta área que, de modo geral, autorizaria sua fala. Assim, seus pronunciamentos sobre aspectos que envolviam a estruturação fundiária no Oeste do Paraná apareceram, de certa forma, cautelosos, posto que respondiam, muitas vezes, às propostas arregimentadas pelos governadores estaduais de um lado e, de outro, aos anseios presentes na estrutura colonial do movimento migratório.

De forma geral, a perspectiva de um programa bem desenvolvido de Reforma Agrária aparece claramente na obra produzida por Ondy H. Niederauer, principal contador da empresa MARIPÁ, intitulada *Toledo no Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso*. Observa-se que o autor utiliza expressões eloqüentes para caracterizar o processo de “evolução” que marcou o empreendimento colonizador. Estipula, para tanto, como marco inicial, a presença de um latifúndio improdutivo para, a seguir, com o trabalho de reforma agrária e de colonização desenvolvido pela MARIPÁ, reforçar o progresso material e espiritual presente na nova colônia. Assim,

dividindo a área da Fazenda Britânia, em colônias de 10 alqueires, aproximadamente, pretendia-se povoar densamente a região, e depois nela estabelecer um forte comércio de fornecimento de bens aos moradores, e de compra da sua produção. Participar-se-ia de indústrias indispensáveis ao suprimento das necessidades advindas, e de indústrias como atividade secundária. (...) Dividindo a Fazenda Britânia em 12.000 colônias, povoadas, cada qual com uma família, e, imaginem,

mais umas três a quatro mil famílias morando nos núcleos, vilas e quiçá em futuras cidades? Seria um grande aglomerado de pequenos proprietários, com uma economia fortemente consolidada<sup>105</sup>.

Bastante significativa nesta passagem é a caracterização conferida à pequena propriedade como sinônimo de “uma economia fortemente consolidada”. Ou seja, a garantia da propriedade privada constituía a gênese de um plano racional de colonização, posto que a sua vinculação com a idéia de reforma agrária aparece atrelada ao discurso de uma democracia agrária, na qual “todos” poderiam ter acesso à propriedade, uma vez que se pretendia povoar densamente a região.

Kalervo Oberg fez questão de narrar minuciosamente a estrutura fundiária estabelecida nas terras de tal empresa, ressaltando seu planejamento e a interdependência entre colonos e companhia.

Nas normas planejadas, faz-se primeiro o levantamento da terra, escolhe-se a futura localização das cidades constroem-se as estradas principais e se fornece as necessidades básicas da vida social. À proporção que as cidades e vilas vão crescendo, passam a ser centros de assistência para os fazendeiros, suprimindo os recursos industriais, comerciais, educacionais e médicos necessários para um rápido progresso. Como a companhia é uma empresa comercial, é de seu interesse financeiro atrair colonos e fazer o possível para que prosperem. Como se vê, a Companhia e os colonos são mutuamente dependentes. O desenvolvimento só é possível devido aos recursos capitais da Companhia. É bem verdade que tudo isso poderia ser feito, se o governo construísse as estradas, fizesse o levantamento das terras e se os colonos tivessem o capital suficiente, recursos próprios ou acesso ao crédito. Geralmente, tal só tem acontecido nos casos de grandes companhias agrícolas, exploradoras de produtos tais como o café e cacau, ou em colônias estabelecidas pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização. No caso do oeste paranaense, a única coisa que o governo teve que fazer foi construir a estrada de rodagem Curitiba-Foz do Iguaçu, possibilitando às companhias de terras avançarem por ela e, partindo dessa artéria central, se expandirem, formando as bases para um influxo de colonos<sup>106</sup>.

A originalidade e o dinamismo de um programa de colonização planejado, levado a cabo por uma empresa privada que não contou com o auxílio do governo são os aspectos inscritos nesta descrição. Observa-se a preocupação do autor em destacar a autonomia da MARIPÁ em relação ao governo. Informa que o

<sup>105</sup> NIEDERAUER, O. H., *op. cit.*, p. 136.

<sup>106</sup> OBERG, Kalervo; JABINE, Thomas, *op. cit.*, p. 43.

desenvolvimento da área teve uma participação mínima por parte das autoridades públicas, principalmente no que se refere à liberação de verbas no sentido de viabilizar a sua integração ao centro administrativo.

Do que ficou dito, conclui-se claramente que a MARIPÁ é muito mais do que uma companhia colonizadora e madeireira. Forneceu liderança e ajuda financeira e material a todas as atividades do desenvolvimento da comunidade. Pode-se dizer que a Companhia faz tudo isso no seu próprio interesse. Mas também é verdade que, agindo de acordo com esses interesses, criou recursos econômicos e sociais que nem a população nem os departamentos governamentais poderiam criar nesses 10 anos levados em consideração<sup>107</sup>.

Destaca-se, ainda, a partir desta passagem, elementos que revelam a idéia de que os dirigentes da MARIPÁ fariam aquilo que sucessivos governos queriam, porém, não conseguiam fazer: uma obra de povoamento centrada na facilidade do acesso à pequena propriedade sob a valorização da livre-iniciativa. Nesse sentido, configuravam para sua auto-imagem uma conotação de prestação de serviço público, que se mostrava evidente a partir das diversas formas de assistência que a empresa fornecia ao colono migrante.

A quase totalidade das empresas colonizadoras, depois de adquirir as terras, tratam de distribuí-las em grandes lotes rurais ou sítios, vendendo-os, a seguir, a um limitado número de capitalistas. Estes, residentes nas grandes cidades ou litoral onde empregam seus lucros percebidos no interior, depois de adquirido o sítio, para lá enviam um capataz. Têm este os mais amplos poderes de administrar a gleba, mantendo algumas famílias cujos membros são todos empregados do senhor proprietário. Para a empresa colonizadora, tal sistema apresenta a vantagem de uma despesa mínima com medições, com estradas, despesa alguma de assistência médica, hospitalar e escolar. É mais fácil efetuar cobranças a poucos devedores por grandes glébas, de que a muitos por glébas pequenas. Relativamente, em poucos anos, a empresa terá cumprido a sua finalidade e dissolver-se-á. Discordando (...) deste sistema por considerá-lo pernicioso à sociedade que ali se desenvolverá futuramente e também contrário aos interesses da Nação, sentiu a MARIPÁ, necessidade de dividir a gleba da "Fazenda Britânia" em pequenos lotes rurais<sup>108</sup>.

---

<sup>107</sup> *Idem*, p. 42.

<sup>108</sup> MARIPÁ. *Plano de Ação*, p. 06.

Reúne-se neste texto, vários elementos que definem a concepção política dos dirigentes da MARIPÁ quanto à questão agrária. Percebe-se que os dirigentes propunham um sistema de colonização que servisse como exemplo para o país. Assim, embora a referência ao termo Reforma Agrária não apareça de modo explícito nos documentos<sup>109</sup>, tal conotação assume forma quando os dirigentes desta empresa estabeleceram discussões práticas sobre a ordem fundiária implantada no Oeste paranaense.

Neste ponto, é perceptível o esforço dos dirigentes em estabelecerem uma distinção entre o seu programa agrário e o de outras companhias. Tal procedimento busca justificar e/ou caracterizar seu trabalho como sendo de caráter social, pois não só a divisão dos lotes em pequenas propriedades possibilitaria a um maior número de pessoas o acesso à propriedade privada, como também a assistência técnica organizada pela MARIPÁ favoreceria mais rapidamente o desenvolvimento econômico da área colonizada. Assim, defendem a escolha da pequena propriedade como questão de caráter social, posto que estaria de acordo com "os interesses da Nação".

Viu-se, pelas passagens acima destacadas, que a discussão em torno da estrutura fundiária implantada no Oeste do Paraná se consolidava a partir da referência a aspectos que circundavam a arregimentação deste programa. A divulgação de fatores positivos deste sistema, como o povoamento denso da região, sob normas planejadas e racionais, tendo como personagem principal à atuação de uma empresa "muito mais do que" companhia colonizadora, que fornecia liderança e ajuda a todas as atividades, foram temas amplamente referidos.

---

<sup>109</sup> Segundo José H. R. Gonçalves, até a segunda metade da década de 1940, eram poucos os políticos e técnicos que empregavam o termo "Reforma Agrária" no Brasil. Além do mais, projetos agrários apresentados por parlamentares eram praticamente sinônimos de colonização e, quando não era assim, a idéia de reforma agrária estava associada à maior ou menor intervenção estatal na distribuição de terras devolutas. Cf. GONÇALVES, J. H. Rollo, *op. cit.*, p. 147-148.



Com efeito, também na perspectiva dos dirigentes da MARIPÁ, a estrutura agrária implantada em suas terras possibilitaria uma maior dinamização econômica da região, uma vez que garantia a lucratividade na comercialização dos produtos produzidos na agricultura. Além do mais,

mais tarde, quando tudo estivesse como ele [Willy Barth] pretendia, quando a MARIPÁ não tivesse mais gastos de infra-estrutura, então seria realizada a venda das últimas três mil colônias a preço muito bem valorizado. Estaria, então, gerado um capital suficientemente grande para a MARIPÁ participar da industrialização e do comércio da região. Seria o coroamento da colonização<sup>110</sup>.

Esta passagem revela outra estratégia política dos dirigentes da MARIPÁ para com a divisão dos lotes em pequenas propriedades. Nota-se que a estruturação agrária implantada na nova colônia levava em consideração um futuro mercado de terras, na qual a empresa, a partir da comercialização do restante dos lotes, viria a mobilizar recursos suficientes para a participação em futuros negócios. A opção, portanto, pela pequena propriedade, calcou-se também pela lógica do capital, aspecto este bastante enfatizado pela literatura.

Contudo, cabem algumas considerações que debilitam as bases deste discurso divulgado pela companhia, uma vez que este não pode ser meramente resumido a deduções originadas a partir do interesse comercial. Dona de uma imensa área territorial estimada em torno de 2.900 Km<sup>2</sup>, a MARIPÁ tinha a seu favor a inexistência de concorrentes, o que favorecia a sua interferência direta no mercado de terras. Era ela quem determinava o ritmo da colonização, bem como de todos os investimentos que porventura fossem aplicados em tal programa.

Nesse sentido, favorecia-se um campo de construção de certas imagens da colonização que indicavam determinados significados à questão agrária. Nele, a crítica à ordem fundiária brasileira disseminou-se no momento em que tal perspectiva aparecia como um importante retrato da originalidade de um plano de

---

<sup>110</sup> *Idem*, p. 141.

colonização empreendido por uma empresa privada. Em suma, à veiculação deste discurso de caráter político-econômico em torno do modelo agrário, atrelaram-se outras questões políticas, econômicas e sociais que expandiram seus contornos meramente institucionais.

Um aspecto, por exemplo, até agora pouco referenciado pela literatura que trata desta temática – porém não menos importante no contexto do povoamento sistemático do Oeste do Paraná – corresponde à influência, direta ou indireta, dos conflitos por terras que estavam ocorrendo próximas à área da MARIPÁ, mais intensamente na região Sudoeste do Estado. Embora tais conflitos não tenham sido identificados no programa de colonização desenvolvido por esta empresa, permearam o processo de estruturação fundiária que se consolidava no Oeste do Paraná. Não surpreende o fato, portanto, de que os dirigentes da MARIPÁ tivessem a preocupação de compor uma série de discursos que, de uma ou outra forma, pudessem escamotear uma realidade adversa aos interesses políticos e/ou comerciais da referida colonizadora. Pergunta-se: Como a questão das disputas de terras no Sudoeste do Estado<sup>111</sup> afetou a colonização desenvolvida pela MARIPÁ?

---

<sup>111</sup> Os conflitos de terras ocorridos no Sudoeste do Paraná na década de 1950 representaram mais um importante capítulo do problema fundiário brasileiro. Neste caso, envolveram-se empresas colonizadoras, Governo Estadual e Federal, numa disputa pelo direito à posse legal de tal território. Constata-se o envolvimento de vários personagens políticos neste episódio, como, por exemplo, do governador Moisés Lupion, acusado de favorecer os interesses da companhia colonizadora CITLA – *Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.* O conflito teve seu ápice com o confronto armado entre posseiros e cangaceiros, estes últimos contratados por companhias de colonização, episódio este que ficou conhecido como *A revolta dos Posseiros* (1957). (Ver mais sobre o assunto: LAZIER, Hermógenes. *Análise da posse de terra no Sudoeste Paranaense*. Curitiba, SECE/BPP, 1986; FOEWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982; GOMES, Iria Zanoni. 1957: *A revolta dos posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986). O desfecho final deste conflito parece que ainda não chegou ao fim. Encontram-se tramitando no Congresso ações indenizatórias àqueles que foram desapropriados de suas terras. A confusão em torno da titulação destas terras – que se iniciaram no século passado com o decreto imperial que autorizava a construção de uma ferrovia, que não saiu do projeto, ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul – parece que ainda vai dar muito que falar. *Folha de São Paulo*, Terça-feira 11 de agosto de 1998 (Caderno Brasil, p. 12).

Quais as estratégias administrativas utilizadas por seus dirigentes para escamotear tais conflitos?

Primeiramente, é necessário enfatizar que as disputas por terras no Sudoeste do Estado repercutiram no contexto da colonização implementada pela MARIPÁ. Embora a empresa fizesse questão de não se referir ao episódio – uma vez que poderia comprometer o sucesso comercial de seu empreendimento – pode-se perceber, por determinadas práticas administrativas, a preocupação dos dirigentes em evitarem que tais conflitos atingissem seu programa. Aqui, novamente o recrutamento de determinados agentes migrantes para povoarem as suas terras pode ser destacado como uma estratégia administrativa de estimada importância. Ademais, a própria crítica à questão agrária – que dava margens à proliferação de tais conflitos – pode ser depreendida deste episódio.

Entende-se, a partir disso, a necessidade que os dirigentes da MARIPÁ tiveram em buscar a legitimação de seus discursos caracterizadores do Oeste. Procuravam, entre outras coisas, diferenciar seu empreendimento a partir da nomeação das práticas que lhe davam singularidade e credibilidade empresarial. Assim, informar da titulação segura de seus lotes bem como da ausência de conflitos nesta área específica se tornava uma obrigação. Aliada à construção de tal perspectiva, encontram-se as discussões de caráter social atreladas ao programa colonizador. As questões que circulam em torno da construção da caracterização do tema da Reforma Agrária são bons exemplos disso.

José Henrique Rollo Gonçalves desenvolveu um surpreendente estudo temático envolvendo os debates parlamentares em torno da questão da Reforma Agrária. Visto em termos genéricos, o tema da reforma agrária aparece, durante os anos 50, conectado aos debates travados em âmbito nacional e estadual, uma vez que tal questão começava a preocupar os administradores públicos. Esta preocupação corresponde ao fato do crescimento das lutas dos trabalhadores rurais pela redistribuição da propriedade da terra no país; acompanhado também, pela

ameaça comunista que neste momento reclamava mudanças na estrutura agrária brasileira. Segundo José H. R. Gonçalves:

Aqueles foram tempos de acirradas lutas re-significadoras e de combates pelo controle dos meios de produção dos sentidos públicos dos conceitos e das fórmulas. Naquela conjuntura, os problemas agrários brasileiros apareciam relacionados com dois macro-tópicos que, com frequência, mas nem sempre, estavam imbricados: a assim-chamada questão nacional e o tema do desenvolvimento econômico. E, por extensão, ligados à permanente querela entre defensores de uma crescente intervenção do Estado na regulação das atividades econômicas e partidárias do que muito abstratamente era (e é) chamada de iniciativa particular<sup>112</sup>.

Este mesmo autor, que analisa algumas corografias políticas formuladas em torno do Norte paranaense, esclarece alguns motivos que levaram o governo paranaense a recorrer à abertura de frentes de colonização. Em suas palavras:

Ocorre que as diferenças específicas paranaenses iam, de acordo com Munhoz da Rocha, muito além dos procedimentos econômicos *tout court*. Na opinião do parlamentar parnaguara, elas assumiam traços etnográficos que, com ampla radicalidade, evidenciariam conflitos abissais instalados no seio da nacionalidade brasileira como um todo. O mais importante desses conflitos era, do seu ponto de vista – e como era de se esperar –, aquele causado pela presença de condições favoráveis ao espraiamento dos comunistas e de suas propostas, algo que significava, em última análise, uma previsível onda de acelerada desestabilização generalizada das estruturas sociais. Daí uma de suas associações recorrentes: a abertura de frentes de colonização em terras devolutas como antídoto contra o vírus subversivo. De fato, tratava-se, à primeira vista, de um dos mais surrados lugares-comuns políticos espalhados nos anos 50 e 60. Intelectuais e políticos pertencentes a um amplo espectro de vetores ideológicos acreditavam que a formação de uma rede consistente de pequenos empresários agrícolas e a definição de um corpo de leis que não fosse apenas uma extensão improvisada da legislação urbana ao campo, mas algo adaptado às espinhosas singularidades do meio rural, seriam instrumentos que evitariam quer a destruição dos mais recônditos valores liberais – os direitos de propriedade – quer o rastilho das fantasmagóricas guerras camponesas teleguiadas por militantes citadinos de esquerda<sup>113</sup>.

Como se vê, apesar de sua extensão, as informações do autor são extremamente importantes no sentido de iluminar algumas facetas do ideário do governo estadual com relação aos programas de povoamento incentivados a partir da pequena propriedade: uma das respostas oficiais às crescentes manifestações

---

<sup>112</sup> *Idem*, p. 137.

<sup>113</sup> *Idem*, p. 159-160.

subversivas relacionadas ao sistema de distribuição de terras no Brasil. Desse modo, a luta pela preservação dos valores liberais, acima destacados pelo autor, impulsionava intelectuais e políticos a pensarem e em afirmarem a positividade, do ponto de vista político principalmente, de empreendimentos de colonização realizados a partir da iniciativa particular.

Assim, este mesmo autor (a partir de um delicado e exaustivo trabalho de recuperação da trajetória do termo Reforma Agrária) pondera sobre os usos e abusos de tal caracterização num momento e situação bem específicos da economia paranaense. Gonçalves percebe que a utilização de tal conotação estava no centro de uma luta de classificações, envolvendo deputados, dirigentes de empresas colonizadoras, governos estaduais, entre outros emissores de idéias sobre esta questão. De forma geral, corroboraram para o florescimento de um amplo leque de temas (desenvolvimento econômico, questão nacional, justiça social, colonização etc.) que se mostravam imbricados a este modelo de estruturação agrária.

Cabem as indagações: como a questão comunista era vista pelos dirigentes da MARIPÁ neste momento? Até que ponto esta influenciava o programa agrário desenvolvido por esta empresa no Oeste do Paraná? Róbi J. Schmidt apresenta, nesse sentido, importantes informações que revelam não só o conhecimento de causa do dirigente e prefeito de Toledo, Willy Barth, para com a questão comunista, como também mostra a sua grande preocupação no que se refere aos ideais pregados por tal sistema<sup>114</sup>. Quando se refere ao comunismo – num de seus discursos a formandos de Segundo Grau – Barth afirma que “o momento é gravíssimo. Mais do que nunca as forças do materialismo ateu, representadas pelo

---

<sup>114</sup> Ver na íntegra o sub-ítem “Discurso revelador de ações políticas” onde o autor trata desta questão. SCHMIDT, R. J. *op. cit.*, pp. 66-77.

comunismo, que é a negação da liberdade humana e dos lúdicos princípios da democracia cristã, se encontram ativas e conquistando terreno dia a dia”<sup>115</sup>.

Chama a atenção, neste ponto, a grande influência desta questão no contexto da colonização desenvolvida pela MARIPÁ. Arelados a um discurso anti-comunista – como o proferido pelo dirigente acima mencionado – destacavam-se posicionamentos políticos no que se refere à discussão da questão agrária então em voga. Debates em torno do direito à propriedade privada bem como ao regime democrático são postos em evidência quando procuravam descaracterizar o movimento comunista por comprometer a estabilidade política a partir da organização de movimentos operários e camponeses. “Eis os vermelhos comandando os movimentos operários. Eis aí o problema agrário reconhecendo como líder o deputado Francisco Julião, de formação dúbia e de inclinações esquerdistas. O poder é a finalidade deles e todos os meios lhes são lícitos”<sup>116</sup>.

Percebe-se que o dirigente da MARIPÁ tem conhecimento dos personagens que pregam as idéias deste movimento e, portanto, procurou combatê-los com o uso de expressões que os identificassem como dúbios e interesseiros. Assim, Willy Barth compunha discursos que visavam não só desqualificar as idéias intrínsecas do movimento comunista, como e principalmente atemorizar, no dizer de Schmidt, a comunidade a partir da descrição pejorativa de tal modelo – seu sentido anti-cristão e anti-democrático.

O objetivo de tais declarações são óbvios: desqualificar um movimento que poderia ameaçar projetos de colonização centrados na venda de propriedades privadas. O que importa ter claro nesta questão é a discussão entre a estrutura agrária visada pela MARIPÁ e os debates políticos que norteavam sua estruturação. Assim, percebe-se que os dirigentes desta empresa preocuparam-se em justificar

---

<sup>115</sup> BARTH, Willy. Discurso proferido como paraninfo da 1ª turma de formandos de segundo grau do Colégio La Salle de Toledo. Toledo: Museu Willy Barth, 1961, p.04.

<sup>116</sup> *Idem*, pp.04-05.

discursivamente a implantação da pequena propriedade como estando a par dos interesses governamentais e, de outro modo, representava o ideário da livre iniciativa, pregado pelo regime democrático.

Portanto, mais do que um problema teórico, as questões que circundavam o tema da Reforma Agrária apresentavam-se também como um problema prático. Daí dos grandes debates envolvendo programas de colonização particulares que se autopromoviam como verdadeiras executoras de projetos deste porte. Veja-se, por exemplo, a forma com que Niederauer referencia o sistema executado pela MARIPÁ.

A tarefa consistia, pois, em dividir todo esse latifúndio em pequenas glebas, isto é, colônias, de uns 25 há. Cada grupo de colônias tinha que estar provido de um povoado com, no mínimo, casa comercial, igreja, escola, assistência médica. A casa comercial, além de fornecer todo o necessário ao agricultor, teria que responsabilizar-se pela compra dos seus excedentes agropecuários. Até cada colônia deveria ter uma estrada transitável, ligada aos povoados, e destes partiriam estradas com acesso a Toledo. Como a área da Fazenda era muito rica em vertentes de água, córregos e pequenos rios, a subdivisão deveria ser feita de tal forma que, cada colônia fosse provida de água corrente, o que era muito importante ao agricultor que pretendia dedicar-se também a pecuária. A colonizadora tinha que fornecer, também, uma assistência veterinária e orientação agrícola, com profissionais da área. O produto que a colonizadora tinha à venda, era a terra dividida em colônias. Mas esse produto, para ser atraente ao comprador desconfiado, tinha que estar totalmente apoiado sobre uma completa e sólida infra-estrutura. Esta infra-estrutura seria constituída por um grande número de *Áreas de Apoio* à colonização. Estas *Áreas de Apoio*, por sua vez, exigiriam o investimento de um grande capital e enorme e dedicada mão de obra. (...) Esta era uma inovação que nenhuma colonizadora havia se proposto fazer até então. Nenhum órgão governamental se aventurara a tanto<sup>117</sup>.

Apesar da extensão desta passagem, ela mostra, de forma clara, os procedimentos administrativos voltados à estruturação fundiária nas áreas da MARIPÁ. Importa destacar, neste contexto, a formação de pequenas colônias e a preocupação com a assistência técnica e espiritual aos colonos como importantes elementos caracterizadores de um sistema que se queria exemplar, posto que "nenhum órgão governamental se aventurara a tanto".

---

<sup>117</sup> NIEDERAUER, Ondy H, *op. cit.*, p. 122.

Partindo desta citação, percebe-se que o discurso fundiário sistematizado pela MARIPÁ partia, em grande medida, do próprio ideário da comunidade envolvida na colonização (tal aspecto pode ser observado a partir do estudo das práticas assistencialistas promovidas pelos dirigentes da MARIPÁ). Ou seja, os agentes que participaram deste programa (colonos migrantes do Sul do Brasil) já estavam adaptados a uma estrutura fundiária cuja característica principal estava na preservação do lote colonial como unidade agrícola.

Cabe, portanto, neste momento, ater-se na investigação dos aspectos que se fizeram presentes no momento em que os dirigentes da MARIPÁ buscavam consolidar-se hegemonicamente no *campo* da colonização, ou seja, no novo espaço colonial. Neste ponto, o discurso em torno da estrutura fundiária implantada no Oeste do Paraná ganha novas referências, principalmente centradas na difusão de um programa agrário afeito aos agentes (tema desenvolvido no Segundo Capítulo) selecionados para o povoamento.

Este procedimento metodológico visa confirmar uma das teses aqui defendidas: que o processo de constituição de uma determinada identidade ao espaço regional Oeste do Paraná (a partir da caracterização discursiva formatada em torno da estrutura fundiária implantada neste espaço), levava em consideração aspectos políticos, econômicos e culturais de três campos que se interligavam e que intervinham neste ambiente, seja no plano prático ou no discursivo: os administradores públicos; os dirigentes da MARIPÁ e o contingente populacional que se fixou neste espaço. Mais especificamente, foi a partir da sistematização dos valores, das idéias e dos objetivos condensados nestas três esferas que os dirigentes da MARIPÁ compunham os contornos narratológicos de seu empreendimento, e que contribuíram para a caracterização fundiária deste espaço a partir do tema maior da Reforma Agrária.



Quando se trata de buscar o sentido atribuído à pequena propriedade no espaço colonial é necessário voltar-se ao local de origem dos colonos e dos dirigentes da MARIPÁ. Isto se deve ao fato de que foi de lá que transplantaram tal sistema, posto que já estava arraigado na cultura dos colonos migrantes desde a sua chegada no Rio Grande do Sul e, mais importante, constituía-se no próprio modo de vida destes agentes, uma vez que estavam inseridos numa estrutura colonial. Cabem as questões: quais os elementos simbólicos que norteavam a estruturação do espaço colonial? Qual o modelo fundiário característico deste programa? Algumas das respostas a estas questões podem ser localizadas no segundo capítulo deste estudo, principalmente no momento em que se procurou destacar o modo-de-ser dos agentes que participaram da colonização das terras da MARIPÁ.

Percebe-se, de modo geral, que a caracterização do empreendimento colonizador segundo a noção de Reforma Agrária, muda, em muitos aspectos, se forem considerados os valores postos em evidência no momento da implantação de um modelo fundiário pelos dirigentes da MARIPÁ. Ou seja, o discurso fundiário conferido aos “predestinados” migrantes, carregava outras referências que não as oficiais, no qual, a (re)estruturação do espaço colonial, segundo a identificação com as antigas colônias de origem destes agentes, se tornava um importante elemento caracterizador deste espaço.

A abertura de horizontes para a colonização do Oeste do Paraná, pela MARIPÁ, encontrou receptividade entre os colonos das zonas de colonização do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. O modelo de colonização adotado pela MARIPÁ reproduzia a experiência historicamente herdada dos migrantes alemães e italianos. A definição da estrutura física e da demarcação dos lotes respeitava as condições básicas para a integração dos habitantes nas colônias, formando núcleos no sentido de facilitar a vida comunitária e o cultivo do espírito associativista, da tradição religiosa e sócio-cultural. Além do mais, houve a preocupação de criar condições físicas e sociais apropriadas que possibilitassem as interações econômicas, sociais e culturais capazes de estabelecer as bases de uma comunidade rural. Nesse sentido favoreceu-se a formação de comunidades étnicas e religiosas homogêneas<sup>118</sup>.

---

<sup>118</sup> SCHALLENBERGER, Erneldo; COLOGNESE, Sílvio, *op. cit.* p. 22.

Ernelo Schallenger interpreta a forma de estruturação fundiária implantada pela MARIPÁ no Oeste paranaense como um modelo de colonização centrado na organização de um novo espaço colonial. Destaca, para tanto, a grande receptividade que este projeto encontrou entre os colonos migrantes, uma vez que respeitava suas tradições e seu espírito associativista, elementos tão marcantes do modo-de-ser destes agentes.

Tal perspectiva configura – o que antes pôde ser identificado numa passagem do contabilista da MARIPÁ, Ondy Niederauer – a opção dos dirigentes desta empresa em circunscreverem um novo espaço colonial. Dessa forma, vinculou-se a tal modelo de colonização a difusão de imagens que lhe instituíssem um caráter singular, posto que preocupado com o aspecto social deste empreendimento, principalmente com questões comunitárias. Ocorre que a divulgação destas imagens contribuiu para a estruturação simbólica do espaço regional Oeste do Paraná. À caracterização fundiária, portanto, se articulava os valores de uma comunidade homogênea, no qual se eliminavam conflitos internos a partir da preservação dos seus códigos culturais.

Cabe salientar que as correlações culturais existentes entre os agentes colonizadores e colonos rio-grandenses revelam-se até mesmo na estruturação espiritual e material do novo ambiente. Logo, não é de se admirar que tais personagens procurassem transplantar seu modo de vida para a nova colônia, posto que a estrutura agrária aqui implantada manteve vínculos com um modelo já conhecido pelos colonos. Assim, Toledo passava a ser caracterizada como o *resultado de uma campanha de trabalho e persistência de brasileiros de bôa vontade, que constróem no oeste paranaense o futuro "Celeiro do Paraná"*<sup>119</sup>.

---

<sup>119</sup> MARIPÁ. *Plano de Ação*, op. cit., p. 45.

Significativo apontar, neste contexto, as expectativas político-econômicas dos governadores estaduais deste período para com a colonização com colonos de descendência alemã e italiana em determinadas áreas do Paraná. Segundo informações do Iparde:

Nos governos Bento e Lupion, o imigrante principalmente procedente do Sul do País, constitui elemento fundamental para o desenvolvimento do Paraná. O tipo de conhecimento e experiência com a terra, anteriormente adquirido, e o tipo de propriedade que se quer aqui implantar – isto é, a pequena propriedade – tornavam-no elemento de grande importância para esse processo<sup>120</sup>.

Depreende-se, a partir desta passagem, que a defesa da pequena propriedade e da colonização com o imigrante gaúcho representavam os interesses comerciais, visualizados a partir da policultura, por parte dos governos estaduais deste período. Porém, o que importa destacar neste contexto, não são somente as possibilidades econômicas advindas de tal sistema colonizador, mas sim a forma de organização fundiária que se procurava desenvolver no Estado. Desse modo, a pequena propriedade apresentava outros valores que podem ser visualizados na seguinte passagem:

toda lavoura de subsistência que começa no Paraná, nas alturas do Piquiri, e se estende ao Rio Grande do Sul, apresenta sob o aspecto social, um dos melhores padrões brasileiros. A pequena propriedade e o trabalho agrícola de família, não assalariado, determinam uma estabilidade econômica e social que, raramente, se encontram em outras regiões brasileiras<sup>121</sup>.

Destaca-se a conotação de caráter social atribuída à colonização a partir da pequena propriedade. Acreditava-se ser este um antídoto contra a proletarização e a marginalidade social, bem como contra os desníveis de riqueza tão bem observáveis em outras regiões do Brasil, principalmente aquelas em que a produção agrícola extensiva, voltada para a exportação, se fazia presente<sup>122</sup>.

---

<sup>120</sup> IPARDES – Fundação Edison Vieira. *O Paraná Reinventado: política e governo*. Curitiba, 1989, p. 56.

<sup>121</sup> ROCHA NETO, Bento Munhoz da, *op. cit.*, p. 170.

<sup>122</sup> *Idem*, p. 171.

Portanto, a pequena propriedade transformava-se numa bandeira em prol da justiça social. O projeto de colonização desenvolvido pela MARIPÁ foi exemplo dessa caracterização e, embora apresente especificidades que diferem-na de programas deste porte (principalmente no que concerne à homogeneidade cultural e ao planejamento), tais aspectos foram amplamente utilizados no sentido de caracterizar tal iniciativa empresarial como exemplo para o país.

Por tudo isso, observa-se que a caracterização da estrutura fundiária implantada pela MARIPÁ no Oeste paranaense, a partir da conotação de Reforma Agrária, respondia por interesses bem específicos e que se mostravam relacionadas a um discurso político de caráter, principalmente, estadual. Assim, a incorporação de certas imagens ao empreendimento colonizador respondia à necessária sistematização de idéias e valores presentes no contexto ideológico mais amplo, no qual questões de repercussão nacional apareceram articuladas a um programa particular de colonização, formatando-o a partir destas referências.

Em vista disso, o discurso construído em torno da estrutura fundiária apresentava uma série de conveniências ora para com o discurso oficial ora para com o próprio contingente populacional selecionado para o povoamento. Foi a partir dessa "simbiose" – envolta por uma complexidade de interesses – que resultou a formulação de discursos sobre a necessidade da colonização e, mais importante, forneceu os contornos políticos, econômicos e culturais à caracterização fundiária deste intento colonizador.

## **Considerações Finais**

O presente estudo procurou apresentar discussões que visam, primordialmente, responder questões relacionadas à história do Oeste paranaense. Dizer que ainda há muito que pesquisar nesta área de estudos é cair na redundância, posto que muitas são as lacunas temáticas e as deficiências teórico-metodológicas deixadas pela história social que problematiza o regional.

Deve-se ter claro, no entanto, que o interesse pela História Regional é ainda recente. No caso das pesquisas organizadas em torno do território a oeste do Paraná, estas apresentam certa imaturidade no que tange a experiência na produção e debate intelectuais. São muito relevantes, por isso mesmo, toda nova tentativa de investigação que venha a contribuir, a partir de diferentes enfoques, para o conhecimento histórico de tal espaço e dos agentes que o constituíram.

Este trabalho procurou sintetizar e, na medida do possível, problematizar os dados e informações disponibilizadas pela produção histórica sobre a região. Sob este aspecto, é importante enfatizar a necessidade de uma maior produção de pesquisas históricas voltadas a diversas áreas e questões que marcaram a trajetória política, econômica e cultural deste espaço. Destaca-se, a título de exemplo, a falta de pesquisas em torno da estruturação e atuação industrial da empresa MARIPÁ: sua relação e influência no mercado de terras; seus procedimentos administrativos; suas estratégias de mercado, apenas para referir-se a alguns pontos de uma problemática interpretativa mais ampla. Além disso, destaca-se a falta de estudos

que comparem (em suas semelhanças e diferenças) o programa de colonização desenvolvido pela MARIPÁ com outros deste porte (do Estado ou da iniciativa privada), organizados neste mesmo tempo e espaço. Vale ressaltar também a inexpressiva pesquisa em torno da problematização do processo de seleção e recrutamento – formas de propaganda das terras – de determinados colonos por parte da referida empresa, questão esta que contribuiria no entendimento não só das características peculiares do contingente populacional que se fixou nas terras da MARIPÁ, como também corroboraria a compreensão das estratégias publicitárias arregimentadas com este fim.

Eis apenas alguns exemplos (dentre os muitos que poderiam ser destacados) dos problemas gerais de interpretação sobre o processo colonizatório da região Oeste do Paraná. Esses exemplos indiciam, acima de tudo, um campo de investigação muito promissor aos historiadores que se aventurarem por ele.

Assim, esta pesquisa se apresenta como uma, ainda que limitada, contribuição ao estudo e compreensão de alguns aspectos expressivos da história “mais recente” do Oeste do Paraná. A tentativa de buscar e problematizar a trajetória histórica dos discursos que se tornaram hegemônicos e, mais importante, referências consistentes sobre este espaço, pode ser considerada uma tarefa ainda marcada pelas restrições conceituais e por problemas de ordem teórico-metodológica; e que áreas de conhecimento ainda pouco investigadas, como esta, podem apresentar.

De forma geral, viu-se que as duas matrizes discursivas – temas do elemento humano e da questão agrária – foram decalcadas sobre o espaço regional do Oeste do Paraná; processo operante a partir do complexo narrativo edificado pela empresa MARIPÁ em torno de seu programa de colonização. Essas narrativas evidenciam estratégias (assistencialistas, administrativas, discursivas, entre outras) político-pedagógicas na relação da empresa colonizadora com os interlocutores diretamente envolvidos neste processo: os colonos migrantes.

Resultado disso foi que estes corroboraram para o estabelecimento de uma unidade interpretativa sobre a constituição política, econômica e cultural deste espaço. Verificou-se que tal procedimento de inculcação de determinados rótulos sobre o Oeste não se originou apenas da necessidade de uniformizar os significados atribuídos a este empreendimento; mas, sim, da necessidade (igualmente política) de uniformizá-los com vistas ao poder, à dominação, ao controle de um determinado grupo sobre outros da população "pioneira".

Uma questão de grande importância para se entender a força conceptual das caracterizações formalizadas pela MARIPÁ – principalmente quanto à imagem que se buscou edificar em torno do elemento humano –, está no estudo dos aspectos socioculturais, impregnados no modo-de-ser dos agentes selecionados para o povoamento. E isto porque muitos dos discursos sistematizados pelos dirigentes desta empresa foram resultado de uma simbiose de interesses entre colonos migrantes e agentes colonizadores. Estes últimos, ao se apropriarem de idéias-força do grupo para caracterizarem seu programa de colonização (ou, de outra forma, do *habitus* da comunidade envolvida neste processo colonizatório), adquiriram prestígio e reconhecimento político. Este é, portanto, um fator crucial para entender a questão da validação das narrativas edificadas em torno de tal empreendimento. Diante desta constatação, surgem algumas questões: houve (ou não) discordâncias por parte dos colonos envolvidos neste programa no que concerne a determinadas práticas adotadas (ou não) pela empresa? Existiam autoridades políticas entre os próprios colonos migrantes, e que pudessem representá-los? Como estes representavam para si mesmos a empresa colonizadora?

O que surpreende e até certo ponto singulariza este programa de colonização, é seu aspecto de "comunidade fechada". Ou seja, o recrutamento de colonos da mesma origem étnica e social (alemães e italianos); e, portanto, portadores dos mesmos interesses (propriedade do lote colonial) e dos mesmos códigos culturais (principalmente

religiosos) não pode ser desconsiderado no momento de investigação dos traços simbólicos atribuídos historicamente ao espaço situado ao oeste do Paraná.

Tais aspectos não apenas corroboraram para a construção e preservação de um discurso hegemônico – no qual o elemento contraditório, ou, para dizer de outra forma, os discursos contra tal iniciativa empresarial praticamente não apareceram. Podem ser destacados, sobretudo, como uma importante estratégia empresarial dos dirigentes da MARIPÁ em se fazerem representantes legítimos dos colonos. Portanto, esta unidade cultural, aliada à seleção de determinados agentes, foram fatores de extrema importância para se compreender certa apatia no que tange a mobilização política por parte da comunidade envolvida neste processo. Mais importante – uma vez que se refere à problemática de pesquisa aqui delineada –, corrobora à compreensão do sentido de cooperação ao conjunto de imagens e idéias construídas pela MARIPÁ.

Conformismo dos migrantes? Não-resistência às práticas colonizatórias adotadas pela empresa? Talvez. Para responder a tais indagações, seria necessário, antes, realizar um estudo que retratasse o perfil e a trajetória política dos colonos migrantes. E isto com a intenção de perceber o porque de sua aparente apatia política, uma vez que não se observam posicionamentos contrários à colonizadora. Uma resposta possível (e ainda prematura, é necessário ressaltar) poderia ser depreendida do fato de que os migrantes, neste contexto, não foram trabalhadores organizados e qualificados, mas sim pessoas e famílias isoladas, saídas do meio rural, e que tinham por objetivo a melhoria de vida a partir do que mais prezavam: o trabalho agrícola familiar. No contexto maior do movimento migratório, esse aspecto, principalmente no que se refere às questões em torno dos conflitos de terra nas áreas vizinhas às da MARIPÁ, revelam a constituição de um ambiente singular que, nos discursos produzidos pelos dirigentes da MARIPÁ, constituía o ponto central de referência.

De outro modo, cita-se, como hipótese para esta apatia política dos colonos, a estratégia de desenraizamento utilizada pelos dirigentes da referida empresa. Ou seja, distantes de seu ambiente natural, dos alicerces estruturais que lhes davam segurança e



personalidade coletiva, para, num novo ambiente, enfrentarem o desconhecido a partir do sacrifício de se reestruturarem, são elementos importantes a serem considerados no momento em que se busca perceber a constituição de um novo espaço colonial. Apesar das práticas administrativas organizadas pelos dirigentes consistirem na edificação, no novo espaço, das instituições que lhes proporcionavam sociabilidade – amparo técnico e espiritual –; e embora viessem a possibilitar o desenvolvimento da área em processo de colonização, esta não supriam, por outro lado e na mesma medida, os inconvenientes e frustrações – apontados por Neiva S. K. Maccari em seu estudo – de enfrentarem uma nova vida, num novo espaço, geralmente distante dos seus familiares.

Entende-se, no entanto, que certos discursos (progresso, trabalho, etnia, apenas para citar alguns), arregimentados por tais empresários no momento em que buscavam imprimir certas caracterizações do Oeste do Paraná, faziam parte de um ideário comum. E isto porque tanto colonizadores quanto colonos migrantes buscavam vencer as dificuldades e progredir no novo ambiente. Eis um ponto que revela a consonância de interesses e, desse modo, o reconhecimento dos colonos para com as práticas colonizatórias adotadas pela MARIPÁ.

Assim, o papel preponderante da companhia pode ser percebido (e desta forma problematizado), a partir do investimento de seu poder sobre determinado capital social. Os dirigentes da MARIPÁ objetivavam conquistar, conservar e maximizar, a partir de suas práticas administrativas, uma posição privilegiada no *campo* da colonização. Para tanto, a edificação de um complexo narrativo que a colocasse em posição central no contexto de tal intento comercial pode ser destacado como efeito dessa prática político-empresarial.

Fica evidente que os discursos construídos em torno da colonização do território em apreço, partiram da necessidade dos dirigentes da MARIPÁ em demarcarem um território de poder. Através de um discurso fundador – sustentado no pioneirismo e na idéia de vazio demográfico –, a estrutura de representação pôde ampliar um conjunto de práticas visando à permanência no comando das ações

políticas. Dessa forma, os objetivos implícitos (econômicos e políticos, principalmente) no ato de construção de uma identidade geográfica e populacional para o território, originaram-se e consolidaram-se a partir da possibilidade que estes agentes colonizadores tiveram em dirigir e comandar todas as fases imbricadas no empreendimento de colonização.

Observou-se ao longo do texto que, a partir de ações previamente planejadas, os dirigentes procuravam reger a população migrante em todos os seus aspectos. E isso significava a criação e preservação de um espaço social centrado na ordem, e no qual o trabalho e a produção pudessem se desenvolver conjuntamente com as transformações de tal espaço. Mais importante: a definição dos papéis sociais dos agentes envolvidos neste programa (corretores de terras, contabilistas, médicos, agricultores, padres etc.) representava a organização sócio-política do espaço. Essa ordem era necessária aos colonizadores, principalmente, a fim de legitimarem suas práticas segundo pressupostos inquestionáveis, vez que estavam centradas no reconhecimento locucional das autoridades de que se revestiam.

Nesse sentido, as práticas econômico-administrativas empreendidas para a colonização (divisão das terras, criação de sedes, assistência técnica e espiritual etc.), refletem ações que buscavam a arregimentação de uma posição dominante na estrutura política e econômica do *campo* da colonização. Ações estas que tiveram por fim, por um lado, o direcionamento da colonização a um fim pré-determinado, qual seja, o da produção de excedentes e, por outro lado, assistir e orientar os colonos migrantes nesta direção. No entanto, o percurso discursivo através do qual os dirigentes da MARIPÁ procuravam se consolidar hegemonicamente neste *campo*, implicava em manter diálogos com a estrutura mais ampla do contexto migratório. Isto porque no campo da colonização atrelavam-se debates das mais variadas ordens, arregimentados por emissores, oficiais ou não, preocupados com questões de caráter nacional ou estadual.

É claro, neste contexto, que os dirigentes da MARIPÁ tinham plena consciência dos graves problemas de titulação de terras que estavam ocorrendo no Sudoeste do Paraná no mesmo período, apesar de o escamotear “parcialmente” em suas publicações. Ou: exatamente por isso, eram obliterados. O que se indaga, no entanto, é a percepção de como questões como esta interferiram (ou não) no andamento prático de tal empreendimento, posto que circunstâncias como esta poderiam influenciar negativamente no negócio de terras e, conseqüentemente, pôr em risco todo o programa de colonização. Pergunta-se: qual a estratégia de que a MARIPÁ se utilizou para escamotear os conflitos de terras identificados próximo à sua área?

Vários elementos aparecem atrelados a esta questão. De forma geral destaca-se a utilização de um discurso conservador aliado a determinado contingente populacional como a fórmula (bem eficiente, diga-se de passagem) encontrada pelos dirigentes da MARIPÁ para lidarem com este problema. Neste ponto, nas características culturais dos colonos migrantes selecionados para a colonização – no seu sentido de comunidade fechada – podem ser identificados elementos estratégicos de enfrentamento deste conflito. Escolheram-se agricultores, no dizer dos dirigentes, “pacatos” e “tranqüilos”, cujo objetivo de vida estava na aquisição de um lote de terras para si e para seus filhos. De outro modo, encontra-se na documentação da MARIPÁ várias passagens em que os dirigentes procuraram informar enfaticamente da legalidade da titulação de suas terras, a partir da difusão de imagens atreladas a um discurso de caráter governamental.

Os discursos em torno do progresso, do nacionalismo/regionalismo e da estrutura agrária implantada no Oeste paranaense, por exemplo, estiveram, em grande medida, relacionados a discursos de caráter oficial. Tais discursos, de modo geral, sintetizavam algumas das preocupações mais vigentes dos administradores públicos e que, portanto, recebiam grande atenção dos dirigentes da MARIPÁ. Ao mesmo tempo, estes dirigentes buscavam identificar seu empreendimento colonizador a partir da recorrência a tais

debates, ora propondo soluções, ora referenciando um discurso já instituído. É o que se pode perceber quando da caracterização do empreendimento colonizador como um mecanismo bem sucedido de modernização do Estado paranaense. Em vista disso, alia-se a tal programa uma perspectiva de caráter social (reforma agrária), contrastando com a experiência inglesa anterior, na qual a preocupação residia simplesmente na apropriação dos recursos econômico-naturais de tal ambiente (a economia extrativista da madeira e da erva-mate).

Essa perspectiva modernizadora do empreendimento colonizador pode ser facilmente identificada quando se analisam as justificativas formuladas pelos dirigentes quanto à implantação da pequena propriedade. Como foi visto, os temas dos conflitos de terra são escamoteados a partir da edificação de discursos que tornam a empresa colonizadora um agente modernizador do Estado e, portanto, parceira privilegiada dos governos estaduais. Escamoteia-se, assim, uma realidade contraditória que envolvia múltiplos interesses e conflitos.

Nesse sentido, observa-se que a documentação elaborada pela MARIPÁ seguia uma lógica discursiva que se mostrava coerente com o discurso progressista difundido e orientado pelo Estado (como visto ao longo do segundo e do terceiro capítulos). Portanto, não é errôneo afirmar que a leitura da colonização patrocinada pelos dirigentes da MARIPÁ articula-se com os interesses político-econômicos estaduais; poder privado e poder público tornaram-se parceiros quanto aos objetivos econômicos (e políticos) vislumbrados com a implantação da nova colônia na região de fronteira com a Argentina e o Paraguai.

Percebe-se, portanto, neste procedimento, a tentativa (bem sucedida, como dito) de instituição de consensos interpretativos sobre o Oeste do Paraná a partir da edificação narrativa de determinadas caracterizações. Estas se consolidaram a partir da articulação de práticas administrativas, de discursos oficiais e de questões de ordem local. Na simbiose destes fatores é que se encontra a consistência simbólica

e o poder de nomeação dos agentes que buscaram circunscrever uma dada identificação ao Oeste paranaense.

Por tudo isso, o processo de legitimação do empreendimento colonizador da MARIPÁ – dos agentes que participaram efetivamente da colonização bem como do espaço territorial – enfim, da ordem social estabelecida nesta área, não pode ser entendida meramente como produto de uma imposição simbólica. A estruturação de tal espaço social resultou do fato de que os agentes diretamente envolvidos na produção deste programa aplicaram categorias de percepção e de apreciação provenientes de sua própria estrutura objetiva, e que tenderam, por isso, a fazer perceber o mundo social como evidente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### a) Fontes Primárias

#### 1. Documentos de época

BARTH, Willy. *Discurso do Dia do Trabalho*. Toledo: Museu Willy Barth, 1951.

---. *Carta para o Governador*. Toledo: Museu Willy Barth, 1951.

---. *Mensagem redigida por ocasião da renúncia de Jânio Quadros*. Toledo: Museu Willy Barth, 1961.

---. *Discurso proferido como paraninfo da 1ª turma de formandos de segundo grau do Colégio La Salle de Toledo*. Toledo: Museu Willy Barth, 1961.

COMENTÁRIO feito no Programa "A Voz de São Paulo" da Rádio Record, pelo correspondente B9 em Curitiba. 15 de junho de 1951.

GBUR, Paulo. *Explanação das atividades da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A – "MARIPÁ" – no período de 1946 a 1962*. Porto Alegre, 19 de Abril de 1963.

INDUSTRIAL Colonizadora Rio Paraná – MARIPÁ. *Relatório do Plano de Colonização*. 1960.

---. *Constituição e Estatutos*. 1946.

KARL, Jlg. *Pioniere in Brasilien*. (Riograndenses fundaram Rondon) tradução de Leonda Wieczoreck em 1984. Innsbruck, 1972, p. 76-78.

KUHN, Wilson Carlos. *Biografia de Willy Barth*. Toledo: Museu Histórico Willy Barth, 1978.

MEHLER, karl (Pastor). *Jubileu dos cinquenta anos de existência do sínodo luterano, a 09 de outubro de 1955*. Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB. Toledo, 04 de setembro de 1954. (traduzido por Leonda Wieczoreck).

PANFLETO de propaganda de terras da MARIPÁ (Número I). In: SILVA, Oscar [et alli]. *Toledo e sua História*. Toledo: Prefeitura Municipal, 1988.

PERNA, Leonardo Júlio. *Exposição resumida das atividades da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A – "MARIPÁ" – no período de 1946 a 1956*. Porto Alegre, 22 de Abril de 1957.

REVISTA Municipalista. *Município de Toledo*. Curitiba, Ano I; n. 2, Maio de 1957.

---. *1ª Exposição Agro-Pecuária em General Rondon*. Curitiba, Ano II, n. 7, Setembro de 1958.

SABINO, Fernando. "Sala de espera". In: *Revista Cruzeiro*, 12 de fevereiro de 1955.

TOLEDO: terras fertilíssimas, peixes e caça no dia 26 seguirá nova caravana. *O correio Serrano*, Porto Alegre, 14 de nov., 1951. (Propaganda de terras número 2)

## 2. Fontes Historiográficas

MULLER, Keith Derald. "Colonização pioneira no Sul do Brasil: o caso de Toledo, Paraná". In: *Revista Brasileira de Geografia*. 48, Ano I (jan./mar.). Rio de Janeiro: IBGE, 1986, p. 83-139.

---. "Um povoamento pioneiro planejado no sul do Brasil: Toledo". In: *Boletim Geográfico do Rio de Janeiro*, n. 33, abr./jun., 1975, p. 100-108.

NIEDERAUER, Ondy Helio. *Toledo no Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso*. Toledo: Grafo-Set, 1992.

OBERG, Kalervo; JABINE, Thomas. *Toledo: um município da fronteira Oeste do Paraná*. Rio de Janeiro, 1960.

PAWELKE, J. *Ficando rico no oeste do Paraná*. Marechal Cândido Rondon: Igreja Martin Luther, 1970.

### b) Dissertações e teses citadas e/ou consultadas

FERREIRA, Angela D. D. *Agricultura capitalista e campesinato no norte do Paraná (1940-1952)*. Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1984.

GERKE, Arno. *COPAGRIL: uma análise do cooperativismo no Oeste do Paraná*. Curitiba. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1992.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. *História Regional & Ideologias: em torno de algumas corografias políticas do norte paranaense – 1930/1980*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995.

GREGORY, Valdir. *Os euro-brasileiros e o espaço colonial: a dinâmica da colonização no Oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

- GÜTHS, Lia Dorotéa. *Do mapeamento geo-ambiental ao planejamento urbano de Marechal Cândido Rondon-PR: estudo de caso (1950-97)*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.
- MACCARI, Neiva Salete Kern. *Migração e Memórias: a colonização do oeste paranaense*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.
- PIFFER, Moacir. *A dinâmica do oeste Paranaense: sua inserção na economia nacional*. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.
- QUEIRÓS, Ilse L. Von Borstel Galvão de. *A Oktoberfest de Marechal Cândido Rondon-PR: um estudo sobre o significado do lazer entre os descendentes de alemães*. Dissertação (Mestrado em Educação Física), Universidade Estadual Paulista, Campinas, 1999.
- SCHMIDT, Róbi J. *Cenas da constituição de um mito político*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.
- SERRA, Elpídio. *Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná*. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1991.
- STEIN, Marcos Nestor. *A construção do discurso da germanidade em Marechal Cândido Rondon (1946-1996)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- TOMAZI, Nelson Dácio. *"Norte do Paraná": história e fantasmagorias*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.
- VON BORSTEL, Clarice Nadir. *Aspectos do Bilingüismo em Marechal Cândido Rondon*. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.
- ZAAR, Miriam Hermi. *A produção do espaço agrário em Marechal Cândido Rondon entre 1940 e 1991*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

### c) Obras citadas

- ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado: representações da política em Londrina, 1930/1975*. Londrina: Ed. UEL, 1998,
- BALHANA, Altiva Pilatti. "Política imigratória do Paraná". In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n. 87, jan./abr. 1996, p. 39-50.
- [et alli]. *História do Paraná*. Vol.1, 2. ed. Curitiba: Gráfica Editôra Paraná Ltda., 1969.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: DIFEL; Bertrand, 1989.
- . *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.



- . *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- CAYOLO, Marcel. "Região". In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 8. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1986.
- COLODEL, José Augusto. *Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste do Paranaense até 1960*. Santa Helena - PR, Prefeitura Municipal, 1988.
- DICIONÁRIO histórico-biográfico do Paraná*. "Colonização oficial do Governo do Paraná". Curitiba: Livraria do Chain; Banco do Estado do Paraná, 1991, p. 32-33.
- FLEISCHFRESSER, Vanessa. *Modernização tecnológica da Agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70*. Curitiba: Livraria do Chain; CONCITEC; IPARDES, 1988.
- FLOWERAKER, J. W. *A luta pela terra: a economia da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- FOLHA de São Paulo*, Terça-feira, 11 de agosto de 1998 (Caderno Brasil, p. 12).
- FRASSON, Margarete J. *Ocupação do Oeste: a colonização de Toledo*. Marechal Cândido Rondon: FACIMAR; FUNIOESTE, 1991 (mimeo.).
- GOMES, Iria Zanoni. *1957: A revolta dos posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986.
- GONÇALVES FILHO, José Moura. Olhar e Memória. In: NOVAES, Adauto (org.) *O Olhar*. São Paulo: Cia das Letras, 1988
- IPARDES - Fundação Edição Vieira. *O Paraná Reinventado: política e governo*. Curitiba, 1989.
- KAWAMURA, Lili Katsuco. *Engenheiro: trabalho e ideologia*. São Paulo: Ática, 1979.
- LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse da terra no Sudoeste paranaense*. Curitiba: SECE/BPP, 1986.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2. ed. Campinas: Paz e Terra, 1992.
- LEMINSKI, Paulo. *Ensaio e anseios crípticos*. Curitiba: Pólo Editorial do Paraná, 1997.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas, 2. ed. São Paulo: Papirus, 1989.
- LIMA, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes: marchas e combates*. São Paulo, 1979.
- LOPES, Marcos A. (Org.). *Espaços da Memória. Fronteiras*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. "Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná". *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Curitiba, 1951.

- MARTINS, Rubens da Silva. *Entre Jagunços e posseiros*. Curitiba, 1986.
- MOTA, Lúcio Tadeu. *As Guerras dos índios Caingang*. Maringá: Editora da UEM, 1994.
- ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994.
- PORTER, Michel E. *Estratégia competitiva: técnicas para a análise de indústrias e da concorrência*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1986.
- PRESTES, Anita L. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Brasiliense, 1991
- RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942 (2 vols.).
- ROCHA NETO, Bento Munhoz da. *O Paraná, Ensaios*. Curitiba, 1995 (Coleção Farol do Saber).
- SAATKAMP, Venilda. *Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel: ASSOESTE, 1984.
- SCHALLENBERGER, Erneldo; COLOGNESE, Sílvio Antônio. *Migrações e comunidades cristãs: o modo-de-ser evangélico-luterano no Oeste do Paraná*. Toledo: EDT, 1994.
- SCHNEIDER, Claércio Ivan. "Contribuição para o estudo de um projeto de colonização no Oeste do Paraná: fundamentos socioculturais". In: LOPES, Marcos A. (Org.). *Espaços da Memória. Fronteiras*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000, p.93-110.
- SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.
- SILVA, Marcos A. da (Coord.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- SILVA, Oscar. *Toledo e sua História*. Toledo: Prefeitura Municipal, 1988.
- SZESZ, Christiane Marques. "O conceito de Região: discursos e representações no Paraná". In: *Revista Cultura e Cidadania – ANPUH – PR*. Vol.I, Curitiba, 1996, p. 293-323.
- WACHOWICZ, Ruy C. *Obrages, mensus e colonos: história do Oeste Paranaense*. 2ª ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

#### **d) Obras consultadas**

- AUBERTIN, Catherine (Org.). *Fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Paris: ORSTOM, 1988.
- AUGUSTO, Maria Helena Oliva. *Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista*. São Paulo: Símbolo, 1978.

- BARREIRO, José Carlos. "O mal estar da história: crise e pensamento na historiografia moderna". In: SILVA, Zélia Loperda (Org.). *Cultura em Debate*. São Paulo, UNESP, 1995, p. 13-22.
- BECKER, Bertha K. [et alli]. *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.
- BECKER, Bertha K. *A atuação do Estado na expansão da fronteira*. São Paulo, 1981, mimeo.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 5. ed. Lisboa: Publicações Europa-América, s. d. (Coleção Saber).
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BRESCIANI, M. S.; MESQUITA, Eni Samara. *Jogos da Política*. São Paulo: ANPHU; Marco Zero; FAPESP, 1992.
- BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papyrus, 2000. (Coleção Textos do Tempo).
- CARMO, Paulo S. *A ideologia do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1992.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CLAVAL, Paul. *Espaço e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- CORREA, Roberto L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986.
- EMER, Ivo Oss. *A construção da escola no Oeste do Paraná*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.
- FERREIRA, José Ernesto Ericksen. *Uma história de caminhos: estudo sobre a formação e influência do Paraná no Sul do Brasil*. Curitiba: O Formigueiro, 1962.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. "A Nova 'velha história': o retorno da história política". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol.05, n.10, p. 48-62.
- GREGORY, Valdir. "História Regional: discurso, métodos e fontes". In: *Revista da ANPUH*, 1995, p. 57-64.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- . *Nações e nacionalismos desde 1870: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- ; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- HUNT, Lynn (Org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- . *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- IPARDES – Fundação Edison Vieira / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *As migrações e a transformação da estrutura produtiva e fundiária no Paraná*. Curitiba, fevereiro/1983. Mimeo.
- KUNTZ, Ronald. *Marketing político: manual de campanha eleitoral*. São Paulo: Graal, 1986.
- LANDO, Aldair Marli (Org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- LARANJEIRAS, Raymundo. *Colonização e Reforma Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983 (Coleção Retratos do Brasil; vol. 164).
- LEAL, Laurindo (Org.) *Reforma Agrária na Nova República*. São Paulo: Cortez; EDUC, 1985.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- LIPIETZ, Alain. *O Capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.
- MACHADO, Brasil P.; BALHAMA, Altiva P. "Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná". *Boletim da UFPR*; Departamento de História, Curitiba, n. 3, junho de 1963, p. 31-43.
- ; WESTPHALEN, Cecília M. "Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno". *Boletim da UFPR*; Departamento de História, Curitiba, n. 7, 1968, p. 54-70.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARTINS, Wilson. "Reflexão sobre a história política do Paraná nos anos 50". *História: Questões e Debates*, n. 7, Curitiba, junho 1986, p.79-85.
- NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira*. Curitiba: Tipografia da República, 1903.

- NICHOLS, Willian H. "A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-1965". *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n. 26, set-out.1971, p. 19-53.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura, 1981.
- . "A Fronteira Agrícola". *Revista de Economia Política*. São Paulo. Vol.I, n. 1, janeiro/março 1981, p. 85-98.
- PAZ, Francisco (Org.). *Cenários de economia e política: Paraná*. Curitiba: Prephacio, 1991.
- PEREIRA, Luis Fernando Lopes. "Paranismo: cultura e imaginário no Paraná dos anos 20". *Revista Cultura e Cidadania – ANPUH – PR*. Vol. I, Curitiba, 1996, p. 273-292.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando Iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.
- PRADO JR., Caio. *A questão agrária no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- REDWOOD III, John. "Ocupação da fronteira, Estado e expansão capitalista: algumas reflexões com base no caso brasileiro". *Revista de desenvolvimento urbano e regional*. Recife, Vol. I, n. 1, 1989, p. 62-81.
- REIS, José Carlos. *Annales: a renovação da História*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1996.
- REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Rio de Janeiro: Bertrand; DIFEL, 1989.
- RIBEIRO, Ivan de O.; CEZAR, Paulo B.; BESANOSIK, Roberto I. *Modernização e diferenciação social na agricultura brasileira: um estudo no Extremo Oeste do Paraná*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Fundação Getúlio Vargas, 1981. (Projeto de Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira – PERSAGRI II).
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Vol. I. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SAATKAMP, Venilda. *Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel: ASSOESTE, 1984.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970/1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Instituto Nacional do Livro; Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

- SANTOS, Carlos Roberto A. dos. *História da alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.
- SCHORER-PETRONE, Maria Tereza. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- SCHREINER, Davi Félix. *Cotidiano, trabalho e poder: a formação da cultura do trabalho no Extremo Oeste do Paraná*. Cascavel: EDUNIOESTE, 1996.
- SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.
- . *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.
- SILVA, José N. da. *As vias estratégicas para as fronteiras meridionais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1930.
- SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. "Região e história: questão de método". In: SILVA, Marcos A. da Silva (Coord.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- SINGER, Paul. *Economia política e urbanização*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SOUZA, Maria do C. C. *Estados e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.
- SPERANÇA, Alceu; SPERANÇA, Carlos. *Pequena História de Cascavel e do Oeste*. Cascavel, J. S. Imprensa, 1980.
- TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2v.
- TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República*. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.
- TRONCA, Ítalo. *Revolução de 1930: a dominação oculta*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- VIANNA MOOG, Clodomir. *Bandeirantes e pioneiros*. 10. ed. Porto Alegre: Globo; Brasília: INL, 1973.
- VIEIRA, Maria do Pilar Araújo [et alli]. *A pesquisa em História*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- WACHOWICZ, Ruy C. *Norte Velho, norte pioneiro*. Curitiba: Vicentina, 1987.
- . *Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.
- WAIBEL, Leo. "As zonas pioneiras do Brasil". *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: SEPLAN/IBGE, 1979, p. 112-131.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 8. ed. São Paulo: Pioneira, 1994.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos alemães e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

YOSHIDA, Iraci da Silva Meneses (Coord.) *"Com licença somos do distrito de Toledo": projeto repensando os distritos de Toledo*. Toledo: Prefeitura do Município de Toledo; SMED, 1988.

## **ANEXOS**



## - ACIONISTAS DA MARIPÁ EM 1958

N.º	NOME DO ACIONISTA	N.º DE AÇÕES
001	Adelino Formighieri	82
002	Adelqui Formighieri	83
003	Alberto Dalcanale	7.425
004	Albino Egon Dietrich	429
005	Alcebiades Formighieri	82
006	Alcides Heck	429
007	Alfredo Paschoal Ruaro	6.666
008	Almerinda Teixeira Pacini	363
009	Almiro Formighieri	83
010	Amabile Tomazi Formighieri	83
011	Ângelo Pedro Cassol	990
012	Armando Da Mattos Miller	330
013	Arno Rodolfo Haase	165
014	Arthur Fischer	281
015	Astrid Renaux	1.650
016	Atilio Formighieri	82
017	Bernardino Zelindo Barbieri	83
018	Caetano Célia	330
019	Carlos Frederico Walther	825
020	Célia Pacini de Andrade	380
021	Cid Marcondes de Albuquerque	429
022	Clécio Zenni	36
023	Cleny Maria Becker	134
024	Cristiano Huber Filho	165
025	Curt Bercht	7.062
026	Dagmar Sylvia Renaux	206
027	Diva Margarida Becker Zenni	132
028	Domingos Alves da Silveira	37
029	Edgar Hug Bercht	1.254
030	Edgar Ritte	330
031	Edmundo Descheimer Kessler	330
032	Egon Werner Bercht	3.934
033	Erich Walter Bueckmann	660
034	Eugênia Bohrer Ritter	660
035	Ewaldo Henrique Ritter	495
036	Felício Salvador Célia	660
037	Fernando de Azevedo Moura	1.815
038	Fernando Descheimer Kessler	330
039	Ficagna Etério Arcangelo	83
040	Frederico Barletta Célia	165
041	Gastão Frein	198
042	Gerhard Louis Júlio Wetzel	198
043	Giacomo Fornazari	462

044	Guilherme João Fabrin	330
045	Guilherme Renaux	330
046	Hélia Pacini	330
047	Helia Valeria Alberts	220
048	Herbert Müller	1.045
049	Hugo Adalberto Kessler	330
050	Hugo Benno Haase	660
051	Ilza Kessler Caldas	330
052	Iony Roeche Bercht	495
053	João Carlos Renaux Bauer	33
054	Jorge Carlos Augusto Fayet	759
055	Jorge Guilherme Schilling	825
056	José Barletto Célia	165
057	José Francisco Becker	134
058	Júlio Gertum de Azevedo Bastian	1.980
059	Leonardo Júlio Perna	2.632
060	Leopoldina S.A. - Administração e Comércio	924
061	Luiz Dalcanale Filho	2.079
062	Maria Luiz Renaux	1.650
063	Marino Soares	19
064	Maurício Strosts	330
065	Odílio Lourenço Barbieri	165
066	Ondy Hélio Niederauer	36
067	Paulo Fayet	858
068	Pedro Formighieri	82
069	Raul Bés	1.884
070	Rodolfo Renaux Bauer	198
071	Roberto Diehl	220
072	Rosalino Estevão Barbieri	165
073	Severino Barbieri	231
074	Toledo Roberto Borne	825
075	Waldir Luís Becker	132
076	Werner Diehl	99
077	Werner Katz	99
078	Werner Erich Gros	312
079	Willy Barth	3.641
080	Zita Kessler Antunes da Cunha	330
081	Zulmir Antônio Ruaro	660

FONTE: Quadro montado por nós a partir de dados da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da MARIPÁ, realizada em 26 de dezembro de 1958.



O maior desejo de cada Agricultor é:  
que seu filho deve ter uma vida melhor  
 Por isso devem procurar comprar terra de cultura,  
 livre de morros, pedras, formigas e rica em água,  
 clima saudável, terra fértil e de fácil escoamento  
 dos produtos.

Todos estes desejos o Senhor encontra  
 reunidos em TOLEDO, na Fazenda Britânia  
 no Estado do Paraná.

O título da Fazenda Britânia tem mais de 45  
 anos oferecendo portanto todas as garantias de uma  
 terra legal e que proporciona ao comprador  
 escritura imediata.

TOLEDO com apenas 3 anos de existência é  
 paróquia, tem colégio de freiras com 170 alunos,  
 médicos, hospital, farmácia, indústria,  
 profissionais, bom comércio e cinema.

Há na Fazenda Britânia 285 quilômetros de  
 estradas de rodagem, conservadas por tratores e  
 tratores, oferecendo ao comprador o máximo acesso  
 à sua colônia.

As terras são planas e são apropriadas para  
 lavoura mecanizada.

O mato é formado por todas as espécies de  
 madeira de lei que prova a fertilidade do solo.

PORTO MENDES, com seus grandes armazéns e moderna instalação  
 maquinaria para carregamento de navios, construídos pelo governo Federal está  
 aguardando tua produção.

Os preços das terras são os seguintes: Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 13.000,00 a  
 colônia de 10 alqueires, com condições de venda 1/3 a vista, 1/3 em 6 meses, 1/3  
 em 12 meses, gozando o comprador para pagamento a vista com desconto de 10%  
 ao ano pelo tempo que faltar do pagamento das prestações.

A passagem de Concórdia a Toledo ida e volta custa Cr\$ 300,00, quem  
 comprar uma colônia tem 50% de abatimento, comprando duas ou mais tem a  
 passagem grátis.

A passagem será devolvida ao comprador, uma vez que o mesmo pague a  
 Colônia integralmente.

Eº Proprietário da Fazenda Britânia:

A Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A.  
 com sede em PORTO ALEGRE, a Rua Siqueira de  
 Campos 1248 - Edifício Brasília - 7º Pav. Sala 3  
 com Filial em Toledo.

Para maiores informações dirigem-se ao AGENTE AUTORIZADO de  
 LUI, SANTO ÂNGELO e CRUZ ALTA - Sr. GUILHERME SCHMITT - Ajuricaba  
 Na cidade de Ijuí com o Sub-Agente sr. OSWALDO SCHMITT - Motel Familiar  
 Também o Sr. Jállo Kocourek, Fabricação de Alambique em LUI, Avenida Cel. Dico, está apto a prestar toda e  
 qualquer informação, sobre viagens, condições, etc.

Procure adquirir tua colônia na Fazenda Britânia, que hoje é o paraíso dos caçadores e  
 amanhã uma flôr da Agricultura Brasileira.

14770

Extraído da capa do livro: Toledo e sua História.

SINA, Oscar. et. AL. Toledo e sua História. Toledo:

Prefeitura Municipal, 1998. (Projeto História).

Obs: Esta cópia não é no estilo Xerox ampliado. Foi transcrita  
 alguma alteração pode ter ocorrido devido não estar  
 muito legível o texto.

Antes de efetuar suas compras de terras visitem:

# TOLEDO

NA FAZENDA BRITANIA - MUNICÍPIO DE FÓZ DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ

Porque devo comprar terras em TOLEDO?

- 1.º — O maior desejo de cada Agricultor é: que seu filho deve ter uma vida melhor.
- 2.º — Por isso devem procurar comprar terras de cultura livre de morros, pedras, formigas e rica em águas, clima saudável, terra fértil e de fácil escoamento dos produtos. Todos estes desejos o senhor encontra reunidos em TOLEDO na Fazenda Britania no Estado do Paraná.
- 3.º — O título da Fazenda Britania têm mais de 45 anos, oferecendo por tanto todas as garantias de uma terra legal e que proporciona ao comprador escritura imediata.
- 4.º — Porque TOLEDO hoje têm: Paróquia, Colégio de Freiras com 200 alunos, Médico, Hospital, Farmácia, Grandes casas comerciais, Hotéis, Luz e Força elétrica, Carpintaria e Marcenaria, Matadouro, uma grande olaria, Frigorífico, Padaria, Alcajataria, Sapataria, Diversos Bares, e Churrascarias, uma grande oficina mecânica, a serviço de qualquer espécie de veículo, Moinhos para trigo e milho, Serrarias para pinho e madeiras de lei, firma organizada para um grande Moinho a cilindro para trigo.
- 5.º — Existem as seguintes madeiras: Cedro, Louro, Cangerana, Cabriuva, Guatambú, Angico, Maria mole, Cor-deiras, Ortigões e outras mais todas sintomáticas de terras férteis. Ha nos matos: Crescimato, Laranjal, Palmitos e Taquaruçu.
- 6.º — A exportação de todos os produtos coloniais são feitos diretamente para a praça de S. Paulo, grande consumidor com fretes convenientes revertendo em benefício exclusivamente dos agricultores.
- 7.º — A Fazenda Britania proporciona aos seus agricultores uma grande via de comunicação que é o Rio Paraná, tanto para o Norte de S. Paulo como para a Argentina, todo ele navegável.
- 8.º — **Atenção agricultores muita atenção! TOLEDO tem uma grande área dedicada ao plantio de café. É um negócio que a Companhia de Colonização está oferecendo a todos os interessados ao preço de Cr\$ 30.000,00 a Colônia de dez alqueires.**
- 9.º — Os preços das terras são os seguintes: de Cr\$ 20.000,00 até Cr\$ 30.000,00 a colônia de 10 alqueires. Condições de venda: 1/3 a vista, 1/3 a 6 meses e 1/3 a 12 meses, gozando o comprador para pagamento a vista um desconto de 10% ao ano pelo tempo que faltar das prestações.

Proprietária da Fazenda Britania:

**INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S. A.**

COM SEDE EM PORTO ALEGRE, A RUA VOLUNTÁRIO DA PÁTRIA, 333 E FILIAL EM TOLEDO

**11.325 COLONIAS**

Colonização começada há 3 anos e em franco progresso. Bom emprego de Capital

**Agentes: Aurelio Tissiani e Natal Zibetti - Sarandi, 1.º distrito**

Dispondo de Caminhonete especial para viagem direta e comoda do comprador

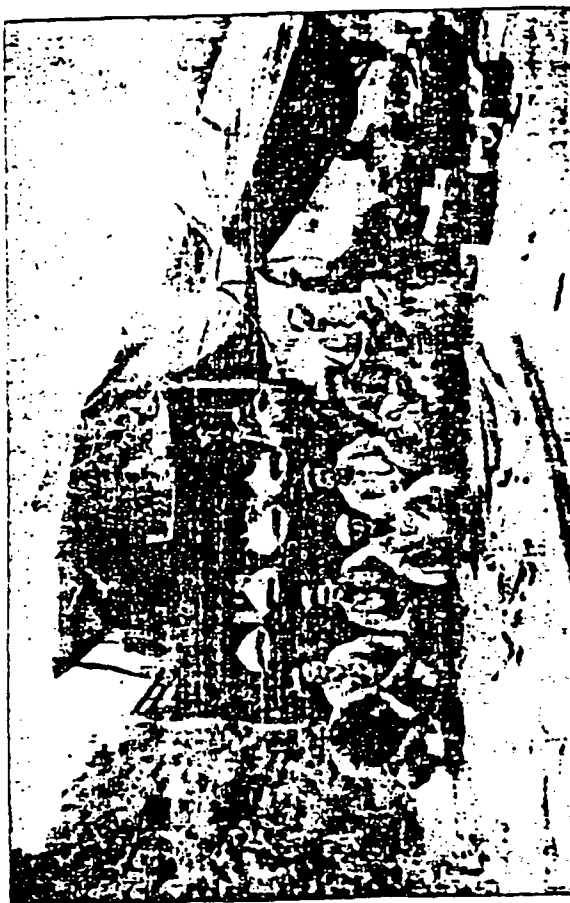
Sub-Agente: \_\_\_\_\_



# Enigmas em Nova Guiné

[illegible]

Estrangeiros que se estabelecem na ilha, podem protegê-se contra tais doenças. Contam a malária, por exemplo, há um século e meio; a colúria, como consta do relatório, publicado em 1938 pela muito competente Comissão da Malária, secciona da antiga Sociedade das Nações. Neste facto baseia-se a conclusão a título de profilaxia, que deve dar-lhe de 400 mg. de quinina e, como reacção contra um ataque de malária, uma dose de 1-1,5 gramas de quinina durante um período de 5-7 dias. Este remédio também faz muito bem a colúria, e, todavia, não a cura.



"Correio Soriano" que a próxima entrega, em seguida para Toledo no dia 26 do corrente, partindo do Hotel Familiar, nesta cidade. Os interessados em adquirir terras, ainda pelo preço atual, devem reservar passagens com o proprietário do Hotel Familiar, logo.

Montanando, os srs. Pydl e Schmidt juliam-se com os representantes autorizados, — para a "A" se podem dizer aos leitores do "Alberio Pydl e Guilherme Schmidt".

**Abordados pela nossa reportagem são** os rios da zona de várzea, daquela terra, ss, ss, cu-  
mbeiras e cascalhos, informam-nos: "As terras de  
várzea continuam sendo prostradíssimas,  
inda no dia 10 de outubro pp., viaja-  
mos para aquela localidade com uma ca-  
ravana composta por 26 pessoas, infantes,  
doadores da compra de terra e em pescarias.  
Todos voltaram encantados com o que  
vimos, fomos fol dados a conhecer. Uns adquiria-  
ram terra; outros, os que foram pescar,  
pegaram peixados com a enorme quanti-  
dade de peixes que poluia nos rios daque-  
le lugar."

Nesta ocasião, o sr. Guilherme Schmidt teve oportunidade de mostrar-nos um belo rancho, pelo qual a Companhia que se apresenta comunicava, que achava de se criar um Município de Toledo. Um lugar onde há 4 anos apenas se viu instalação, hoje se ergue uma bela cidade, cheia de vida e progresso. A despeito do